

n. 30 2020

SOUZA EAD
Revista Acadêmica Digital



Periodicidade - Mensal



INDICE

Editorial	03
A Ciberpoesia de Antero de Alda: Pastiche e a Interatividade. Morais, Waleska Cristina Moreira. Págs. 4 – 19	04
	20
A Matemática no Cotidiano Escolar: Atividade Vivenciada por Alunos de Ensino Médio de uma Escola Pública Estadual do Município de Santarém - PA. Ferreira, Elton Emanuel Costa. Págs. 20– 32	
Assistência do Enfermeiro à Gestante com Pré-eclâmpsia: Uma Revisão Bibliográfica. Luz, Letícia Lima da. Págs. 33 – 45	33
Gestão Escolar: Um Trabalho em Equipe. Pinto, Geneci da Silva. 46– 56	46
Medidas de Biossegurança para o Enfrentamento da COVID-19 Adotadas numa Unidade de Saúde na Cidade de Coroatá - MA. Silva, Laíse Miranda da. Págs. 57 - 69	57
	70
O Enfermeiro e os Desafios. Enfrentados na Atenção Primária à Saúde. Silva, Joyce Pereira da. 70 – 78	
O Papel da Gestão Democrática no Contexto Escolar. Tamarosi, Silvio Salvador. Págs. 79 – 90	79
	91
O Reflexo da Gestão Escolar na Administração da Problemática na Relação Entre Avaliação e a Qualidade da Educação. Silva Filho, Lauro Joaquim da. Págs. 91 – 101	
Os Crimes Cibernéticos e os Vieses de suas Implicações no Direito Eletrônico. Silva, Raquel Paula da. Págs. 102 – 113	102
Reabilitação Cognitiva em Pacientes Idosos com Doença de Huntington. Sousa, José Genildo Reges de. 114 – 124	114

Editorial

PARADOXO: NECESSIDADE DE IMUNIDADE X XENOFOBIA

É fato que a população do mundo inteiro espera ansiosa pela notícia de aprovação das vacinas que estão sendo desenvolvidas contra o coronavírus e também pelo momento de se tornarem imunes à Covid-19. Mas, mesmo sendo uma necessidade e um desejo da maioria da população mundial, há pessoas, em nosso país que, por xenofobia, palavra de origem grega que significa aversão ao estrangeiro, insistem em desacreditar a vacina chinesa, que está sendo desenvolvida no país em parceria com o Instituto Butantã.

Se de um lado temos urgência pela vacinação, imunização da população e governantes que pretendem não só distribuir a vacina como também torná-la medida obrigatória, por outro lado vemos opiniões contrárias tanto à produção quanto disponibilização.

O que mais assusta e até incomoda é que estas atitudes contrárias à vacina chinesa não possuem qualquer explicação ou embasamento científico, ou seja, são ações carregadas de xenofobia, pois a rejeição está pautada no simples fato de a vacina ser proveniente de pesquisas e descobertas dos chineses.

Há que se pensar em qual fato assusta mais, pois em se tratando da saúde da população, o uso da ciência e bom senso deveriam ser prioridade em detrimento de qualquer ideologia ou posição política. Usar a aversão ao que é estrangeiro como justificativa para desacreditar a vacina e qualquer outra produção de outro país, é inconcebível, pois não há nenhuma evidência científica que deponha contra a vacina chinesa. Portanto, nada justifica não usá-la, principalmente, sob o risco de manter a população vulnerável por mais tempo do que o necessário.

Assim, por causa de alguns, que são entraves para nosso pleno desenvolvimento, podemos estar mais longe de poder comemorar a descoberta da vacina e a vacinação como um direito e dever de todos os brasileiros. Definitivamente há evidências de que o Brasil não seja, como se apregoa ideologicamente por aí, um país para todos os brasileiros!

Marcos Alexandre Souza
Diretor Geral da Faculdade Souza

A CIBERPOESIA DE ANTERO DE ALDA: O PASTICHE E A INTERATIVIDADE

Morais, Waleska Cristina Moreira¹

RESUMO: Ao tratar das artes na contemporaneidade, é perceptível um ambiente de fluidez maior, em que linguagens e mídias se entrelaçam e essa característica se dá pelo tempo em que se vive, um momento em que as relações são fomentadas por virtualidades sensoriais e informacionais atualizadas constantemente – a cibercultura. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo compreender a produção literária no ciberespaço, especificamente a ciberpoesia de Antero de Alda – a fim de verificar como se dá o pastiche e a interatividade nos textos desse escritor. Para isso, esse estudo recorre-se ao método da hermenêutica para a análise dos poemas eletrônicos, sendo uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa. Assim, verifica-se que se os poetas modernos satirizavam o passado, já a ciberpoesia *corpus* desse estudo, realiza o pastiche, a retomada a um texto-fonte para a nova criação e amplia as conexões entre o leitor-autor-máquina, uma vez que o leitor virtual atualiza a cada momento a sua leitura, devido à interação com a obra.

PALAVRAS CHAVE: Cibercultura. Interatividade. Ciberpoesia. Pastiche.

INTRODUÇÃO

No âmbito tecnológico, a priori se via mudanças previsíveis, todavia – após o século XX, a atualização de produtos se torna dinâmica, sendo perceptível aos olhos atentos. Concomitantemente, segundo Lévy (2011), as formas de conviver e de pensar também estão sendo reelaboradas e isso reflete na produção artística, especificamente, na literatura, que apresentou poemas concretos e hoje expõe a ciberpoesia.

Assim como as mudanças tecnológicas que aconteceram gradativamente e hoje são instantâneas – a literatura demonstra sua trajetória de resignificação, autores como Mallarmé em *Um Lance de dados* e Baudelaire em *Flores do mal* já anunciavam uma reformulação de seus pressupostos, a fim de superar a produção mimética, como assevera Silva (2011). Posteriormente, os modernos também contribuíram com a negação das formas fixas e imitações, buscando a evolução literária, tanto que Manuel Bandeira ratifica essa posição no poema *Poética "estou farto do lirismo comedido, do lirismo bem comportado"*. Não se pode

¹ Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Goiás. Especialista em Docência Universitária pela Faculdade Católica de Anápolis. Mestranda do curso Interdisciplinar em Educação, Linguagens e Tecnologias. E-mail: waleska_m_morais@hotmail.com

desconsiderar, ainda, a contribuição relevante dos poetas concretistas que anunciaram novos suportes ao poema, que com o passar do tempo, se desdobrou na ciberpoesia.

Nesse sentido, ao refletir sobre a produção da arte literária, esse estudo busca compreender as influências da cibercultura na literatura, especialmente, na ciberpoesia de Antero de Alda – a fim de discutir sobre os diálogos que a literatura virtual estabelece com o passado e a interatividade do leitor-autor-máquina suscitada nesses textos.

Para isso, a hermenêutica foi selecionada como método coerente para o estudo do objeto de pesquisa, a ciberpoesia de Antero de Alda, uma vez que para Ricoeur (1989) a hermenêutica colabora com a interpretação e explicação dos sentidos produzidos pelas linguagens e, no caso da literatura, esses sentidos não são compreendidos imediatamente, mas mediados pela crítica que os torna conscientes. Desse modo, Ricoeur (1989) infere que a hermenêutica consiste em uma interpretação que mobiliza pensamentos para tornar o latente, presente por meio de símbolos. E esses levam à duplicidade, por essa razão que o autor salienta que um texto pode ser lido por diversos ângulos, por isso cada leitor interpreta-o de um modo, mas o texto não pode ser interpretado ao mesmo tempo pelos diversos ângulos.

Essa pesquisa é do tipo revisão bibliográfica, pois utilizará os estudos de Lévy (2010, 2011), Rudiger (2016), Lemos (2002, 2005), Silva (2011), Rojo (2013), Assunção (2011) para compreender conceitos relevantes acerca da cibercultura, ciberpoesia, interatividade e pastiche. Ademais, a abordagem da pesquisa é qualitativa, a qual permite extrair do objeto de pesquisa “os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível” (CHIZZOTTI, 2017, p.28), não o reduzindo a métodos nomotéticos.

Sendo assim, a pesquisa será dividida em tópicos, no primeiro deles será discutida a cibercultura para que se possa explorar os conceitos de virtualidade, de técnicas e seus desdobramentos na sociedade. Posteriormente, se explanará acerca da ciberliteratura com foco na ciberpoesia. E, por fim, no último tópico serão apresentadas as ciberpoesias de Antero de Alda e as mediações críticas sustentadas pela hermenêutica.

O CONTEXTO DA CIBERCULTURA

Ao se refletir sobre cibercultura, o senso comum conduz para uma interpretação de que é uma novidade proveniente dos tempos atuais, todavia, Rudiger (2016) argumenta que mesmo de forma reducionista já poderia se considerar o computador e a internet, com seus feitos e efeitos, cibercultura. Assim, esse estudo se pautará na compreensão de que “a cibercultura pode ser entendida como uma formação histórica de cunho prático e cotidiano”, na qual ocorre a “transformação dos novos aparatos de informação em recurso de uso ordinário por parte de pessoas e instituições” (RUDIGER, 2016, p.7).

Sendo assim, é relevante realizar um percurso histórico sobre a criação de um sistema comunicativo intermediado por computadores. Os Estados Unidos, por volta de 1940, em parceria com técnicos de informática e universidades ligadas à Secretaria de defesa do governo, criaram o computador que mantinha ligação entre os demais computadores daquele espaço, todavia – no período da Guerra Fria, surgiu a necessidade de que as autoridades pudessem trocar informações em tempo real, o que resultou no advento da internet (RUDIGER, 2016).

Ainda em 1983, a internet não havia se popularizado e durante anos se manteve modesta, somente em 1985 as pesquisas a respeito se iniciaram e, concomitantemente, Stewart Brand criou a rede Well, houve o início de serviços públicos e privados de tele e videotexto – mas ainda nada que se comparasse a internet aberta a qual se utiliza hoje. Durante esse período, houve superações de problemas de conexão e surgimento do mouse, com ratifica Rudiger (2016).

Mais tarde, em 1990, Tim Berners-Lee e seus colegas desenvolveram a world wide web (www), que se constitui em um programa que realiza a interligação mundial de todos os computadores. Sequencialmente, Marc Anderssen cria o primeiro navegador comercial da rede, Netscape, substituído pelo Windows da Microsoft e com isso, em 1994, a internet se aproxima do que se conhece na atualidade. Todavia, com o passar do tempo, há desdobramentos e tendências no espaço das redes, ciberespaço, e em 2000 se conhece as redes sociais que se atualizam de modo instantâneo (RUDIGER, 2016).

Após acompanhar a trajetória do computador e a internet como recursos que sugeriram para atender a necessidades humanas e sociais, compreende-se o quanto a refuta de Lévy (2010, p.21) pela metáfora do impacto é coerente, pois “não somente as técnicas são imaginadas, fabricadas e reinterpretadas durante seu uso pelos homens, como também é o próprio uso intensivo de ferramentas que constitui a humanidade enquanto tal”. Nesse sentido, não há separação entre tecnologia, cultura e sociedade, visto que “as atividades humanas abrangem, de maneira indissolúvel, interações entre pessoas vivas e pensantes, entidades materiais naturais e artificiais, ideias e representações”, sendo “impossível separar o humano de seu ambiente material” (LÉVY, 2010, p.22).

Rudiger (2016) ainda completa ao mencionar que a cibercultura é um fenômeno que se relaciona mais com as histórias entre meios tecnológicos e processos que contribuem com as construções sociais, do que com a tecnologia em si. E a conversão do computador a um eletrodoméstico ou a um aparelho portátil, ainda, segundo o autor, enfatiza a concepção de que as relações humanas “formam uma rede de trocas e ações cujo sentido dominante, todavia, não é técnico, mas de ordem social, espiritual e histórica” (RUDIGER, 2016, p.15), isso

porque “as tecnologias são produto de uma sociedade e de uma cultura”, como menciona Lévy (2010, p.22).

Por essa razão, não há como crer em questões puramente técnicas ou culturais, pois as verdadeiras relações, segundo Lévy (2010, p.23), surgem a partir de “grande número de atores humanos que inventam, produzem e interpretam de diferentes formas as técnicas”. Essas, para o autor, são vistas por Lévy (2010, p.23) como artefatos eficazes que expõem a parte material e intelectual dos fenômenos humanos, essas não são independentes e sim “projetos, esquemas imaginários, implicações sociais e culturais bastante variados”.

Dessa forma, a cibercultura é vista como

a ampliação de formas de conexão entre homens e homens, máquinas e homens, e máquinas e máquinas motivadas pelo nomadismo tecnológico da cultura contemporânea e pelo desenvolvimento da computação ubíqua (3G, Wi-Fi), da computação senciente (RFID, bluetooth) e da computação pervasiva, além da continuação natural de processos de emissão generalizada e de trabalho cooperativos da primeira fase dos Computadores Coletivos (blogs, fóruns, chats, software livres, peer to peer, etc) (LEMOS, 2005. p.2).

Portanto, essas conexões podem ser vistas como a virtualização, um processo no qual as relações são fomentadas por meio de movimentos que ultrapassam a informatização, como sugere Lévy (2011) e, torna “um amplo processo de construção social da [realidade] posto em marcha no rastro das novas tecnologias” (ARTURO ESCOBAR, 2000, p.57 apud RUDIGER, 2016, p.10).

DE MALLARMÉ AO CLICK: CIBELITERATURA

Mallarmé, Baudelaire, Augusto dos Anjos – cada um em seu tempo já trazia marcas de uma lírica moderna, que não se curvava a padrões estéticos e remetia à poesia concreta. Todavia, com mais efervescência, no século XX, segundo Silva (2011), as artes recebem influências dos estilos de vanguardas que foram expressivos na pintura com movimentos como o surrealismo, o dadaísmo, o cubismo, por exemplo. A partir dessa realidade artística, Silva (2011, p.81) assevera que “não se pode negar que o hipertexto veio como um impulso relevante, principalmente pela instauração do virtual, criando, assim, novos espaços para a inscrição do texto poético”.

Cabe ressaltar, que Lévy (2010) compreende a escrita como uma tecnologia intelectual que se configura em um espaço, o espaço da escrita. Esse, de acordo com Silva (2011) se diferencia pelo o uso de uma tecnologia, sendo assim, cada tecnologia remete a um espaço de escrita distinto que suscita o gênero textual, as práticas de escrita e leitura e as relações entre leitor-autor-máquina. Por isso, verifica-se a

diferença entre a escrita de um texto impresso, linear e analógica, e do texto virtual – dinâmica e dialógica (SILVA, 2011), entendendo como ciberliteratura

[...] aqueles textos literários cuja construção se baseia em procedimentos informáticos: combinatórios, multimidiáticos ou interactivos. Fazendo uso das potencialidades do computador como máquina criativa que permite o desenvolvimento de estruturas textuais, em estado virtual, actualizando-as até ao infinito, a ciberliteratura utiliza o computador de forma criativa, como manipulador de signos verbais e não apenas como simples armazenador e transmissor de informação (RUI TORRES, *online*, p.1).

Dessa forma, a ciberliteratura ressignifica as mídias, que além de servirem para a propagação da informação, também são utilizadas para a produção da escrita criativa ao utilizar recursos desse ambiente para enriquecer mais ainda o âmbito literário e estabelecer diálogos entre esses recursos e outros textos criados no ambiente virtual ou impresso. Isso é perceptível no estudo de Silva e Silva (2001, p.2) que se refere ao poema "Amor de Clarice" produzido por Rui Torres a partir do texto impresso "Amor" de Clarice Lispector, presente no livro *Laços de Família*, o que demonstra como o autor consegue ampliar a "carga polissêmica do texto original ao utilizar recursos audiovisuais e multimídia", realizando a técnica pastiche.

Assim, a ciberliteratura se diferencia da literatura "digital(izada)", como expõe Torres (on-line), uma vez que há uma mudança do papel para o pixel – logo a função de cibeautor é explorar as possibilidades gerativas do algoritmo para a construção do seu texto, portanto, o computador se situa como uma máquina que pode ser utilizada a favor da linguagem de modo infinito. Por essa razão, Barbosa (2003) afirma que não basta publicar uma obra no ambiente virtual para que ela se torne ciberliteratura, além de pensar na propagação por esse suporte, é preciso que os recursos\os signos das mídias sejam manipulados para a construção do texto, uma vez que a palavra nesse contexto é vista como "significação, espessura, tatilidade, animação, cor, sombra e som" (SANTOS, 2003, p.79).

Nesse viés, se há mudança na forma da produção da literatura no ciberespaço, essa transformação também é vista na recepção da ciberliteratura por parte do leitor, uma vez que o leitor pode selecionar e construir uma ordem para as suas leituras e essa ação é individual, então para cada leitor, dentro de seus anseios, há formas de se conduzir o seu momento de leitura, ao aproveitar-se das possibilidades de ler e interpretar contextos. Barbosa e Torres (2001, p.1) mencionam que o processo de leitura da ciberliteratura ocorre por meio de "uma estrutura de labirinto" e, assim, "a intervenção do leitor vai

8

Artigo: Políticas de Saúde: A Utilização da Variável Raça/cor em Saúde Pública- Limites e Possibilidades.

Silva, Jacelino Batista da. Págs. 110 – 115

determinar um percurso de leitura único que não esgota a totalidade dos percursos possíveis no campo de leitura”.

Essa nova configuração de autor, leitura e leitor, na ciberliteratura, permitiu a criação do termo “lautor”, pois o leitor agora realiza suas intervenções no texto que antes era estático, ele consegue interagir e criar possibilidades de leitura por meio dos recursos disponibilizados e utilizados pela a ciberliteratura (ROJO, 2013, p.20). Marcuschi (2014, p.186) também corrobora com a ideia de Rojo e salienta que textos virtuais resultam de escolhas do navegador\leitor, pois “ele dirige os movimentos que conduzem a construção do sentido”, o que aumenta a interação do sujeito leitor com o próprio texto, como afirma Álvarez (2001).

A ciberpoesia, como se compreende nesse estudo, é vista como um desdobramento de produções anteriores, assim como Lévy (2010), nega-se a metáfora do impacto da tecnologia. Dessa forma, não há novidade, e sim uma construção ao longo do tempo, modificada pela mudança da tecnologia da escrita, antes o suporte era o livro impresso e hoje a tela. Sendo assim, além das influências de Mallarmé, Baudelaire, Augusto dos Anjos, dos poetas modernos e das vanguardas europeias, tem se também a poesia concreta da década de 50 com o grupo Noigandres, composto por Décio Pignatari, Haroldo de Campos e Augusto de Campos, em que a palavra era concebida pelas dimensões verbivocovisual. Assim, Neves (2010) expõe que os poetas concretos exploravam as potencialidades semânticas, fônicas e gráficas da palavra no papel, assim como faz o ciberautores no computador, todavia, hoje com o acréscimo da dimensão cinética, relativa ao movimento, “verbo-voco-moto-visualidade”, como menciona Antônio (2010, p.28).

Nesse sentido, Silva (2011) e Neves (2010) inferem que a poesia concreta já convidava o leitor para a realização de uma leitura não linear, em que a comunicação não verbal tinha destaque, juntamente com novos recursos sintáticos: a sintaxe espacial a qual permitia a criação artística experiências semióticas e conexão com outras linguagens, especialmente, os meios de comunicação de massa, como visto nos poemas “Beba coca-cola” de Décio Pignatari (1957) e “Luxo lixo” de Augusto de Campos (1965).

Assim, essas experiências semióticas anunciadas em líricas de outrora e, expressivamente, no concretismo apresentam se na ciberpoesia, que agora se desenvolve a partir de um artefato criativo, que Lévy denomina como uma nova técnica, o computador. Desse modo,

poesia e computador realizam um ato semiótico, em que a primeira é a representante da tradição da arte da palavra e o segundo, um aparelho eletrônico, uma máquina programável que estoca e recupera dados e executa operações lógicas e matemáticas numa grande velocidade, mas que também oferece possibilidades de

mediação, intervenção e transmutação, produzindo signos, significações (ANTÔNIO, 2010, p. 27).

Logo, a semiose realizada pela poesia e pelo computador resulta na ciberpoesia, em que a significação encontra-se na “poetização da tecnologia”, como demarca Antônio (2010, p.27), realizada pelo poeta. Dessa maneira, não se trata de uma poesia mecanizada, mas de um ato reflexivo que tem como suporte o computador, ou seja, a tecnologia do tempo do poeta atual.

Ao compreender um pouco mais sobre o que se denomina cibercultura, ciberliteratura e ciberpoesia, na próxima seção será o momento de evidenciar, por meio da hermenêutica, o que foi discutido teoricamente nos tópicos anteriores na ciberpoesia de Antero de Alda, especialmente acerca técnica pastiche e da interatividade promovida pela relação leitor-autor-máquina. Antero de Alda é escritor português, que é formado em Artes Plásticas pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto e mestre em Tecnologias pela Universidade do Minho.

PASTICHE E AUTORIA NA CIBERPOESIA DE ANTERO DE ALDA

A página oficial do Antero de Aldo é bem acessível, ela inicia-se com uma biografia breve e uma foto do autor. E já neste momento, o leitor pode escolher sua opção de leitura ao se orientar pelos *links* disponíveis na parte superior da tela que podem conduzi-lo para “fotografia”, “poesia”, “livros”, “media”, um vídeo, “contato”. No caso, desse estudo, com um clique seleciona-se “poesia”, abre-se um *frame* que apresenta novas possibilidades de leituras, poesias visuais compostas a partir de 1980, scripts poemas a partir de 2005, flashpoemas a partir de 2004 e poemas intermináveis a partir de 2011, basta um clique para adentrar em uma das modalidades de produção.

Ao acessar os scriptpoemas, o leitor é recebido com uma ciberpoesia animada, que contempla as dimensões “verbo-voco-moto-visualidade” (ANTÔNIO, 2010, p.28), em que as palavras vão se alternando para que o leitor componha sua visão acerca da poesia, como “com o coração dizem-me tudo, nada que vejo, nunca poderão expressar-me com palavras, então o sorriso é o bastante” (apenas um ângulo de leitura). Embaixo, encontra-se uma apresentação do poeta e estudioso da ciberliteratura, Rui Torres, sobre a ciberpoesia de Antero de Alda que se compõe da repetição da palavra poema, apresentando diversidades expressivas singulares,

Assim, o “poema-flutuante” flutua, o “poema-elástico” estica, o “poema ao vento” voa, o “poema-reflexo” reflecte, o “poema de passagem” passa... A programação do poema e do objecto pelo conteúdo da sua expressão pode estar enraizada na ideia de que há uma coincidência das palavras com as coisas que a poesia pode revelar. Fenomenologia do digital, aqui, descritivo

e criativo se ligam, no sentido de desautomatizar a percepção banalizada que temos do novo paradigma digital que se vai impondo (RUI TORRES, on-line).

Portanto, após a introdução de Rui Torres, contempla-se 75 blocos quadrangulares compostos com a palavra poema, cada bloco apresenta uma numeração e, essa se dá de forma decrescente. Desses blocos, foram selecionados quatro, que apresentassem a técnica pastiche e enfatizassem a interatividade, para a análise desse estudo. A técnica pastiche é utilizada na literatura mundial e configura-se como um recurso criativo em que há diálogos de textos, intertextualidades. Assim, a menção ao autor que teve seu texto citado pode ou não acontecer na obra, mas não se trata de plágio – mas de uma forma de se originar múltiplos textos, partindo de um referencial, como afirma Assunção (2011). O passado se apresenta na obra de arte, especialmente, a pós-moderna para recriar outras escritas, não pejorativamente, como mencionaram alguns poetas modernos, como Oswald de Andrade.

No poema 74, o poema do movimento giratório apresenta enfaticamente a dimensão cinética e essa é mediada pelo leitor que pode retardar ou acelerar o movimento, garantindo a interatividade com a obra, uma característica da ciberpoesia. O movimento do poema é acompanhado pelo ritmo de uma sinfonia composta por Philip Glass “Concert n.1”, tocada pela saxofonista Amy Diskson (dimensão voco), a qual tem sua imagem (dimensão visual) presente no poema tocando um saxofone ao mesmo passo que uma árvore aparece girando, concomitantemente com o poema.

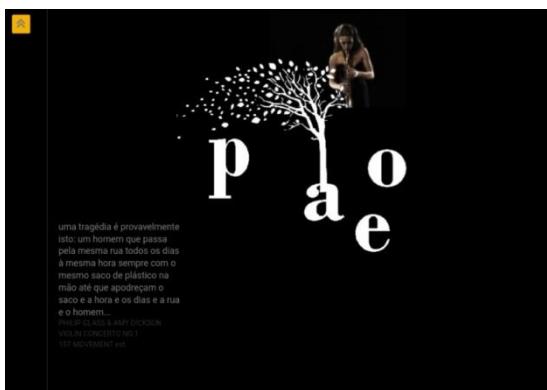


Figura 1 – Elementos visuais do poema giratório

No canto inferior da tela, há a seguinte escrita “uma tragédia é provavelmente isto: um homem que passa pela mesma rua todos os dias, à mesma hora sempre com o mesmo saco plástico na mão até que apodrecem o saco e a hora e os dias e a rua e o homem” (dimensão verbo). O mesmo movimento do poema ocorre na interpretação da escrita, uma ação repetitiva e constante – o que pode ser associado,

11

Artigo: Políticas de Saúde: A Utilização da Variável Raça/cor em Saúde Pública- Limites e Possibilidades.

Silva, Jacelino Batista da. Págs. 110 – 115

pela técnica pastiche ao mito de Sísifo, que explora o castigo dos deuses dado a um homem que devia carregar uma pedra ao topo da montanha, depois empurrá-la e repetir essas ações ao longo do dia. Esse mito é problematizado também no ensaio de Camus "O mito de Sísifo – um ensaio do absurdo" em que o autor discute essa ação repetitiva na vida do sujeito.

Poema 54, poema trapezista, insere o leitor no universo do circo, já anunciado pela adjetivação do poema "trapezista". Ao adentrar na tela do poema, se depara com o ambiente do circo, a priori, o interior de uma cidade – como se pode verificar pela dimensão visual, que remonta a uma pintura, na qual se encontra a imagem do circo centralizado ao canto esquerdo da tela, abaixo dessa imagem há mato, flores e estrelas, circundados pelas palavras "circo" do lado esquerdo e "poema" do lado direito, sendo que a letra "p" se encontra deslocada das demais, sugerindo a ação do trapezista.

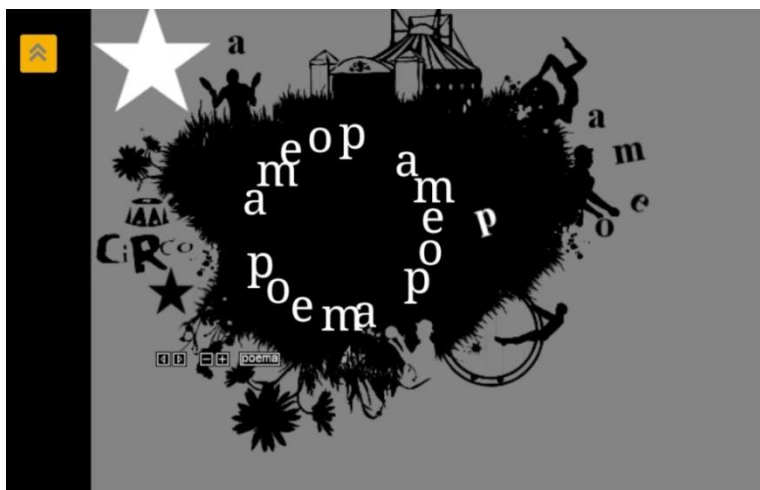


Figura 2 – O poema trapézio

Como pode ser visto na figura 2, no espaço ao meio, há a palavra poema escrita três vezes, abaixo, para garantir a interação do leitor com a obra, encontra-se quatro ícones, os dois primeiros alternam o movimento – o primeiro ícone conduz a escrita poema a um movimento similar a letra "S" com agilidade e o segundo ícone realiza um

movimento circular, calmo. Há ainda o ícone “-” que diminui a distância entre as três escritas da palavra poema e o ícone “+” que aumenta essa distância, assim, o leitor escolhe o movimento e a distância da escrita.

Há ainda um ícone com a escrita “poema”, ao clicar, abre uma caixa de texto com o comando “escreva aqui o seu poema”, reforçando a relação de interatividade entre leitor-autor-máquina e reconstruindo a ideia de autoria, em que o leitor assume a produção do seu poema. Essas ações são acompanhadas de uma música instrumental característica do espaço, o circo. A técnica pastiche pode ser evidenciada a partir da dimensão visual, que é destaque nesse poema virtual – fazendo alusão à pintura. Ao enveredar no universo das artes plásticas, a temática “circo” é vista em diversas obras, mas a que dialoga com a ciberpoesia de Antero de Alda, pela disposição das imagens, é a obra “The Circus” de Seurat, 1980-1981, mesmo sendo estático, o movimento é sugerido na obra com a inclinação da personagem central, também evidenciado no assoalho e nos drapeados das cortinas.

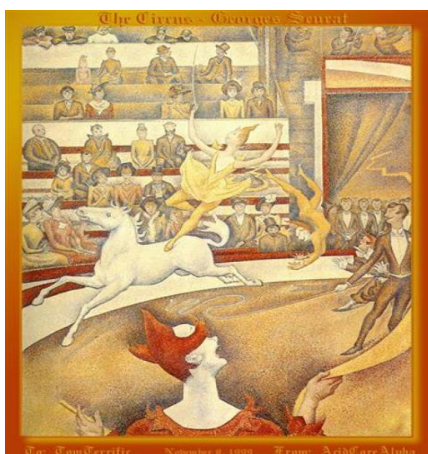


Figura 3 – “The Circus” de Seurat, 1980-1981.

Ao clicar no poema 45, poema na TV – abre uma caixa de texto com os seguintes dizeres “por favor ligue a TV para começar”, ao clique do “ok”, inicia-se o poema com um toque musical que remete a suspense. No canto superior, direto da tela há uma lâmpada, no centro um quadro com a imagem de Marilyn Monroe, do lado esquerdo, uma porta com a inscrição “exit” ao lado, que ao clicar, o leitor é conduzido para a página anterior, com os blocos de poemas de Alda – sendo assim, o autor dá a opção para o leitor de sair da tela do poema no momento em que desejar.

Como se pode analisar, nada na ciberpoesia é gratuito – a lâmpada é uma criação expressiva de Thomas Edison em 1979, período em que a sociedade vivia sua segunda Revolução Industrial, um momento em que a tecnologia ofertava novas possibilidades de criação, esse

período, historicamente, se prolonga até o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945.

Após 10 anos, a arte se opõe ao expressionismo e volta a ser mais figurativa, surgindo o estilo Pop Art, que evoca signos estéticos massificados. Dentre as obras mais notórias desse estilo, encontra-se a serigrafia de Andy Warhol, a qual retrata a imagem da atriz Marilyn Monroe em dez combinações distintas de cores, como representação da cultura de massa – uma dessas combinações é exposta por Alda nesse poema. Assim, começa a verificar mais uma vez a presença da técnica pastiche, dessa vez a ciberpoesia dialoga com a Pop Art, por essa razão apresenta ainda, na parte inferior da tela, à direita, uma poltrona marrom e uma TV que traz em sua tela a palavra “poema”.

Esse poema é interativo, pois a sequência é dada pelo clique do leitor, que tem a opção de prosseguir ou parar a qualquer momento e sair pela porta. O primeiro clique na tela da TV, expulsa de dentro desse meio comunicativo, um celular, moedas, notas de dinheiro e um cartão de crédito. A TV, utilizada como suporte para o poema, simboliza o meio de acesso a cultura da massa, ademais – o que ela vincula é ao mesmo tempo objeto e elemento da crítica da Pop Art, o consumismo demasiado, representado pelo dinheiro e celular, por exemplo.

O segundo clique exporta da TV quatro comprimidos, dois de tamanho similar, os outros dois reduzem o tamanho gradativamente, que podem remeter ao uso de drogas lícitas e ilícitas, visto que a Pop Art centrava-se em temáticas cotidianas, como pode ser visto no próximo clique, que apresenta uma folha de jornal com a imagem de George W. Bush, com o seu nome e a escrita “terrorist”.

A realidade e dia a dia são expressos pela folha de jornal, nela está a imagem de um ex-presidente dos Estados Unidos, que representa a sociedade do consumo e a tecnologia industrial. Mais um clique revela a imagem de um sujeito com as mãos na face, a testa franzida, aparenta desespero e não é possível a identificação do gênero desse indivíduo, assim, como se estabelece um diálogo com Pop Art, retrata a aparência de desespero do sujeito frente a diversas transformações sociais – mas também pode desencadear outra interpretação, como esse estilo artístico expõe símbolos do consumismo, artistas de TV e cinema, por exemplo, pode-se denotar a necessidade de se distanciar dessa massificação, dos rótulos que podem alienar os sujeitos.

Na sequência, a música soa distante, como se fosse seu término estivesse sendo anunciado e aparece uma faca, dela, em seguida surge uma poça de sangue, juntamente com o fim da música. Assim, a morte e a redução do ser a um objeto de consumo, ora anunciada na imagem anterior, ora apresentada na união entre os objetos faca e sangue, remete ao conceito de reprodutibilidade técnica proposto por Benjamin (2012), o qual critica a reprodução em massa, que culmina na perda da autenticidade da obra de arte, visto que se despreza o tempo, a

história e a cultura da obra, ela deixa de ser única e passa a ser comum.



Figura 4 – Imagem final do Poema na TV

Nesse sentido, a metáfora da morte pode ser vista como a perda da autenticidade da obra. Todavia, com a técnica pastiche, a ciberpoesia analisada, não se finda com a morte, visto que o propósito não é a imitação. Ao próximo clique, a TV muda de posição, passa para o lado oposto e a escrita poema fica de cabeça para baixo – assim, como feito pela Pop Art, ao mesmo tempo em que eu lírico teceu crítica, ele se apropriou do objeto massificado para apresentar outra versão, que respeita a autenticidade da arte defendida por Benjamin (2012) e evoca, por meio da crítica, outro olhar do leitor, um olhar atento para compreender que há muito “lixo” propagado nos veículos de comunicação, mas que o sujeito consciente e crítico supera a alienação, representada pela morte do ser ou sua redução a um objeto manipulável, assim - o poema finaliza e, ao lado da poltrona resta um saco de lixo, o que enfatiza a crítica ao consumismo demasiado e alienação provocada pela massificação cultural.

No poema 24, poema (im)possível, o fundo é composto por uma tela preta e ao som de Amarthi Premiumwanadoo, imagens de Auschwitz, o maior e mais cruel campo de extermínio nazista, em que mais de um milhão de pessoas foram mortas em câmaras de gás e crematórios. Devido à crueldade, o título do poema demonstra a incredulidade na possibilidade de ações tão desumanas, mas essa é posta entre parênteses, pois as imagens e a história mostram os fatos. Fatos que podem ser acompanhados pelo leitor, com o cursor sobre as imagens, assim, o leitor interage com a obra ao se aproximar das vítimas que passaram por Auschwitz, o recurso utilizado é um zoom, como se fosse uma lupa em forma de um quadrado, que aproxima bem a visão do leitor na parte que ele quer direcionar o olhar.

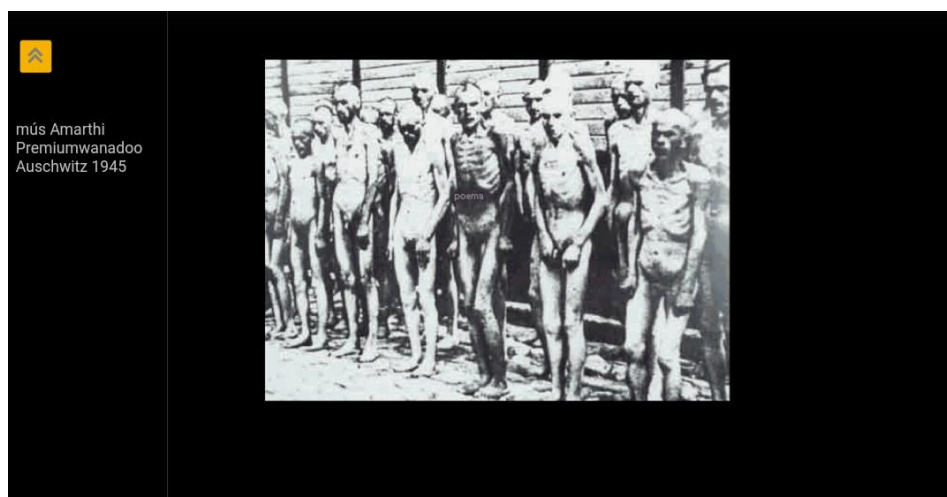


Figura 5 – Poema (im)possível

Na parte central das imagens, com o fundo preto, bem pequeno, há a escrita da palavra poema. Essas imagens apresentam homens nus e magros, um homem fraco sendo apoiado pelas costas de outro, mulheres de todas as idades e crianças, respectivamente, são quatro imagens que mostram o horror que os judeus vivenciaram no campo de extermínio. Nesse poema, a técnica pastiche é realizada pelo diálogo com a história que a partir de fotografias e do recurso digital, aproxima o sujeito contemporâneo de uma realidade em outro país, em outro tempo, 1945.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, verifica-se que cibercultura apresenta uma nova dinâmica social, não impactante, mas que foi sendo fomentada com o passar dos anos e com as evoluções tecnológicas. Nesse sentido, a arte influencia e recebe influência desse processo de virtualizações em que as técnicas mediadas pela internet e pelo computador permitem novas construções, como a ciberpoesia de Antero de Alda, que por meio das dimensões “verbo-voco-moto-visualidade”, da convergência de mídias, da interatividade e da técnica pastiche, produz textos que conservam a sua autenticidade, a sua aura, pois as obras analisadas retratam o olhar desse tempo para questões da humanidade, como o holocausto, o consumismo, a rotina massacrante e a arte em suas distintas manifestações e linguagens.

Assim, na ciberpoesia de Alda pode se evidenciar como o texto-fonte é capaz de originar múltiplos textos, por meio do pastiche, sem se reduzir à reproduzibilidade e à massificação, pois como afirma Lévy (2010), cada técnica evidencia um tempo e um espaço, no que para Benjamin (2013), está a aura da obra de arte, o que a faz singular. E, a técnica utilizada por Alda, que se compõe da convergência de mídias, amplia as relações entre os homens e as tecnologias, como salienta

Lemos (2005), o que acarreta na interatividade evidenciada nos quatro poemas analisados.

Essa interatividade é característica da cibercultura, que aproxima os sujeitos pela internet através de chamadas de vídeo e de conferências, por exemplo, e – na ciberpoesia, como menciona Silva (2011), convida o leitor a produzir o seu texto, escolhendo a velocidade do movimento, o formato, as cores, o ângulo a se direcionar o olhar, assim o leitor irá contemplar e também imergir ao mesmo tempo na obra, portanto, o leitor lê e cria vivenciando uma educação estética que promove a autonomia, a criticidade e o resgate da humanização, presente nas obras de Alda, especialmente nos poemas na TV e (im)possível.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, O. H. O texto eletrônico: um novo desafio para o ensino da leitura e da escrita. In: PEREZ, F. C.; GARCIA, J. R. **Ensinar ou aprender a ler e a escrever?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

ANTÔNIO, J.L. **Poesia digital:** negociações com os processos digitais – teoria, história, antologias. São Paulo: FAPESP, 2010.

ASSUNÇÃO, I.T. **Historiografia linguística do movimento antropofágico:** por uma literatura popular para a firmação da língua e da identidade brasileiras.

87f. 2011. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, 2011. Disponível em: https://pos.letas.ufg.br/up/26/o/Isac_Teixeira_de_Assun____o_-_Disserta____o.pdf. Acesso em 20 de julho de 2019.

BARBOSA, P. **CIBERLITERATURA:** O Computador como Máquina Semiótica, 2003. Disponível em: < http://www.ciberscopio.net/artigos/tema2/clit_06.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2019.

BARBOSA, P. TORRES, J. M, **Sintext-Web – um gerador de texto automático como instrumento computacional de criação literária**, 2001. Disponível em: < <http://po-ex.net/taxonomia/transtextualidades/metatextualidades-autografas/pedro-barbosa-jose-torres-sintext-web-um-gerador-de-texto-automatico>> Acesso em 20 de julho de 2019.

BENJAMIN, W. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica.** Apresentação, Tradução e Notas: Francisco De Ambrosio Pinheiro Machado, 1ª Reimpressão, Porto Alegre, RS: Zouk, 2012.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. Cortez, 2017

LEMOS, A. Cibercultura e mobilidade. A era da conexão. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Uerj – 5 a 9 de setembro de 2005.

_____. **Cibercultura**. Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 2011.

MANGUEL, A. **Uma história da leitura**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

MARCUSCHI, L. A. O hipertexto como um novo espaço de escrita em sala de aula. **Linguagem & Ensino**, Vol. 4, No. 1, 2001 (79-111).

_____. A coerência no hipertexto. In: COSCARELLI, C. V. RIBEIRO, A. E. **Letramento digital – aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

NEVES, C. A. d. B. Da poesia visual concreta à poesia virtual concreta: a ciberliteratura na sala de aula. **ETD - Educação Temática Digital**, 12(1), 124-146, 2010. Disponível em: <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-212251>. Acesso em 20 de julho de 2020.

RICOEUR, P. **Do texto à ação: ensaios de hermenêutica II**. Porto: Rés-Editora, 1989.

ROJO, R. ALMEIDA, E.M. Gêneros discursivos do Círculo de Bakhtin e multiletramentos. In: **Escol@ conectada: Os multiletramentos e as TICs**, 2013, ed. 1, Parábola Editorial, Vol. 1.

RUDIGER, F. **As teorias da cibercultura, as perspectivas, questões e autores**. Porto Alegre: Sulina, 2016.

SANTOS, A. L. dos. Leitura de nós. **Ciberespaço e literatura**. São Paulo: Itaú Cultural, 2003.

SILVA, D.C.S. **Poéticas intermédia:** ensaios de poesia contemporânea, artes e mídias. Goiânia: PUC-GO, Kelps, 2011.

SILVA, D. C. S. SILVA, C.A.M. **Rui Torres e Clarice Lispector:** Poéticas Intermédia. 2001. Textualidades digitais e ensino de literatura. 2010. Disponível em <file:///C:/Users/WALESKA/Downloads/ARTIGO%20PLURAIS%20deborah_silva_carlos_silva.> Acesso em: 20 de agosto de 2020.

TORRES, R. **Transformação, transposição e variação na Ciberliteratura de Língua portuguesa.** Online. Disponível em: https://www.telepoesis.net/papers/trans_ciberlit.pdf Acessado em: 21 de julho de 2020.

A MATEMÁTICA NO COTIDIANO ESCOLAR: ATIVIDADE VIVENCIADA POR ALUNOS DE ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA.

Ferreira, Elton Emanuel Costa²

RESUMO

O estudo da matemática no cotidiano do aluno, torna-se um instrumento importante no processo de ensino e aprendizagem. Fortalece as relações entre o professor e aluno, tornando as aulas mais participativas e motivadoras. Esse trabalho propõe uma forma inovadora e desafiadora de transmitir os conteúdos matemáticos para alunos de ensino médio, visando romper com as barreiras tradicionais da sala de aula, aplicando o conhecimento adquirido em situações reais do cotidiano. A atividade foi desenvolvida em seis etapas que envolveu aulas teóricas e práticas sobre estatística para alunos do ensino médio de uma escola da rede pública estadual, situada em Santarém-PA. Os alunos realizaram 60 entrevistas sobre a situação socioeconômica dos moradores do bairro, onde fica situada a escola e demonstraram as habilidades da Base Nacional Comum Curricular - BNCC para o ensino da estatística: Utilização de métodos de amostragem, pesquisas estatísticas, construção, análise e interpretação de gráficos estatísticos, com ou sem o auxílio de ferramentas computacionais. Apesar das dificuldades e complexidades de aplicação deste trabalho, os alunos puderam vivenciar em situação real do cotidiano o assunto ministrado em sala de aula. A metodologia de ensino utilizada pelo professor contribuiu na formação dos estudantes para continuar os seus estudos, para a vida em cidadania e para tomada de decisão do seu futuro profissional.

PALAVRAS CHAVE: Matemática no cotidiano, Ensino – Aprendizagem, Ensino médio, Ensino da estatística.

INTRODUÇÃO

No cotidiano escolar da educação básica, a maioria dos alunos não gostam e não conseguem aprender matemática. A dificuldade em aprender matemática, muitas vezes, está relacionada com a forma tradicional do professor em transmitir os conteúdos com aulas teóricas e exercícios que não se relacionam com a realidade dos alunos. Para Cunha (2017), a disciplina da matemática é aplicada de forma descontextualizada, distante da realidade vivenciada pelo aluno na sala de aula, comprometendo o processo de ensino e aprendizagem. Os problemas no processo de aprendizagem da matemática se estendem além do ambiente escolar, podendo afetar a vida futura e

² Professor de Matemática da Educação Básica, SEDUC – PA. E-mail: elton1emanuel@yahoo.com.br

profissional dos alunos. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

De acordo com Base Nacional Comum Curricular – BNCC para componente matemática e suas tecnologias no ensino médio:

O ensino médio propõe para área da matemática e suas tecnologias a ampliação das aprendizagens essenciais da etapa anterior, ensino fundamental, possibilitando aos estudantes uma visão mais ampla e integrada da disciplina com aplicação à realidade.

Nesse contexto, para que as aulas de matemática sejam mais significativas é necessário que os assuntos abordados estejam contextualizados com a realidade dos alunos. A participação dos alunos com suas vivências cotidianas, transforma a abstração matemática em situações reais, despertando sua capacidade de criar, refletir e tomar suas próprias decisões, fortalecendo o processo de ensino e aprendizagem.

Uma das finalidades da educação no ensino médio é a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (LDB, 1996). Esse é um grande desafio na educação, dar sentido real aos conteúdos ministrados em sala de aulas com atividades práticas. Para isso, o método de ensino deve atender principalmente as necessidades vivenciadas pelos alunos. A educação com atividades práticas, motiva os alunos em aprender cada vez mais, e desenvolve habilidades em lidar com situações do seu cotidiano.

Para Ramos (2017), a matemática é uma ciência que relaciona o entendimento coerente e pensativo com situações práticas habituais e compreende uma constante busca pela veracidade dos fatos através de técnicas precisas e exatas. Essa ciência está em constante evolução e aperfeiçoamento, estabelecendo relações com os acontecimentos cotidianos.

O estudo da matemática no cotidiano do aluno, torna-se um instrumento importante no processo de ensino e aprendizagem. Fortalece as relações entre o professor e aluno, tornando as aulas mais participativas e motivadoras. Além disso, ajuda o aluno a desenvolver o senso crítico para lidar com as situações do seu próprio cotidiano. Nesse contexto, a matemática não pode ser vista somente como uma disciplina complexa com único objetivo de aprovação e componente curricular obrigatório. O seu ensino deve romper essas barreiras da complexidade com um formato mais educativo e significativo. Assim, os alunos passam a relacionar a matemática com outras áreas do

conhecimento e atividades profissionais. Diante disso, esse trabalho propõe uma forma inovadora e desafiadora de desenvolver os conteúdos matemáticos com os alunos de ensino médio, visando romper com as barreiras tradicionais da sala de aula, aplicando o conhecimento adquirido em situações reais do cotidiano, colaborando com a formação dos educandos para progredir em seus estudos, para vida em cidadania e preparando-os para mercado de trabalho.

A MATEMÁTICA NO COTIDIANO

A matemática é uma ciência interdisciplinar. Todas as áreas do conhecimento requerem alguma competência em Matemática. Além disso, a matemática está presente em todas circunstâncias do dia a dia, desde o simples fato de acordar e olhar no relógio, contar dinheiro, efetuar pagamentos, dentre outros; ou até mesmo, situações mais complexas como: a construção de prédios, exames laboratoriais, fabricação de veículos, dentre outros. Isso mostra que a matemática está presente em diversas situações do nosso cotidiano. Porém, segundo Ramos (2017), a matemática é vista como uma disciplina difícil, que provoca medo e angústia na maioria das pessoas, sendo a grande vilã no contexto escolar. Essa situação precisa mudar, para isso é necessário:

A escola precisa tomar como base a realidade de maneira a enfatizar as atividades práticas. Por isso é necessário que a matemática ensinada na escola proporcione inúmeras alternativas que levem os alunos não somente a abstração de conceitos, mas que os levem a desenvolver o pensamento com criticidade e ao mesmo tempo com criatividade, proporcionando-lhes a capacidade de fazer descobertas e compreender o "mundo" em todos os seus aspectos social, cultural, político, etc. (RAMOS, 2017).

Para Cunha 2017, a matemática é considerada uma disciplina de extrema importância, devido a sua utilidade no dia a dia. Ferramenta utilizada pela sociedade, a matemática está presente em todas as profissões e em todas as áreas da educação. Para que os alunos vejam a matemática de forma significativa no seu dia a dia, associando a teoria ministrada em sala de aula com a prática do seu cotidiano, o professor:

Deve adotar um estilo em que o aluno possa se sentir envolvido com a referida disciplina, transmitindo os assuntos em sala de aula e aplicando-os a realidade presente do dia a dia. Demonstrando exemplos práticos e simples, com linguagem compressiva e clara, chamando mais a atenção dos alunos, despertando sua curiosidade (CUNHA, 2017).

A matemática dissociada da realidade é uma ciência isolada, sem sentido, desta forma:

Ela carece de estímulos para o seu aprendizado. Uma das grandes preocupações de todo professor de Matemática deve ser com relação à escolha dos conteúdos a serem ministrados,

proporcionando uma prioridade para o seu aluno dentro do vasto currículo de Matemática, e como torná-los significativos. Uma alternativa que tem se mostrado bastante interessante e que tem despertado a curiosidade do aluno é a da contextualização, onde os conteúdos da Matemática aparecem vinculados a outras áreas de conhecimento e a situações do cotidiano dos alunos (CHAGAS, 2016).

Para Cunha (2017) o aluno de ensino médio deve compreender a importância da matemática, não somente para entender as relações do assunto trabalhado em sala de aula com o seu cotidiano, mas também para fazer relação com o seu futuro profissional. Nessa perspectiva, a pesquisa realizada com alunos de ensino médio de uma escola pública na cidade de João Pessoa, permitiu ao autor concluir que é de fundamental importância o planejamento pedagógico a ser utilizado pelo professor para designar os parâmetros que deverão ser adotados em sala de aula.

Na Base Nacional Comum - BNCC para a matemática e suas tecnologias para o ensino médio:

Os estudantes devem desenvolver e mobilizar habilidades que servirão para resolver problemas ao longo de sua vida; por isso, as situações propostas devem ter significado real para eles. Nesse sentido, os problemas cotidianos têm papel fundamental na escola para o aprendizado e a aplicação de conceitos matemáticos, considerando que o cotidiano não se refere apenas às atividades do dia a dia dos estudantes, mas também às questões da comunidade mais ampla e do mundo do trabalho.

De acordo com Sarmiento et al. (2017), a matemática desempenha um importante papel na vida das pessoas, pois na vivência comunitária, a abordagem matemática torna-se relevante na vida de cada indivíduo que ali está inserido. Nos seus resultados obtidos no Estudo de caso no Distrito de Curral Novo, o autor:

Comprova que a vivência da matemática no contexto escolar e social, não é passada despercebida, tanto na escola como na comunidade de Curral Novo, sendo assim, o estudo mostrou com bases em vários autores que destacam a importância de trabalhar a matemática cotidiana associada a conteúdos ministrados em sala de aula que consegue fazer com que a matemática passe a ser vista e notada como uma disciplina prioritária no âmbito escolar e comunitário. Assim, contribuindo para uma prática escolar de qualidade e que mostrem avanços significativos e satisfatórios para educação local.

Na abordagem do ensino da matemática para o cotidiano, os conteúdos de estatística apresentam importantes fundamentos teóricos e ferramentas capazes de representar situações do cotidiano. Permite ao professor desenvolver atividades práticas em suas aulas, através de pesquisas, e aos alunos o desenvolvimento de diversas habilidades.

Com relação ao objeto do conhecimento da estatística na BNCC para o ensino médio, os alunos devem desenvolver as seguintes habilidades:

- Analisar gráficos e métodos de amostragem de pesquisas estatísticas apresentadas em relatórios divulgados por diferentes meios de comunicação, identificando, quando for o caso, inadequações que possam induzir a erros de interpretação, como escalas e amostras não apropriadas.
- Construir e interpretar tabelas e gráficos de frequências, com base em dados obtidos em pesquisas por amostras estatísticas, incluindo ou não o uso de softwares que inter-relacionem estatística.

No trabalho de Peça (2008) para alunos de ensino médio da rede pública estadual, o ensino e a aprendizagem da Estatística foram abordados através da análise e interpretação de tabelas e gráficos, destacando a importância da informática como prática pedagógica adotada pelo professor em sala de aula. Nesse trabalho foi possível concluir:

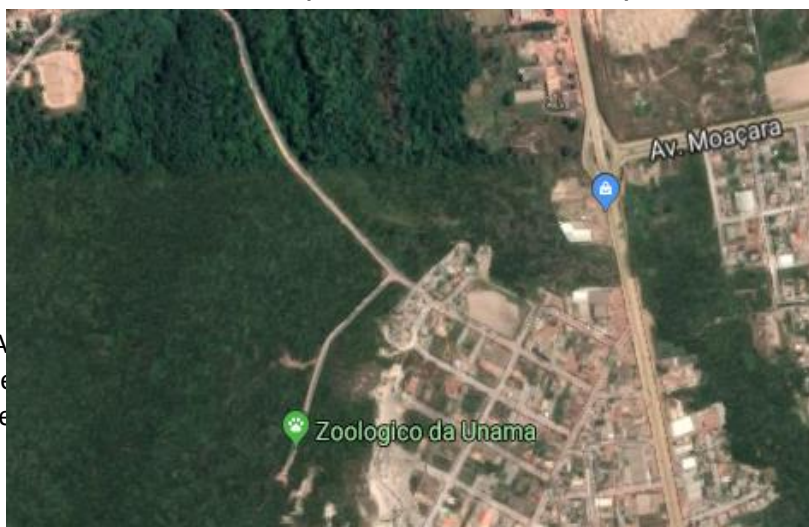
As tabelas e gráficos oferecem um ambiente rico em comunicação e representação matemática, ampliando a análise, a interpretação e a leitura a respeito dos assuntos apresentados nas tabelas e gráficos, aumentando a reflexão na resolução de problemas no contexto escolar e no seu cotidiano, favorecendo os estudantes para relacionarem melhor as informações divulgadas nos meios de comunicação, nos livros didáticos das diferentes disciplinas, entre outros instrumentos que utilizam essa linguagem gráfica.

Isso mostra que as habilidades de estatística estabelecidas na BNCC estão adequadas a realidade dos alunos, podendo ser desenvolvidas através de situações provenientes do cotidiano. Segundo Bayer & Echeveste (2003):

É necessário que os professores de matemática se conscientizem de que ensinar Estatística é de suma importância, pois o fruto deste trabalho é o desenvolvimento de alunos críticos, capazes de analisar informações e tomar decisões à luz de fatos e informações em sua futura profissão.

METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido com uma turma do terceiro ano do ensino médio de uma escola da rede pública estadual. A escola pública está localizada geograficamente a latitude 02° 26' 34.4" S e Longitude 54° 42' 36.4" W, bairro periférico do município de Santarém-PA, figura 1.



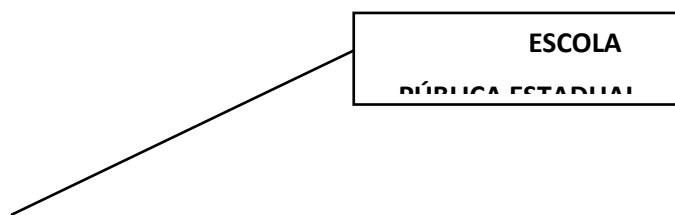


Figura 1. Localização da escola pública estadual, Santarém-PA³.

MATERIAIS E MÉTODOS

Na primeira etapa do trabalho foi ministrada aulas teóricas e práticas sobre Estatística básica, abordando os seguintes assuntos: Universo estatístico ou população estatística, amostra, medidas de tendência central (média, mediana e moda), medidas de dispersão (variância e desvio padrão), distribuição de frequências e plotagem de gráficos (histograma, setorial). As aulas forneceram informações aos alunos sobre a importância da estatística nas diversas áreas do conhecimento e a sua aplicação no cotidiano, mostrando seu aspecto interdisciplinar. Além disso, capacitaram-nos a calcular, analisar e interpretar as medidas estatísticas. As aulas práticas foram realizadas no laboratório de informática da escola utilizando as ferramentas tecnológicas do *Excel for Windows*. Essas aulas serviram de suporte para os cálculos de medidas de tendência central e dispersão, além das plotagens de gráficos.

Na segunda etapa, foi proposto para a turma uma atividade prática dos assuntos trabalhados em sala de aula, visando um ensino mais crítico e reflexivo, com aplicabilidade no cotidiano dos alunos.

É necessário que a escola desenvolva um ensino crítico e reflexivo, para isso devem ser trabalhados os conceitos estatísticos da melhor forma possível, de modo a proporcionar aos alunos o uso do pensamento estatístico e de métodos a partir dos problemas com que se deparam na realidade de suas vidas (CUORE, 2020).

³ **Fonte:** Imagem Google Earth, 2020.

A atividade proposta foi uma pesquisa com os moradores do bairro onde fica localizada a escola. Para isso, foi desenvolvido em sala de aula com os alunos, um questionário semiestruturado, abordando aspectos socioeconômicos de: Idade, gênero, educação, trabalho e renda, saúde.

Na terceira etapa, os alunos realizaram uma simulação da entrevista em sala de aula com o auxílio do professor. Esta atividade prévia serviu para sanar as possíveis dúvidas que poderiam ocorrer durante as entrevistas no bairro. Uma das questões ressaltadas pelo professor, foi a forma de abordagem para não causar constrangimento ao entrevistado.

Na quarta etapa, foi formado grupos de alunos para realização das entrevistas com os moradores do bairro, onde a escola fica localizada. Na quinta etapa, as informações coletadas com os questionários foram sistematizadas e tabuladas pelos alunos no laboratório de informática da escola, seguindo a orientação do professor e respondendo uma lista de perguntas sobre o assunto ministrado de estatística básica. Para gerar os dados e gráficos deste trabalho, utilizou-se o programa *Excel for Windows*. As tecnologias de informação e comunicação (TIC) têm exercido grande influência no ensino da Estatística, possibilitando a realização dos cálculos e facilitando o uso de uma grande variedade de formas de representação (PEÇA, 2008).

Na sexta etapa foi aplicado um questionário para os alunos responderem, com o propósito de verificar o entendimento do assunto, a relevância da atividade, o método de ensino, o nível de dificuldade e satisfação na execução do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os alunos fizeram sessenta (60) entrevistas com os comunitários do bairro, onde fica situada a escola. Os dados do questionário foram sistematizados e analisados pelos alunos com o auxílio do professor, apresentando os seguintes resultados:

Quanto ao aspecto pesquisado de gênero e idade da população entrevistada.

De acordo com os dados coletados, 45% da população do bairro são do gênero masculino e 55% do gênero feminino.

Quanto a idade da população amostrada variou de 0 a 79 anos, com média de 28 anos e desvio padrão de 16,6. A faixa etária mais representativa do bairro se encontra entre 20 a 24 anos, 17% e 15 a 19 anos, 13% (Figura 2). Isto mostra que a maioria dos moradores desse bairro são jovens com diferentes idades.

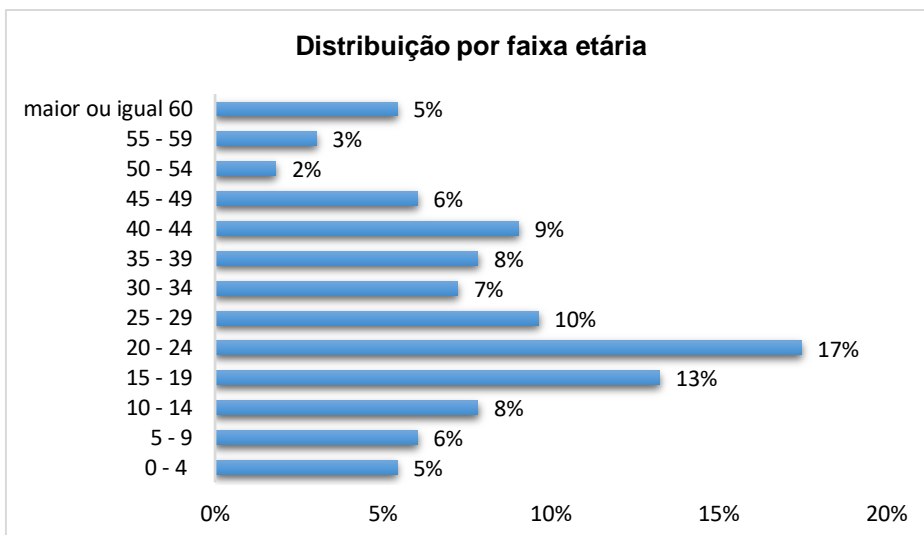


Figura 2. Distribuição das idades da população do bairro pesquisado por faixa etária.

Quanto ao aspecto pesquisado de educação.

Quanto ao nível de escolaridade dos moradores do bairro pesquisado, a maioria possui o ensino médio (34%), seguido do ensino fundamental incompleto (22%) e ensino médio incompleto (14%). Na entrevista foi identificado moradores com nível superior (6%) e nível técnico (1%), figura 3. Esses resultados mostram que a maioria dos moradores cursaram o ensino básico.

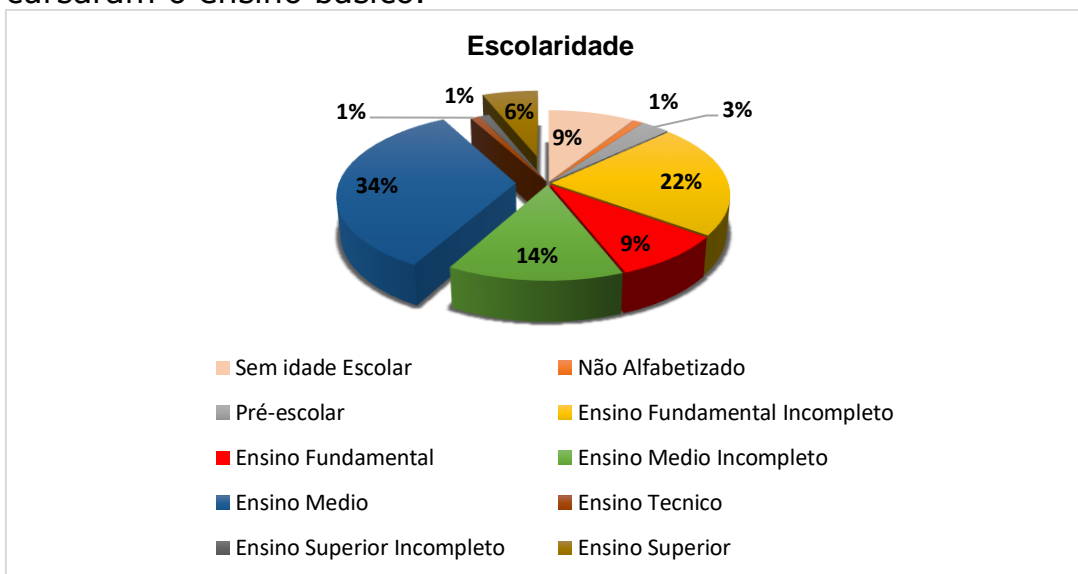


Figura 3. Distribuição por escolaridade dos moradores do bairro pesquisado.

Quanto ao aspecto pesquisado de trabalho, emprego e renda.

Em relação ao trabalho e emprego, constatou-se que 61 % das famílias do bairro são economicamente ativas (figura 4), onde as atividades geradoras de renda identificadas foram bastante diversificadas, sendo as mais representativas: Prestadores de serviços, autônomos, professores, vigilante, frentista, militar, motorista, enfermeiro, farmacêutico.

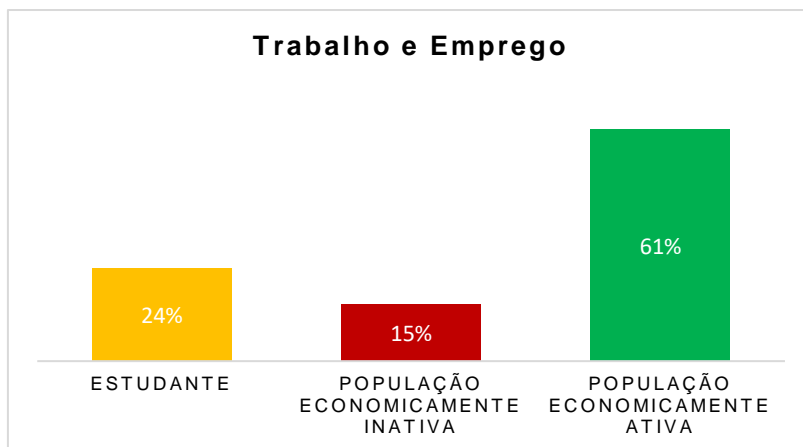


Figura 4. Trabalho e emprego das famílias do bairro pesquisado.

Com relação ao critério renda obtida pelo trabalho ou emprego das famílias do bairro, a maioria recebe até 1,5 salários mínimo por mês (43%), figura 5. A baixa renda familiar pode estar relacionada ao baixo nível de escolaridade dos moradores do bairro.

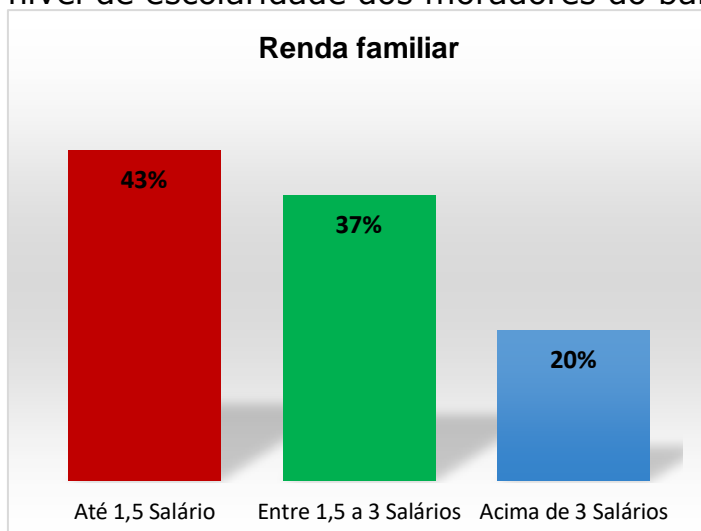


Figura 5. Renda das famílias do bairro pesquisado.

Quanto ao aspecto pesquisado de saúde.

O bairro tem atendimento à saúde realizada por um posto de saúde que conta diariamente com uma equipe de auxiliares, técnicos de enfermagem e enfermeiro, e periodicamente atendimento de médicos. A maioria das famílias entrevistadas consideraram o atendimento à saúde do bairro, regular (53%), figura 6.

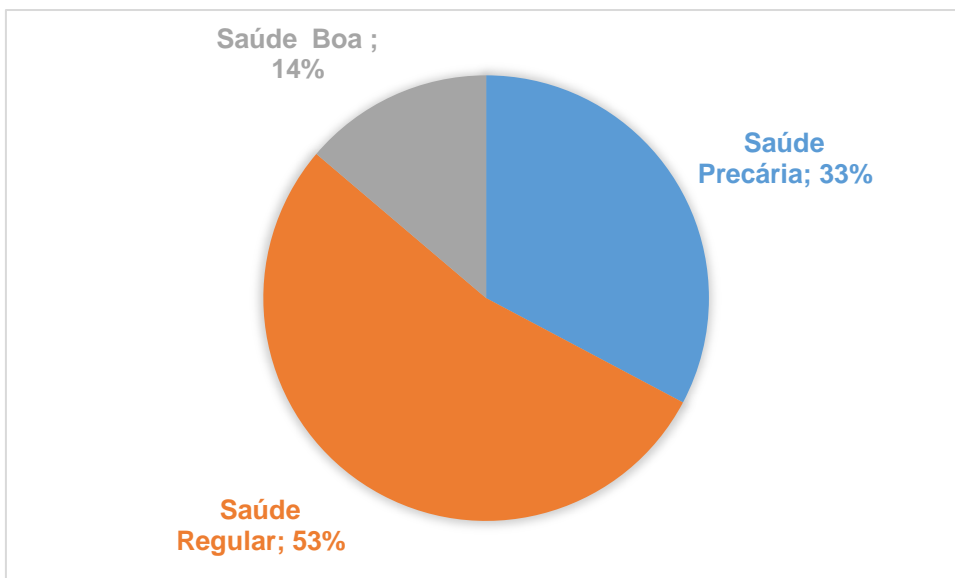


Figura 6. Atendimento à saúde no bairro pesquisado.

Além disso, foram identificados nas entrevistas, o uso de drogas ilícitas, em 7% das famílias e o uso excessivo de bebidas alcoólicas, em 15% (figura 7).

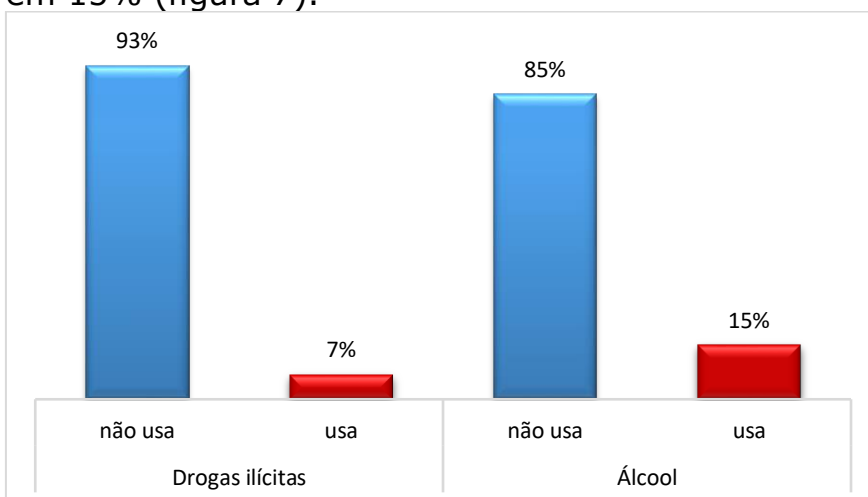


Figura 7. Uso de drogas ilícitas e bebidas alcoólicas no bairro pesquisado.

Este trabalho permitiu ao professor a utilização de uma metodologia educacional diferenciada, rompendo com a barreira do ensino tradicional. Os alunos tiveram a oportunidade de desenvolver os conteúdos ministrados em sala de aula nas atividades do seu cotidiano. Os resultados obtidos a partir da atividade prática desenvolvida pelos alunos com orientação do professor, demonstraram as competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular para o ensino médio, que visa conhecimentos para os alunos progredirem nos estudos, formação da cidadania e o futuro profissional.

As competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos na realização deste trabalho, foram:

- Aplicação prática dos conceitos estatísticos trabalhados

em sala de aula;

- Execução da atividade através de amostragem estatística;
- Organização e tabulação dos dados coletados;
- Cálculo, análise e interpretação de medidas estatísticas: amplitude, média, frequência absoluta e relativa, variância e desvio padrão;
- Construção de gráficos adequados (barras, colunas, setores) para representar um conjunto de dados, utilizando tecnologias educacionais;
- Análise e interpretação dos gráficos estatísticos;
- Aplicação da matemática em situações do cotidiano;
- Utilização da pesquisa como prática pedagógica de ensino da estatística

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE

Os alunos apresentaram um excelente desempenho escolar durante processo avaliativo da disciplina ministrada pelo professor. A atividade prática desenvolvida pelos alunos, permitiu uma melhor compreensão do assunto abordado em sala de aula.

Com relação ao resultado do questionário avaliativo da atividade respondido pelos alunos:

- Todos os alunos gostaram da metodologia utilizada pelo professor, sugerindo que este tipo de prática pedagógica seja adotado pela escola em todas as disciplinas;
- Os alunos entenderam o propósito do trabalho, considerando as atividades desenvolvidas relevantes para suas vidas;
- Os alunos conseguiram associar as atividades práticas desenvolvidas com aulas ministradas pelo professor;
- O trabalho mostrou relevância para a vida profissional futura dos alunos, pois durante as entrevistas, eles tiveram contato com diversas profissões;
- A atividade desenvolvida está contextualizada com a realidade em que vivem os alunos.

De maneira geral, todos entenderam o propósito do trabalho, considerando as atividades desenvolvidas relevantes para suas vidas, porém a sua aplicação teve um certo nível de dificuldade e complexidade solucionadas pela orientação mediada pelo professor.

Segundo Bayer & Echeveste (2003), é necessário que os professores de matemática se conscientizem que ensinar Estatística é de suma importância para o desenvolvimento de alunos críticos, capazes de analisar informações e tomar decisões à luz de fatos e informações em sua futura profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os alunos realizaram 60 entrevistas sobre a situação socioeconômica dos moradores do bairro pesquisado, onde fica situada a escola. Essa pesquisa apresentou uma população predominantemente jovem com o nível básico da educação. A maioria dos moradores são economicamente ativos de baixa renda e atividades profissionais bastante diversificadas. Em relação ao aspecto de saúde no bairro, é considerada regular, com casos de drogas ilícitas e uso abusivo de álcool nas famílias.

No aspecto das competências e habilidades, os alunos demonstraram os conhecimentos necessários para composição do currículo escolar, tendo como parâmetro, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC para o ensino médio. Os alunos aprenderam a calcular as medidas estatísticas, utilizar métodos de amostragem, pesquisar informações reais do cotidiano, tabular e sistematizar dados, construir, analisar e interpretar gráficos, com e sem o auxílio de ferramentas computacionais. Para isso, o professor utilizou uma metodologia pedagógica diferenciada para o ensino da estatística, associando aulas teóricas com atividades práticas do cotidiano dos alunos.

Apesar das dificuldades e complexidades de aplicação deste trabalho, os alunos puderam aplicar os conhecimentos adquiridos em sala de aula em uma situação real do seu cotidiano. A metodologia de ensino utilizada pelo professor contribuiu na formação dos estudantes para continuar os seus estudos, para a vida em cidadania e para tomada de decisão do seu futuro profissional.

A atividade desenvolvida tem uma característica interdisciplinar, podendo ser aplicada também em outras áreas do conhecimento. As escolas de ensino básico devem adotar metodologias diferenciadas em seu currículo escolar, visando um ensino mais participativo e significativo para os alunos, contribuindo para a sua formação escolar e preparando-os para a vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

BAYER, Arno; ECHEVESTE, Simone. Estatística na escola: Importância dos conteúdos de estatística no ensino fundamental e médio. **Acta Scientiae**, v.5, n.1, p. 36-42, jan. - jun., 2003.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 29 de agosto de 2020.

CHAGAS, Gisele Aparecida. **A matemática no cotidiano**. Monografia-Universidade Federal de São João Del-Rei – UFSJ:

Departamento de Matemática e Estatística, 2016. Disponível em: <http://dspace.nead.ufsj.edu.br/trabalhospublicos/bitstream/handle/123456789/46/GISELLE%20APARECIDA%20CHAGAS_12334_assigns_submission_file_Giselle%20tcc.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 30 de agosto de 2020.

CUNHA, César Pessoa. A Importância da Matemática no Cotidiano. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Edição 04. Ano 02, Vol. 01. P. 641-650, julho de 2017.

CUNHA, César Pessoa. Aplicabilidade da Matemática no Futuro Profissional do Aluno do Ensino Médio. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Edição 04. Ano 02, Vol. 01. P. 651-665, Julho de 2017.

CUORE, Raul Enrique. **A estatística no cotidiano escolar**. Disponível em: <<https://artigos.etc.br/a-estatistica-no-cotidiano-escolar.html>>. Acessado em: 29 de agosto de 2020.

Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular Ensino Médio: Educação é a base**. Brasília. MEC/SEF. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf>. Acessado em: 30 de agosto de 2020.

PEÇA, Célia Maria Karpinski. **Análise e interpretação de tabelas e gráficos estatísticos utilizando dados interdisciplinares**. 2008. Programa de Desenvolvimento Educacional, UTFPR, Paraná. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1663-8.pdf>>. Acessado em: 30 de agosto de 2020.

RAMOS, Taurino Costa. A importância da matemática na vida cotidiana dos alunos do ensino fundamental II. **Cairu em Revista**. Edição nº 09. Ano 06. p. 201-218, Jan.-fev. 2017.

SARMENTO, Carlos Vitor da Silva; SARMENTO, C.F.S; CRUZ, M. A.; SALVADOR, L. S.; GAMA, A. F.; GAMA, M. S. A vivência da matemática no contexto escolar e social: Estudo de caso no distrito de curral novo. **Revista Científica Semana Acadêmica**, v. 01, p. 01, 2017.

ASSISTÊNCIA DO ENFERMEIRO À GESTANTE COM PRÉ ECLAMPSIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Luz, Letícia Lima da⁴

RESUMO

O presente artigo consiste em uma revisão de literatura integrativa com avaliações de indexações consideradas relevantes ao estudo sobre o período gestacional e os fatores que influenciam diretamente no risco materno e fetal aos distúrbios caracterizados pela súbita elevação da pressão arterial.

Essas alterações são desconhecidas e podem vir ocasionar transformações relevantes ao processo normal da gestação.

O objetivo desse estudo é mostrar a conduta do enfermeiro e o cuidado preventivo, nas intervenções e tratamento das gestantes com pré eclampsia.

Os resultados enfatizam que a consulta de enfermagem preventiva é um dos métodos mais eficientes para manter a saúde materna e fetal estáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem. Cuidados. Pré eclampsia.

INTRODUÇÃO

A gravidez é um momento de formidáveis reestruturações na vida de uma mulher e nos papéis que ela desempenha. Durante esse momento ela tem que passar a conduta de filha para de também ser mãe e reviver experiências anteriores, além de ter de reajustar seu relacionamento conjugal, posição sócia econômica e suas atividades profissionais.

Todavia em alguns casos, nesse período podem ocorrer mudanças e transformações desfavoráveis ao processo habitual, dentre eles a hipertensão gestacional pode ser uma delas.

Segundo Silva et.al (2011, p.307), "a gestação é considerada um fenômeno natural e fisiológico da mulher, entretanto em volta de 10% delas podem ser afetadas pela doença hipertensivas da gestação".

A pré eclampsia é uma complicação da gravidez que pode ocorrer a partir da 20ª semana, é uma condição específica da gestação que abrange o colapso de diversos órgãos e está associada à hipertensão e proteinúria, (SILVA et.al 2011).

O enfermeiro como integrante da saúde da mulher está envolvido como um todo na assistência integral, proporcionando um atendimento de qualidade, com melhoria dos resultados e responsabilidades. Ele atua contribuindo para cultivar a saúde da gestante por meio da prevenção e tratamento através de seus conhecimentos científicos.

⁴ Bacharel em Enfermagem pela Unifal – Centro Universitário Ítalo Brasileiro, Pós Graduada pela FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas em Oncologia e Urgência e Emergência. Enfermeira especialista em Oncologia com atendimento direcionado a população do sistema único de saúde.

Diante dos altos índices de óbitos maternos e fetais relacionado à hipertensão gestacional, este estudo tem como objetivo proporcionar novos conhecimentos sobre o assunto proposto.

Acreditamos que com a realização deste trabalho, possa aperfeiçoar os conhecimentos relacionados à conduta do enfermeiro a gestante com diagnóstico de pré eclampsia uma melhor assistência, bem como deixar para futuros colegas e demais profissionais a facilidade de obtenção destes dados.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de revisão de literatura integrativa que tem como intuito agregar resultados de pesquisas sobre o estudo, de maneira sistêmica e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento de como o enfermeiro pode atuar na promoção, prevenção e recuperação a saúde das gestantes, (MARTINATO et.al 2010).

A alteração de pressão arterial em gestantes acontece de forma gradativa e vai se agravando no momento que não realizam um acompanhamento gestacional adequado. A consulta de enfermagem preventiva é um dos métodos mais eficientes para manter a saúde materna e fetal estáveis.

A CONDUTA DO ENFERMEIRO / DISCUÇÃO

Entre os profissionais capacitados para oferecer assistência adequada, destaca-se o enfermeiro, que tem a dádiva do cuidar, fazer o bem, ajudar ou auxiliar, orientar ou ensinar, supervisionar ou encaminhar a outros profissionais, (FERREIRA et. al. 2016).

A atuação do enfermeiro nos cuidados com a gestante são condutas que como ação o monitoramento do pré-natal e adoção de medidas preventivas e/ou terapêuticas que possam minimizar complicações. Mostra-se, assim, como elemento ativo, ao executar a assistência à gestante no pré-natal e até mesmo da gravidez, durante as consultas de planejamento familiar na busca de identificar fatores de risco e doenças que ofereça alguma complicação durante a gestação, principalmente nas populações de maior vulnerabilidade. (SARMENTO et.al. 2020, p. 264)

De acordo com Aguiar et.al (2010), a sistematização da assistência de enfermagem consiste em realizar um atendimento de maneira contínua e integral, através de um sistema composto de cinco etapas: histórico, diagnósticos, planejamento, intervenções de enfermagem e avaliação.

A sistematização da assistência de enfermagem é um padrão metodológico no qual o enfermeiro realiza seus conhecimentos técnico-científicos, proporcionando o cuidado e a organização das condições necessárias, desenvolvendo uma assistência de enfermagem contínua e de qualidade (AGUIAR et.al, 2010).

O profissional de enfermagem tem de adquirir aptidão do uso da comunicação terapêutica, de modo a garantir conhecimentos que o levarão a prestar uma assistência de enfermagem humanizada. Isto exige dele habilidades para estabelecer o relacionamento com o paciente de forma efetiva, com objetivo de oferece lhes apoio, conforto, informações precisas

e despertar o seu sentimento de confiança e da auto-estima, bem como proporcionar melhor desenvolvimento no convívio social.

FATORES DE RISCO DE PRÉ-ECLAMPSIA

De acordo com Gonçalves, Fernandes e Sobral (2005), a pré eclampsia é apresentada, como uma doença de maior incidência, tendo em vista a multiplicidade de fatores que podem predispor a mulher gestante a desenvolver a doença. Entre eles destacam-se: gemelaridade; nível socioeconômico, principalmente no que se refere ao acesso aos serviços de saúde; estado nutricional; entre outros.

Segundo Assis, Viana e Rassi (2008) os fatores que aumentam o risco de desenvolver a pré eclampsia são: diabetes, doença renal, obesidade, gravidez múltipla, primiparidade, idade superior a 35 anos, antecedentes pessoais ou familiares de pré eclampsia e/ou hipertensão arterial crônica e raça negra.

Os riscos gestacionais relacionados à gestação em idade avançada tem sido preocupação da obstetrícia, sendo que hoje em dia aumenta o número de mulheres que retardam a primeira gravidez. A busca pela independência financeira, o maior tempo de formação solicitado pelo mercado de trabalho moderno, as separações e novas uniões conjugais, os métodos de anticoncepção e fertilização assistida favorece este fenômeno (ALVES, et. al 2017).

A hipertensão gestacional é 6 a 17% em pacientes nulíparas e de 2 a 4% em pacientes múltiparas. Nos casos de 20-50% das pacientes com hipertensão gestacional pode progredir para pré eclampsia com desenvolvimento de proteinúria antes ou após o parto. Em caso de gestação gemelar a prevalência é de 14% (OLIVEIRA et.al, 2006).

Na assistência pré-natal a identificação de fatores de risco relacionada ao desenvolvimento da pré eclampsia é essencial para que se possa diagnosticar os primeiros sinais e sintomas da doença. Uma vez identificados sinais e sintomas é fundamental que a atenção esteja direcionada para prevenir o agravamento da doença e assim, reduzir a morbimortalidade materna e Peri natal.

TRATAMENTOS DA PRÉ-ECLAMPSIA

De acordo com Vettore et.al (2011, p.01), "o cuidado da gestante hipertensa deve ser feito com repouso e dieta, sendo recomendado tratamento medicamentoso quando a pressão arterial diastólica da gestante ultrapassar 100mmHg. Adequadas intervenções no pré-natal colaboram para redução de complicações e das mortes maternas por hipertensão arterial".

A suplementação de cálcio no pré-natal previne hipertensão arterial e pré eclampsia, especialmente em gestantes com maior risco. O uso de sulfato de magnésio apresentou bons resultados comparado ao uso de placebo e fenitoína (VETTORE et.al, 2011).

Segundo Ferrão et.al (2006), o tratamento da pré eclampsia está relacionado a diminuição da pressão sanguínea materna e aumento do fluxo sanguíneo placentário. Habitualmente a hidralazina e a metildopa são as

drogas anti-hipertensivas utilizadas durante a gestação, gerando o relaxamento do músculo liso das arteríolas periféricas e a redução da resistência vascular.

Embora haja várias drogas anti-hipertensivas para uso durante a gestação, a interrupção da gestação mostra ser a única forma de impedir a evolução das alterações fetais e maternas. Os casos graves exigem interrupção precoce para controle das alterações maternas e do sofrimento fetal (FERRÃO et.al, 2006).

Gestantes com pré eclampsia precisam de cuidados tanto aos aspectos emocionais quanto aos que abrangem a doença; o diálogo, a habilidade de percepção e a eficiência da equipe de saúde são ações primordiais (AZEVEDO et.al, 2009).

De acordo com Peraçoli e Parpinelli (2005), o conhecimento da fisiopatologia da pré eclampsia, o diagnóstico precoce e a atuação no momento certo melhoram o prognóstico materno e Peri natal e, sobretudo diminui as elevadas taxas de mortalidade materna, decorrentes das síndromes hipertensivas.

Um pré-natal de qualidade é uma importante estratégia de cuidado para diminuir a incidência de complicação da pré eclampsia, alguns fatores são importantes na decisão terapêutica, sendo eles; a gravidade da doença, o período gestacional de manifestação da doença e a manutenção do equilíbrio mãe-feto.

A seguir faz se necessário uma abordagem que aproxime este trabalho da enfermagem, desta forma optou pela sistematização da assistência de enfermagem.

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM (SAE)

Segundo Silva e Albuquerque (2009), analisando que a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) consiste em atividade privativa do Enfermeiro, utiliza método e estratégia de trabalho científico para a identificação das situações de saúde/doença, auxiliando a prescrição e implementações de ações da assistência de enfermagem que possam contribuir para a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação em saúde do indivíduo, família e comunidade.

Considerando a SAE como a prática de um processo de trabalho adequado às necessidades da comunidade e como modelo assistencial a ser sobreposto em todas as áreas de assistência à saúde pelo enfermeiro (SILVA E ALBURQUEQUE, 2009).

Segundo Silva e Albuquerque (2009), a prática da SAE constitui, efetivamente, na melhora da qualidade da assistência de enfermagem, sendo realizada através de planejamento, organização, execução e avaliação do processo de enfermagem, que compreende as seguintes etapas: consulta de enfermagem, histórico, exame físico, diagnóstico de enfermagem, prescrição de enfermagem e evolução de enfermagem.

DIAGNÓSTICOS DE ENFERMAGEM

Conforme a Nanda (2010), o enfermeiro após ter analisado os dados colhidos no histórico e exame físico, identificará os problemas de

enfermagem, as necessidades básicas afetadas, grau de dependência e fará um julgamento clínico sobre as respostas do indivíduo, da família e comunidade ao processo saúde e doença; e que constituem a base para a seleção das ações ou intervenções com as quais se objetiva alcançar os resultados esperados.

Dentre os principais diagnósticos de enfermagem de pacientes com pré eclampsia foram identificados a os seguintes diagnósticos:

- ✓ Medo/ansiedade relacionados à pré eclampsia e seus efeitos sobre o feto.
- ✓ Risco de excesso de volume de fluido relacionado ao aumento da retenção de sódio.
- ✓ A diminuição do débito cardíaco relacionada com o uso de drogas anti-hipertensivas.
- ✓ Padrão de sono prejudicado relacionado aos sinais e sintomas
- ✓ Perfusão Tissular Prejudicada, caracterizada pela pressão sanguínea fora dos parâmetros aceitáveis.
- ✓ Conforto prejudicado, relacionado à dificuldade respiratória, caracterizada a má circulação sanguínea.
- ✓ Risco de parto prematuro, relacionado à pré eclampsia e seus efeitos sobre o feto
- ✓ Risco de sangramento pré natal e descolamento prematuro da placenta.
- ✓ Mobilidade física prejudicada relacionada à retenção de líquido

INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM

Segundo Nanda (2010) as intervenções de enfermagem são conjunto de medidas decididas pelo enfermeiro, que direciona e coordena a assistência de enfermagem ao paciente de forma individualizada e contínua objetivando a prevenção, promoção, proteção, recuperação e manutenção da saúde.

As intervenções propostas são:

- ✓ Orientar sobre os sinais/sintomas de alarme de pré eclampsia.
- ✓ Monitorar a pressão arterial e comparar as leituras com as anteriormente na gestação.
- ✓ Monitorar peso diariamente.
- ✓ Monitorar o edema (tornozelo dedos da mão e no rosto).
- ✓ Monitorar os resultados dos exames laboratoriais de proteinúria.
- ✓ Investigar e instruir a cliente a comunicar sobre, náuseas, dispnéia, cefaléia, visão turva, vômitos.
- ✓ Monitorar a frequência e o ritmo cardíaco fetais.
- ✓ Ensinar a cliente a observar e comunicar cólicas, dor lombar baixa, pressão pélvica sangramento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos grandes avanços na medicina moderna a alta incidência de hipertensão arterial na gestação ainda é um dos principais fatores preocupantes para a equipe obstétrica. A identificação precoce de fatores de risco é essencial no diagnóstico dos primeiros sinais e sintomas da doença, sendo que uma vez identificados fica mais fácil prevenir a gravidade e assim reduzir a morbimortalidade materna/fetal.

Para minimizar os riscos maternos e Peri natais devem-se criar estratégias para melhorar a assistência as mulheres hipertensas, as quais merecem tratamento especial com pré-natal diferenciado

O enfermeiro através de seu conhecimento técnico científico contribui com uma assistência individualizada que tem o intuito de aumentar a qualidade de atenção à saúde da mulher.

7. REFERÊNCIAS

ALVES, Crésio et al. O papel do complexo principal de histocompatibilidade na fisiologia da gravidez e na patogênese de complicações obstétricas. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.**, Recife, v.7, n. 4, Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292007000400002&lng=en&nrm=iso>.

ALVES, F. M. C et.al. Complicações na gestação em mulheres com idade maior ou igual a 35 anos. **Rev Gaúcha Enferm.** 2017; 38(4):e2017-0042.<http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2017.04.2017-0042>

AGUIAR, M. I. F. et.al. Sistematização da Assistência de Enfermagem a paciente com Síndrome Hipertensiva Específica da Gestação.**Rev. Rene. Fortaleza, v. 11, n. 4, p. 66-75, out./dez.2010. Disponível em:** <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILA CS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=589746&indexSearch=ID>>.

ASSIS, T. R; VIANA, F. P; RASSI, S. Estudo dos principais fatores de risco maternos nas síndromes hipertensivas da gestação. **Arq. Bras. Cardiol.** São Paulo, v.91, n. 1, jul. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2008001300002&lng=pt&nrm=iso>.

ARTICO, L.G. et al. Alterações histopatológicas em placentas humanas relacionadas às síndromes hipertensivas. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, Rio de Janeiro, v.31, n. 1, jan. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032009000100003&lng=pt&nrm=iso>.

AZEVEDO, D. V. et.al; Percepções e Sentimentos de Gestantes e Puérperas sobre a Pré-Eclâmpsia.**Rev. salud pública.** 2009, vol.11, n.3, pp. 347-358. Disponível em:

<http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-00642009000300004&lng=en&nrm=iso>.

BEZERRA, Elmiro Hélio Martins et al. Mortalidade materna por hipertensão: índice e análise de suas características em uma maternidade-escola. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, Rio de Janeiro, v.27, n. 9, set. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032005000900008&lng=pt&nrm=iso>.

BRANDAO, Augusto Henrique Fulgêncio; CABRAL, Marcelo Araújo; LEITE, Henrique Vitor and CABRAL, Antônio Carlos Vieira. Função endotelial, perfusão uterina e fluxo central em gestações complicadas por Pré-Eclampsia. *Arq. Bras. Cardiol.* [Online]. 2012, vol.99, n.4, pp. 931-935. Epub Sep 13, 2012. ISSN 0066-782X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0066-782X2012005000087>.

CARVALHO, R. C. M. et al. Fatores preditivos de hipertensão gestacional em adolescentes primíparas: análise do pré-natal, da MAPA e da microalbuminúria. **Arq. Bras. Cardiol.** São Paulo, v. 87, n. 4, out. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2006001700014&lng=pt&nrm=iso>.

CAVALLI, R.C. et al. Predição de pré eclampsia. *Rev. Brasileira de ginecologia e obstetrician.* Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgo/v31n1/v31n1a01.pdf>.

COELHO, T. M et al. Proteinúria nas síndromes hipertensivas da gestação: prognóstico materno e perinatal. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, São Paulo, v.50, n. 2, abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302004000200040&lng=pt&nrm=iso>.

COSTA, H. L. F. F; COSTA, C. F. F; COSTA, L. O. B. F. Idade materna como fator de risco para a hipertensão induzida pela gravidez: análise multivariada. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, Rio de Janeiro, v.25, n.9, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032003000900003&lng=pt&nrm=iso>

CUNHA, M. A. et al. Assistência pré-natal: competências essenciais desempenhadas por enfermeiros. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v.13, n.1, Mar. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452009000100020&lng=en&nrm=iso>.

DIAS, B. R. et al. Desenvolvimento neuropsicomotor de lactentes filhos de mães que apresentaram hipertensão arterial na gestação. **Arq. Neuro-Psiquiatr.**, São Paulo, v.63, n. 3a, set. 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-282X2005000400014&lng=pt&nrm=iso>.

DUSSE, L. M S; VIEIRA, L. M; CARVALHO, M. G. Avaliação do dímero D (D-Di) na doença hipertensiva específica da gravidez (DHEG). **J. Bras. Patol. Med. Lab.**, Rio de Janeiro, v.39, n. 3, set. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-24442003000300003&lng=pt&nrm=iso>.

FACCA, Thais Alquezar; KIRSZTAJN, Gianna Mastroianni and SASS, Nelson. Pré-eclâmpsia (indicador de doença renal crônica): da gênese aos riscos futuros. *J. Bras. Nefrol.* [Online]. 2012, vol.34, n.1, pp. 87-93. ISSN 0101-2800. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-28002012000100015>.

FERRAO, M. H. L. et al. Efetividade do tratamento de gestantes hipertensas. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, São Paulo, v.52, n. 6, dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302006000600016&lng=pt&nrm=iso>.

FERRAZ, T.R; NEVES, E. T. Fatores de risco para baixo peso ao nascer em maternidades públicas: um estudo transversal. **Rev. Gaúcha Enferm. (Online)**, Porto Alegre, v.32, n. 1, mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472011000100011&lng=pt&nrm=iso>.

FERREIRA, S. S. S. R. et. al. Assistência de enfermagem a mulheres com pré-eclâmpsia e/ou eclâmpsia: revisão integrativa. **Rev. esc. enferm. USP**, vol.50 no.2 São Paulo Mar./Apr. 2016. <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342016000200324&script=sci_arttext&lng=pt>

FILHO, E. A. F; OLIVEIRA, V. M. Associação entre abortamentos recorrentes, perdas fetais, pré-eclâmpsia grave e trombofilias hereditárias e anticorpos antifosfolípidos em mulheres do Brasil Central. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet.* [online]. 2007, vol.29, n.11 [cited 2013-05-08], pp. 561-567. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032007001100003&lng=en&nrm=iso>.

FILHO, E.V. C. et al. Dilatação mediada por fluxo no diagnóstico diferencial da síndrome de pré-eclâmpsia. **Arq. Bras. Cardiol.** São Paulo, v. 94, n. 2, fev. 2010. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2010000200009&lng=pt&nrm=iso>.

GALAO, A.O. Polimorfismos genéticos na pré-eclâmpsia. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, Rio de Janeiro, v.26, n. 7, ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032004000700014&lng=pt&nrm=iso>.

GANEM, E. M; CASTIGLIA, Y. M. M. Anestesia na Pré-Eclâmpsia. **Rev. Bras. Anesthesiol.**, Campinas, v. 52, n. 4, July 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-70942002000400013&lng=en&nrm=iso>.

HENRIQUE, A. J. et al. Resultado perinatal em mulheres portadoras de hipertensão arterial crônica: revisão integrativa da literatura. **Rev. bras. enferm.** [Online]. 2012, vol.65, n.6, pp. 1000-1010. ISSN 0034-7167. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672012000600017>.

MAESTA, Izildinha et al. Mola hidatiforme completa e eclâmpsia: relato de caso. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.** [online]. 2003, vol.25, n.6, pp. 445-448. ISSN 0100-7203. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-72032003000600010>.

MACHADO, A. V; MELO, V. H; NETO, R. M. N. Monitorização ambulatorial da pressão arterial em gestantes normotensas: estudo longitudinal da pressão arterial e da frequência cardíaca materna nos três trimestres da gestação. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, Rio de Janeiro, v.25, n.3. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032003000300004&lng=en&nrm=iso>.

MARTINATO, M.C.N.B et al. Absenteísmo na Enfermagem: uma revisão integrativa. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre. 2010.

MELO, B. C. P. et al. Perfil epidemiológico e evolução clínica pós-parto na pré-eclâmpsia grave. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, São Paulo, v.55, n.2, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302009000200022&lng=pt&nrm=iso>.

MENDES. K. D.S, Silveira, R.C.P, Galvão, C.M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto - enferm.** [online]. vol.17, n.4, pp. 758-764. ISSN 0104-0707. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>.

MUNDIM, G J. Avaliação de moduladores de angiogênese em gestantes normais e com pré-eclâmpsia. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.** [online]. 2012,

vol.34, n.5, pp. 0-0. ISSN 0100-7203. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-72032012000500010>.

NANDA Internacional. **Diagnósticos de Enfermagem da NANDA: definições e classificações 2009-2011**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

NETO, J A.S. Hipertensão arterial na gravidez: avaliação de um protocolo de tratamento. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, Rio de Janeiro, v.26, n. 9. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032004000900012&lng=pt&nrm=iso>.

NOVO, J. L.V. G; GIANINI, R J. Mortalidade materna por eclampsias. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.**, Recife, v.10, n. 2. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292010000200008&lng=pt&nrm=iso>.

OHASHI, Y. et al. Avaliação hemodinâmica não invasiva de mulheres não grávidas, gestantes saudáveis e gestantes com pré-eclâmpsia usando biorreatância. *Rev. Bras. Anesthesiol.* [Online]. 2010, vol.60, n.6, pp. 608-613. ISSN 0034-7094. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-70942010000600006>.

OLIVEIRA, C. A. de et al. Síndromes hipertensivas da gestação e repercussões perinatais. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.**, Recife, v.6, n. 1. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292006000100011&lng=pt&nrm=iso>.

OLIVEIRA, L. M. et al. Repercussões da imersão sobre a pressão arterial em gestantes. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte (Impr.)**, Porto Alegre, v.32, n. 2-4. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32892010000200017&lng=pt&nrm=iso>.

PERACOLI, J C; PARPINELLI, M. A. Síndromes hipertensivas da gestação: identificação de casos graves. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, Rio de Janeiro, v.27, n.10. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032005001000010&lng=pt&nrm=iso>.

REIS, Z. S. N et al. Pré-eclâmpsia precoce e tardia: uma classificação mais adequada para o prognóstico materno e perinatal? **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, Rio de Janeiro, v.32, n. 12. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032010001200004&lng=pt&nrm=iso>.

RIO, S. M. P. et al. Alterações ultra estruturais do glomérulo na pré-eclâmpsia. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, Rio de Janeiro, v.26, n. 3. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032004000300012&lng=en&nrm=iso>.

SANCHEZ, V. H. S. et al. Usodámicroalbuminúria em amostras urinárias aleatórias para o rastreamento de pré-eclâmpsia em grávidas diabéticas. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, Rio de Janeiro, v.25, n. 4. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032003000400009&lng=pt&nrm=iso>.

SANTOS, E. V; FILHO, J. M. Plaquetograma em gestantes normais e com pré-eclâmpsia. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, Rio de Janeiro, v.26, n.3. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032004000300005&lng=pt&nrm=iso>.

SARMENTO, R. S. et.al. Pré-eclâmpsia na gestação: ênfase na assistência de enfermagem. **Enfermagem Brasil 2020;19(3):261-267**. Disponível em: <https://doi.org/10.33233/eb.v19i3.4127>

SILVA, E. F. et al. Percepções de um grupo de mulheres sobre a doença hipertensiva específica da gestação. **Rev. Gaúcha Enferm. (Online)**, PortoAlegre, v.32, n.2. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472011000200015&lng=pt&nrm=iso>.

SILVA M.C.N; ALBUQUERQUE G. L.**Resolução COFEN 358 / 2009**, Brasília-DF, 2009. Disponível em: http://webmail.coren-rs.com.br/docs/Legislacoes/legislacao_7a3914c30c09bb242f08c9f36a776fdd.pdf.

SILVA, R.N. et al. Significado da presença de esquizócitos no sangue periférico de gestantes com pré-eclâmpsia. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, Rio de Janeiro, v.30, n.8. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032008000800006&lng=pt&nrm=iso>.

SOARES, V. M. N. et al. Mortalidade materna por pré-eclâmpsia/eclâmpsia em um estado do Sul do Brasil. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, Rio de Janeiro, v.31, n.11. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032009001100007&lng=pt&nrm=iso>.

SOUZA, A. S. R. Efeitos da dose de ataque do sulfato de magnésio sobre os parâmetros dopplervelocimétricos na pré-eclâmpsia grave. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, Rio de Janeiro, v.29, n. 8. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032007000800009&lng=pt&nrm=iso>.

SOUZA, A. S. R. et al. Comparação entre os índices dopplervelocimétricos na predição de recém-nascidos pequenos para idade gestacional em gestantes com síndromes hipertensivas. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, Rio de Janeiro, v.33, n. 4. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032011000400002&lng=en&nrm=iso>.

SOUZA, A. S. R. et al. Doppler das artérias umbilicais e cerebral média fetal após sulfato de magnésio na pré-eclâmpsia. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, São Paulo, v.54, n.3. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302008000300016&lng=pt&nrm=iso>.

SOUZA, E. V. Ácido acetilalicílico associado ao cálcio na prevenção da pré-eclâmpsia em gestantes hipertensas crônicas selecionadas pela dopplervelocimetria das artérias uterinas. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, Rio de Janeiro, v.28, n. 2. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032006000200010&lng=pt&nrm=iso>.

SOUZA, N. L. et al. Percepção materna com o nascimento prematuro e vivência da gravidez com pré-eclâmpsia. **Rev. Saúde Pública.** 2007, vol.41, n.5, pp. 704-710. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102007000500003&lng=en&nrm=iso>.

TEIXEIRA, P. G. Fatores de angiogênese na pré-eclâmpsia e a correlação com os níveis da pressão arterial média. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, Rio de Janeiro, v.29, n. 6. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032007000600010&lng=pt&nrm=iso>.

VAZQUEZ, M. L; FORTE, W. C. N; TEDESCO, J. J. A. Quantificação das populações e subpopulações de linfócitos em gestantes com pré-eclâmpsia. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, Rio de Janeiro, v.26, n. 8. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032004000800005&lng=pt&nrm=iso>.

VETTORE, M. V. et al. Cuidados pré-natais e avaliação do manejo da hipertensão arterial em gestantes do SUS no Município do Rio de Janeiro,

Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.27, n. 5. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2011000500019&lng=pt&nrm=iso>.

ZANATELLI, D. G. P. B et. al. Síndromes hipertensivas na gestação: estratégias para a redução da mortalidade materna. *Rev. Saúde Integrada*, v. 9, n. 17 (2016). Disponível em: <<http://local.cneccsan.edu.br/revista/index.php/saude/index>>

GESTÃO ESCOLAR: UM TRABALHO EM EQUIPE

Pinto, Geneci da Silva⁵

RESUMO

Este artigo enfoca o trabalho da Supervisão Escolar e do Orientador Educacional juntamente a Gestão Escolar, explanando a importância deste movimento entre esses dois suportes essenciais dentro da escola. Pesquisa realizada a partir de referências teórico-bibliográficas, artigos e livros de acordo com o tema proposto. O trabalho desenvolvido pelo orientador educacional e o supervisor escolar tem justificado a melhoria no desenvolvimento produtivo da educação. São pedagogos com conhecimento em pesquisas e análises cotidianas que trazem através da gestão escolar participativa, um novo olhar acerca da educação e seus processos. Com o trabalho coletivo dentro da escola, é possível localizar os pontos a serem corrigidos, melhorando o atendimento escolar tanto na área administrativa quanto pedagógica refletindo positivamente no trabalho realizado pela escola, desde a matrícula do aluno, sua trajetória educacional no ambiente escolar e conclusão de curso.

PALAVRAS-CHAVES: Supervisão Escolar. Orientação Educacional. Gestão Escolar

INTRODUÇÃO

Há um interesse constante que a educação tenha uma gestão democrática, pois esse fator é fundamental para um desenvolvimento do trabalho coletivo na escola. Quando o gestor promove essa integração, entre as equipes pedagógicas e administrativas, consegue através desta união oferecer serviços de melhor qualidade.

Junto o trabalho se completa e desta forma é possível resolver as questões pedagógicas e administrativas no coletivo.

A função de supervisor escolar é responsável pela articulação do ambiente escolar, buscando que se cumpra a funcionalidade final de socialização e construção do conhecimento. Desta forma, o supervisor tem o objetivo de impedir os desvios escolares, auxiliando na construção do planejamento pedagógico, melhora no ensino-aprendizagem além de participar do desenvolvimento do pensamento crítico de seus alunos.

O orientador educacional não é o que está preocupado apenas com o aprendizado, ele também acompanha o desenvolvimento pessoal dos mesmos. O orientador está na escola também para estreitar laços entre escola e comunidade, mantendo um diálogo aberto com os discentes. Faz parte de suas atribuições, estar atento ao movimento escolar, incentivar a descoberta de interesses e aptidões, e coordenar processos de informação profissional, além de manter contato com a família acerca do

comportamento dos alunos possibilitando a eles o cuidado com os valores éticos e morais que são passados no ambiente escolar.

O bom andamento da escola está, indiscutivelmente, relacionada a competência e união e integração de todos que atuam na instituição. Esta junção de supervisão escolar, orientação educacional dentro da gestão escolar, é o principal ponto de partida.

FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

A complexidade da função social da escola tem dimensão amplificada e diversa. O professor precisa estar atento para as atualizações e acompanhar estas mudanças que possuem efeito acelerado frente a área de trabalho, sua metodologia precisa ser atualizada constantemente.

Dentro da evolução que de tempo em tempo se apresenta, é papel da escola buscar métodos que crie uma conexão entre o aprender na escola e o que acontece no dia a dia do aluno. É importante saber o que como é a vida do aluno fora da escola. Desta forma, ficam mais visíveis quais áreas de trabalho estão mais próximas dos mesmos e suas possibilidades.

Sabendo que o primeiro contato social do ser humano é sua família, esta se torna então a base de sua educação, no entanto, logo a escola se tornará parte de sua vida e o conhecimento além do lar torna-se parte da sua vida e uma nova sociedade o abraça. É fato que na atualidade, estudantes tem acessos a conteúdos bem antes da escola lhes mostrar, mas cabe a escola com um todo, mostrar-lhe o que fazer com todas as informações.

A educação é mutável, está em constantes mudanças, se renovando e acompanhando as mudanças sociais. Segundo Gadotti (2005, p. 56), a Educação Brasileira precisa ser reconstruída, "Estamos num momento em que o educador brasileiro precisa, urgentemente, pensar na reconstrução da educação brasileira, passo a passo com a reconstrução da própria sociedade brasileira". Para isso, a gestão precisa ser democrática, com a participação de todos, porém sempre atentando para os direcionamentos da orientação educacional e supervisor escolar. Compreendendo esse processo, o momento ensino-aprendizado.

De acordo com Penin e Vieira (2002, p. 26), torna-se necessário que a escola repense sua organização, sua gestão, seus processos formadores,

sua maneira de definir os tempos, os espaços, os meios e as formas de ensinar, ou seja, o seu jeito de fazer escola! É hora de jogar fora as roupas velhas e tornar a vestir a escola, a partir da essência, sua função social que permanece: ensinar bem e preparar os indivíduos para exercer a cidadania e o trabalho no contexto de uma sociedade complexa, enquanto se realizam como pessoas.

A gestão democrática, no sentido estrito, aparece na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, como princípio, do art. 3º:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- | |
|--|
| I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; |
|--|

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
VII - valorização do profissional da educação escolar;
VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
IX - garantia de padrão de qualidade;
X - valorização da experiência extra-escolar;
XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Disponível em: <https://www.dca.fee.unicamp.br/~leopini/consu/reformauniversitaria/ldb.htm>. Acesso em: 07 ago. 2020

A mesma Lei de Diretrizes e Bases, remete aos sistemas de ensino e a normatização da gestão democrática no seu art. 14:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público, na educação básica, de acordo com as peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Disponível em: <https://www.dca.fee.unicamp.br/~leopini/consu/reformauniversitaria/ldb.htm>. Acesso em: 07 ago. 2020

Não se pode ignorar que o sucesso da gestão democrática escolar depende do estímulo, envolvimento e comprometimento de toda a comunidade integrada do processo: pais, alunos, especialistas, funcionários, professores, avaliando constantemente o desempenho da escola como um todo, verificando se as metas e objetivos estabelecidos coletivamente estão sendo cumpridos.

É visível, portanto, que a função social da escola é imprescindível para a efetivação de uma prática pedagógica competente e socialmente comprometida.

ATRIBUIÇÕES DO SUPERVISOR ESCOLAR

Supervisão escolar ou educacional tem como missão comprometer-se com seus professores afim de buscar e garantir o desenvolvimento pleno dos educandos, preparando-os para o pleno exercício de sua cidadania bem como prepara-los para o mercado de trabalho visando sua qualificação profissional.

Por questões de organização, a supervisão também é chamada atualmente de coordenação pedagógica, e vai ganhando contornos mais nítidos ao mesmo tempo em que as discussões objetivam começar abrir perspectivas para conferir a essa ideia o estatuto de verdade e prática (FERREIRA, 2008).

Dentre suas principais atribuições podemos citar: orientar, controlar, supervisionar, fiscalizar e inspecionar todo o processo educacional através de conferências, palestras visitas, acompanharem o desenvolvimento do currículo nos

48

estabelecimentos, com objetivos de orientar pedagogicamente os professores mais jovens, buscando eficiência, introduzindo inovações, modernizando os métodos de ensino e promovendo um acompanhamento mais atento do currículo pleno nos estabelecimentos (FERREIRA, 2003, p. 32).

Para esta função, todo seu trabalho deve estar voltado para o projeto Político Pedagógico. Pautado neste, o supervisor está sempre a promover melhorias nas condições de trabalho, levando os atores da escola a momentos reflexivos acerca do fazer na escola.

A pedagogia tradicional permitiu a abertura de novos horizontes para as reformas políticas e pedagógicas para implantar inovações em gestão de formação continuada. Então, faz-se necessário que a escola democrática, juntamente com o supervisor escolar busque mecanismo que abracem as particularidades de seus professores em formação continuada, levando-os a reflexão de uma pedagógica de conteúdos críticos valorizando o multiculturalismo da sala de aula (GADOTTI, 2001).

A IMPORTANCIA DO ORIENTADOR EDUCACIONAL

Como já foi comentado, a escola vem sofrendo mudanças, além das transformações sociais e culturais e o espaço escolar precisa acompanhar estes momentos. Sendo assim, a escola precisa estar pronta para responder as necessidades educativas para o bom funcionamento do espaço escolar. Partindo das necessidades do desenvolvimento integral do aluno: física, intelectual, social, emocional, moral, vocacional e profissional, percebeu-se a necessidade de um profissional que atendesse e orientasse os alunos, assimilando, que a escola não mais atua apenas na transmissão do saber científico, mas também no desenvolvimento social e cultural de seus educandos.

a escola deve respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes mais populares, cujos saberes são socialmente construídos na prática comunitária [...], discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino de alguns conteúdos [...] porque não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina. (FREIRE, 2006, p. 30).

Frente a essa interação que está além do ensino-aprendizagem está o papel do orientador educacional que tem como objetivo orientar o aluno no conhecimento pessoal e do ambiente sociocultural onde está inserido, a fim de que este tome decisões acertadas e reflexivas mediante ao seu desenvolvimento pessoal e social (GIACAGLIA; PENTEADO, 2006).

Juntamente com os professores, o supervisor tem como principal função, o zelo pelo processo aprendizagem. Enquanto a supervisão e os professores estão atentos ao currículo disciplinar, o orientador está atendo ao comportamento, as atitudes aperfeiçoando as questões de valores e das relações interpessoais.

SUPERVISÃO ESCOLAR E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL: UMA INTEGRAÇÃO EFICAZ

A função do supervisor escolar e do orientador educacional ergueu-se da necessidade da sociedade durante a história da formação dos profissionais da educação, que se inicia com a educação jesuítica e perpetua até os dias de hoje. A fragmentação dessa área da educação aconteceu em virtude da revolução industrial e do trabalho como produção de bens e de capital, surgindo disso o proletariado.

A integração entre supervisão escolar e orientação educacional é uma proposta de trabalho técnico que passou por vários períodos de transformações desde o surgimento das ações destes profissionais no processo de educação formal.

A esse respeito Fontes & Viana (In Presença Pedagógica, 2003, p.55), acrescenta que:

Pensar o papel e a prática de supervisores e orientadores educacionais na orientadores educacionais na escola é pensar antes de tudo em seu surgimento na história da educação em nosso país.[...] foram funções pedagógicas criadas durante o regime de ditadura militar no Brasil[...] um sistema que tinha como ideologia a opressão; como método o silêncio.

Pensando nisso, a integração entre Supervisão Escolar e da Orientação Educacional é um assunto bastante debatido por pesquisadores e estudiosos, de forma a intensificar a atuação destes profissionais, principalmente sobre a sua formação e atuação para atender a demanda e a realidade educacional.

Supervisão Escolar e Orientação Educacional são funções pedagógicas que surgiram de modo a cada um fazer o seu papel, de forma diferenciada, com campo de atuação distinto porém complementares.

Segundo Urbanetz & Silva (2008, p.61),

a fragmentação do trabalho [...] em supervisão escolar e orientação supervisão escolar e orientação educacional, característica do período tecnicista, foi intensamente denunciada em inúmeros estudos, artigos, pesquisas [...] e encontra-se em plena superação se em plena superação nas diferentes alternativas nas diferentes alternativas de ensino.

As questões relacionadas à educação precisam ter o comprometimento e aprimoramento referente à educação precisam ter o comprometimento e aprimoramento da prática, na escola, de todos os profissionais que nela atuam, de forma que, o que é importante, não fique em segundo plano, e a ação integrada da Supervisão Escolar e da Orientação Educacional, é peça chave nessa construção do trabalho coletivo, e uma vez assumida essa tarefa, é fundamental que seja de forma coordenada, facilitando essa prática, mobilizando a escola a assumir o verdadeiro papel que ela está imbuída e, conseqüentemente, trazendo benefícios à educação.

O profissional em Supervisão e Orientação precisam estar conscientes de que tem um papel importante, dentro de uma perspectiva de gestão democrática na escola. Não se pode mais pensar em gestão da educação, principalmente nas escolas, ligado apenas na figura do diretor. É necessário, no entanto, rever concepções e buscar, com o coletivo da escola, novas

propostas pedagógicas que atendam as necessidades cotidianas, as quais impõem que a escola cumpra sua função social, desenvolvendo ações voltadas para a humanização e transformação da realidade atual.

De acordo com Grispun, (2002, p.83)

[...] A escola é uma organização complexa; comporta vários serviços, executados por diferentes profissionais, cuja atribuição maior é a efetividade do processo educacional. Nesse sentido, devemos lembrar que, da mesma forma que a escola assume seu projeto político pedagógico, ela pertence a uma instituição maior, denominada educação, que, por sua vez, pertence à sociedade. Assim sendo, a análise da escola não pode ser feita isoladamente das demais categorias que a corporificam direta e indiretamente na consecução de seus objetivos.

Tanto o supervisor escolar quanto o orientador educacional são sujeitos de uma ação, dentro de um ambiente em transformação e transformador, a escola. Necessitam ser competentes em muitos aspectos, como: técnico, político, administrativo e pedagógico, como: técnico, político, administrativo e pedagógico.

Sendo assim, muitos são os atributos do supervisor escolar e do orientador educacional. Além desses, eles ainda precisam compreender que cada realidade traz características próprias, nessas condições, eles precisam atuar tomando decisões e planejar ações benéficas e eficazes. Saviani (2002, p. 14) afirma que "se entende a supervisão e a orientação como a ação de velar sobre alguma coisa ou sobre alguém a fim de assegurar a regularidade de seu funcionamento ou de seu comportamento".

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

A gestão escolar democrática tem como premissa base, oferecer oportunidades de aprendizagem, ofertando experiências que satisfaçam às necessidades individuais dos alunos para que os mesmos superem seus desafios individuais e coletivos. (BRASIL, MEC, 2007)

Na Constituição Federal de 1988 (CF) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, estão inscritos os princípios da educação nacional, que passou a se basear na gestão democrática. Tanto no artigo 206 da CF de 88 quanto no artigo 3º da LDB consta que o ensino público deve ser ministrado de acordo com os preceitos da gestão democrática que se ampara, pois, na própria legislação brasileira.

A escola tem uma contribuição indispensável e insubstituível – embora limitada – a dar para a afirmação histórica das classes populares, na medida em que pode favorecer a ampliação da compreensão do mundo, de si mesmo, dos outros e das relações sociais, essencial para a construção da sua presença histórica, responsável e consciente, no exercício da cidadania (HORA, 1994, p. 49).

A partir desta visão, Araújo (2009, p. 20) define a gestão escolar democrática como:

[...] forma de possibilitar que todos os seres envolvidos na instituição possam exercer com maior assertividade sua cidadania, se relacionar melhor e alcançar a liberdade de expressão, por que cada um dos envolvidos carrega em si um conhecimento, que é único e que pode ser somado ao do seu colega e, no caso, por se tratar de escola, aos alunos. Essa troca faz com que a cada dia os envolvidos incorporem mais conhecimentos, sejam eles formais ou informais, tornando-os mais responsáveis, autônomos e criativos.

No documento oficial do MEC – Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (2004) –, pode-se ler que se trata da maneira de organizar o funcionamento da escola pública, mediante critérios políticos, administrativos, financeiros, tecnológicos, culturais, artísticos e pedagógicos, com a finalidade de dar transparência às suas ações e atos e possibilitar à comunidade escolar e local “a aquisição de conhecimentos, saberes, ideias e sonhos, num processo de aprender, inventar, criar, dialogar, construir, transformar e ensinar”.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA

Necessita-se considerar com relevância a aprendizagem escolar para o desenvolvimento como ser humano. No entanto, são visíveis as dificuldades que a escola enfrenta. Alguns são importantes destacar: - democratização da instituição escolar: esse modelo de gestão compartilhada traz um quesito fundamental que é o trabalho coletivo. Muitas ideias divergentes para um mesmo fundamento. Bem, o objetivo deve um só, por isso, um líder é essencial e este deve centralizar as ideias para um bem comum. No caso, o aluno e sua aprendizagem;

É preciso entender o que é democratização para que se possa efetivá-la. A participação possibilita à população um aprofundamento do seu grau de organização. [...] ela contribui para a democratização das relações de poder no seu interior e, conseqüente, para a melhoria da qualidade do ensino. [...] Todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade todos os que nela estudam e trabalham, intensificar seu envolvimento com ela e, assim, acompanhar melhor a educação ali oferecida. (GADOTTI, 2004. p. 16).

Valorização dos profissionais da educação: a LDB Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, no art.62, garante ao professor uma formação continuada. Porém, nem sempre as instituições oferecem um suporte em que o profissional sinta sua valorização. A colocação de novas tecnologias em sala de aula que vem a facilitar o trabalho do professor e estimular o aluno torna-se apenas objetos quando estes profissionais não têm uma formação tecnológica por exemplo.

A formação em serviço ganha hoje tamanha relevância que constitui parte das condições de trabalho profissional. Os sistemas de ensino e as escolas precisam assegurar condições institucionais, técnicas e materiais para o desenvolvimento profissional permanente do professor (LIBANEO, 2004, p. 230).

Organização do tempo e espaço: transcorre da necessidade de planejamento, e além deste significa ainda, o envolvimento da comunidade, para que seja realmente uma democracia. O mundo está em constantes mudanças e estas precisam ser acompanhadas pelo processo escolar; Lück (2009, p.75) argumenta que,

Como a gestão democrática pressupõe a mobilização e organização das pessoas para atuar coletivamente na promoção de objetivos educacionais, o trabalho dos diretores escolares se assenta sobre sua competência de liderança, que se expressa em sua capacidade de influenciar a atuação de pessoas (professores, funcionários, alunos, pais, outros) para a efetivação desses objetivos e o seu envolvimento na realização das ações educacionais necessárias para sua realização.

Projeto político-pedagógico: dentro do planejamento, elenca-se o mais importante, aquele que norteia todo o processo de ensino aprendizagem dentro do âmbito escolar. Este deve ser o documento oficial norteador nele está todo o ator e seu respectivo afazer que os envolvem em processo de construção e aplicação do movimento escolar. Souza (2009, p. 50) aponta ainda que,

[...] a reflexão parte da observação apurada da realidade da escola e de seus problemas, para, posteriormente, os professores, o coordenador, o gestor, os funcionários, os alunos e a comunidade buscarem alternativas para que a Unidade Escolar possa garantir, a todos, o desenvolvimento de sua aprendizagem.

Avaliação da escola: de acordo com este parâmetro, aqui, busca-se analisar e discutir o que não está dando certo e precisa ser modificado bem como aquelas questões que angariaram benefícios e devem ser observadas com mais atenção para um melhor aproveitamento de seus resultados, buscando assim a satisfação do processo ensino aprendizagem;

A função social da escola: a parte mais importante. Além de contribuir para o processo de ensino aprendizagem, a escola precisa estar ciente de que seus alunos são cidadãos do mundo e que a representa na sociedade.

Lück (2006, p.54) nos alerta que "democracia e participação são dois termos inseparáveis, à medida que um conceito remete ao outro."

Escola com gestão democrática abraça juntamente com o aluno toda a comunidade, contribuindo desta forma não só para a aprendizagem, mas também a formação de cidadãos. Porém, há um tropeço chamado autoavaliação. Este percurso avalia como está o processo de planejamento e seus possíveis problemas bem como apontar futuras soluções. Desta forma, as melhorias podem ser feitas sem jamais se esquecer da comunidade e a sociedade no qual se está inserido.

A escola necessita desenvolver um modelo de gestão e sua prática deve atender as necessidades de todos os setores, mantendo o foco na que lhe é tido como princípio básico, mantendo a unidade, desempenho e comprometimento de todo o rumo ao propósito comum.

Pode-se definir, portanto, a gestão democrática, como sendo o processo em que se criam condições e se estabelecem as

orientações necessárias para que os membros de uma coletividade, não apenas tomem parte, de forma regular e contínua, de suas decisões mais importantes, mas assumam os compromissos necessários para a sua efetivação. Isso porque democracia pressupõe muito mais que tomar decisões ela envolve a consciência de construção do conjunto da unidade social e de seu processo como um todo, pela ação coletiva (LÜCK, 2009, p.71).

A gestão democrática já é o primeiro passo para que o aluno se perceba em uma democracia e partir deste exemplo, compreenda o mundo ao seu redor, a fim de cultivar valores, respeitar as diferenças e extrair aquilo que lhe é obsoleto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo deste tema demonstra que é necessário ter mais consciência acerca das discussões correspondentes ao trabalho do supervisor escolar e orientador educacional. Ressalta ainda que se dentro da escola este trabalho mesmo sendo cada um direcionado para sua especificidade, os mesmos precisam estar lado a lado, uma vez que esta teoria não articula somente teoria e prática, acompanha também todas as transformações sociais.

A confluência das funções de supervisor escolar e orientação educacional é uma ação que visa garantir o sucesso no âmbito educacional, garantido também o alcance dos objetivos propostos pela escola.

A gestão democrática é um trabalho coletivo, realizado através da participação de todos os envolvidos. Assim, é possível que estes profissionais conheçam o ambiente onde estão inseridos e busquem as consolidações necessárias para suprir a demanda da realidade escolar. Medina (2002, p. 51) afirma que:

[...] é indispensável a ação de um profissional que, além de possuir competência teórica, técnica humana, política, disponha de tempo necessário para tornar possível a relação entre vivências dos alunos fora da escola e o trabalho do ensinar e aprender na escola. Esse profissional é o pedagogo, que define sua função pedagógica quando contribui para a melhoria do processo de ensinar e aprender por meio de ações que articulam as demandas dos professores com os conteúdos e as disciplinas.

Sendo assim, o supervisor escolar e o orientador educacional, no contexto atual, devem atuar juntos verificando, analisando e buscando novas propostas de ressignificação do papel da escola, objetivando, através das ações pedagógicas, reflexos positivos na qualidade de ensino ofertada pela instituição de forma coletiva e democrática.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Cristina Munhoz. **Gestão escolar**. Curitiba: IESDE, 2009

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** (Lei9394/96). Disponível em:

<https://www.dca.fee.unicamp.br/~leopini/consu/reformauniversitaria/lbd.htm>. Acesso em: 07 ago. 2020

_____. Ministério da Educação. **Gestão democrática nos sistemas e na escola**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007

_____. **Lei nº 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília : 1996

FERREIRA, Naura Silva C. **Supervisão educacional uma reflexão crítica**. 11 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

FONTES, Rejane de Souza; VIANA, Simone Rodrigues. **Supervisão e Orientação**: outras palavras necessárias. IN:PRESENÇA PEDAGÓGICA. v.9, nº49, p. 55-61, jan./fev. 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. **Autonomia da Escola**. 6. ed. São Paulo: Cortez, (Guia da escola cidadã; v.1), 2004.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2001.

_____. Educação e Poder: **Introdução à Pedagogia do Conflito**. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GIACAGLIA, Lia Renata Angelini; PENTEADO, Wilma Millan Alves.

Orientação

Educacional na Prática: princípios, técnicas e instrumentos. 5 ed. ver. e atual. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

GRISPUN, Miriam P. S. Zippin. **A Orientação Educacional**. Conflito de paradigmas e Educacional. Conflito de paradigmas e alternativas para a escola. São Paulo: Cortez, 2002.. São Paulo: Cortez, 2002.

HORA, Dinair Leal. **Gestão democrática na escola**. 14. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1994

LIBÂNEO, Jose Carlos, **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiana: Editora Alternativa, 2004.

LUCK, Heloisa. **A gestão participativa na escola**. São Paulo: Vozes, 2006.

_____, Heloisa. **Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências.** Ed. Positivo. Curitiba. 2009

MEDINA, Antônia da Silva. **Supervisor escolar da ação exercida à ação repensada.** Porto Alegre: AGE-RS, 2002.

PENIN, S. T. S; VIEIRA, S. L. Refletindo sobre a função social da escola. In: VIEIRA, Sofia Lerche (Org). **Gestão da escola – desafios a enfrentar.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 13 a 43.

SAVIANI, Dermeval. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval & SANFELICE, José Luiz (orgs). **Capitalismo, trabalho e educação.** São Paulo: Autores Associados, 2002.

SOUZA, F. D. **Análise do Projeto Político-Pedagógico: o movimento em direção a uma escola inclusiva.** 2009. 158 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual Paulista – Marília, 2009. Disponível em: . Acesso em: 14 set. 2018

URBANETZ, Sandra Terezinha, SILVA, Simone Zampier da. **Orientação e supervisão escolar:** caminhos e perspectivas. Curitiba: Ibplex, 2008.

MEDIDAS DE BIOSSEGURANÇA PARA O ENFRENTAMENTO DA COVID-19 ADOTADAS NUMA UNIDADE DE SAÚDE NA CIDADE DE COROATÁ-MA.

Silva, Laíse Miranda da⁶

RESUMO

Diante do caos presente em todo o planeta e observando a necessidade de se obter conhecimento nessa área, este artigo tem por objetivo conhecer e analisar as medidas de prevenção contra a disseminação do novo coronavírus causador da doença COVID-19 em uma Unidade de Saúde na cidade de Coroaatá no Maranhão. Através desta pesquisa, foi-se analisado de que forma as medidas adotadas por esta Unidade de Saúde são eficazes no controle de infecção no meio de trabalho dos profissionais de saúde, bem como os de pacientes. Por meio de um embasamento teórico e um questionário de perguntas direcionadas aos profissionais deste ambiente foi feita a coleta de dados e dessa forma tornou-se possível o apanhado de informações suficientes para fundamentar esta pesquisa. Diante do que foi apresentado ficou claro que as medidas de segurança utilizadas pelos profissionais da saúde do local em questão estão aptos a exercer sua função de forma segura e proporcionar aos pacientes do local um serviço de qualidade que não agrida os princípios exigidos pelo Ministério da Saúde para a proteção à saúde da população em geral. Esta pesquisa, portanto, se deu por satisfeita com seu resultado, uma vez que ficou clara a proteção à saúde de todos os indivíduos que frequentam esta Unidade de Saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Medidas de Biossegurança. COVID-19. Profissionais da saúde.

INTRODUÇÃO

O choque causado pelo novo coronavírus e seu enfrentamento é parte integrante das funções vitais do serviço de Saúde Pública, através de atos voltados à população ou grupos de risco de contaminação, como é o caso dos profissionais de saúde.

Esta pesquisa tem como foco investigar as medidas de segurança adotadas por uma Unidade de Saúde no município de Coroaatá – MA. Com o intuito de averiguar quais tipos de cuidados os profissionais de saúde estão praticando para a sua própria saúde e da comunidade que o cerca é necessário que se situe a respeito do cenário atual. A pandemia causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2 tem transformado a vida dos profissionais de saúde de diversas formas. O cuidado redobrado e necessário para que não

⁶Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Graduada em Enfermagem. Especializanda em Enfermagem do Trabalho e Gestão em Segurança do Trabalho, da Faculdade Souza - FaSouza. E-mail: lalamiranda02@hotmail.com.

se dissemine esse agente infeccioso deve ser constante e de rigorosa atenção.

Nesse contexto, compreende-se a importância dos cuidados de medidas preventivas das mais variadas formas, principalmente no que diz respeito aos equipamentos de proteção individual (EPI). Como metodologia utilizou-se de uma revisão bibliográfica acerca do assunto para que haja uma maior familiarização com todos os aspectos que envolvem essa questão, de um questionário como coleta de dados para análise dos resultados.

A partir do interesse por essa discussão, discorreu-se sobre as principais medidas adotadas e exigidas pelo Ministério da Saúde e recomendadas pela ANVISA. Nesse quesito, é de extrema importância que o profissional da Saúde reconheça quais seus direitos e deveres em meio a situação na qual o mundo se encontra. Tendo a responsabilidade da vida de pessoas em suas mãos.

Por essa razão tal tema é de interesse coletivo, uma vez que além da saúde do próprio profissional, a saúde da população também se encontra vulnerável. O conhecimento neste campo permite que se conheçam os riscos e quais as precauções devem ser adotadas em caso de necessidade para que não se contraia o vírus, ou seja, um possível transmissor do mesmo.

CONTEXTUALIZAÇÃO A RESPEITO DA COVID-19

De acordo com as informações do Ministério da Saúde (2020), a doença causada pelo novo Coronavírus denominada COVID-19, é uma enfermidade que acomete a respiração e é causada pelo vírus SARS-CoV-2. No fim de 2019 a Organização Mundial da Saúde (OMS), passou a investigar o rápido crescimento de pneumonia de origem desconhecida na cidade Wuhan, na China. Em janeiro, as autoridades informaram que a causa de tal enfermidade seria um novo tipo de Coronavírus, declarou também que o surto da doença causada por esse novo vírus é de Importância Internacional e Estado de Calamidade Pública, devido seu alto poder de contaminação. No dia 11 de março, foi declarada pela OMS que a COVID-19 tratava-se de uma pandemia.

É sabido que a disseminação ocorre de pessoa para pessoa, isto é, a contaminação se dá através do contato. Além disso, pessoas infectadas podem permanecer assintomáticas e transmitindo para outras pessoas. É de grande relevância ressaltar que a disseminação de pessoa por pessoa pode se dar de forma continuada. Alguns vírus, como o sarampo, são altamente contagiosos, enquanto outros nem tanto. O coronavírus por sua vez é transmitido através do ar ou através de contato pessoal com secreções contaminadas como gotículas de saliva, catarro além de contato com objetos contaminados seguido de contato direto com mucosas (CONASS, 2020).

Em suas formas mais graves acomete idosos e portadores de comorbidades, ou seja, doenças como as do aparelho cardiovascular e respiratório, pressão alta, imunodeprimidos e diabéticos. Sua letalidade, porém, varia de acordo

com a política de confirmação de casos adotadas em cada país, o que inclui a realização de testes confirmados laboratorialmente (OMS, 2020).

MODO DE TRANSMISSÃO DA COVID-19

Ainda que os primeiros casos humanos da COVID-19 tenham vindo provavelmente de exposição a animais infectados (em uma feira de animais em Wuhan, China), pessoas infectadas também podem transmitir a doença a outras.

De fato, pacientes sintomáticos (principalmente com febre, tosse e / ou falta de ar), possuem maior potencial de transmissibilidade, principalmente por razão da tosse e secreção, entretanto, indivíduos assintomáticos também tem a capacidade de transmitir o SARS-CoV-2. Dessa forma, como os sintomas servem de alerta para mudanças de comportamento, os assintomáticos têm papel fundamental na disseminação do vírus (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

De modo geral, os profissionais dos serviços de saúde possuem grande risco de contaminação por vírus respiratórios, além disso, representaram grande parte do número de infectados em surtos precedentes do SARS e MERS-Cov, contribuindo dessa forma com a disseminação da epidemia. É de grande preocupação o adoecimento dos profissionais de saúde, uma vez que dessa forma é diminuído o recurso humano comprometendo assim, a qualidade e o potencial dos serviços de saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO ENFRENTAMENTO DA COVID-19

Os profissionais da saúde são em particular o grupo mais susceptível a infecção. No Brasil, assim como em outros países, o número de profissionais afastados por terem adquirido a infecção é grande. Na Itália, por exemplo, 20% por profissionais que trabalhavam na linha de frente do atendimento a COVID-19 adquiriram a infecção, e muitos evoluíram à óbito (REZAEI, 2020).

Ao falar sobre a situação em que se encontram os profissionais de saúde Medeiros (2020), citando Rezaei (2020), destaca:

Os dados das equipes de profissionais de saúde na linha de frente de atendimento de casos de COVID-19 mostram exaustão física e mental, dificuldades na tomada de decisão e ansiedade pela dor de perder pacientes e colegas, além do risco de infecção e a possibilidade de transmitir para familiares. Assim, garantir assistência médica para os profissionais de saúde e apoio psicológico são fundamentais. Da mesma forma, realizar testes diagnósticos nos sintomáticos com rapidez (REZAEI *apud* MEDEIROS, 2020, p. 2).

Em proporção ao crescimento da epidemia no Brasil, cresce também a demanda de equipamentos de proteção individual (EPI) para os profissionais de saúde. A falta de EPIs é presente em várias instituições brasileiras assim como em muitos países. O dever da manutenção desses EPIs é do Estado, o governo de cada um tem como obrigação se mobilizar

para que a demanda de todo o país responda a esse desafio. Lamentavelmente, essa não é uma realidade, o valor dos EPIs, em especial as máscaras e aventais descartáveis, tiveram um aumento bastante considerável, e associado a isso uma queda no abastecimento do mercado. Dependentes da China, o Brasil está a mercê da indústria desse país que produz grande parte dos EPIs aqui utilizados (MEDEIROS, 2020).

OS SERVIÇOS DE SAÚDE E A PROTEÇÃO À SAÚDE DO TRABALHADOR

De acordo com a Constituição Federal Brasileira (1988), toda empresa ou organização tem responsabilidade sobre a saúde de seus colaboradores e de outros que possam ser afetados por suas atividades. Dessa forma, os serviços da saúde devem promover medidas que assegurem a proteção à saúde a todos os trabalhadores atuantes nos serviços. Os trabalhadores precisam receber treinamentos, informações e conscientização a respeito das ações de proteção necessárias. É de direito dos colaboradores estar em um ambiente seguro e livre acesso a medidas de proteção correspondentes com as atividades da sua rotina, bem como as atividades excepcionais, como a decorrente do atendimento a COVID-19 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

A ANVISA, visando à proteção dos profissionais da saúde liberou uma nota a respeito das atualizações sobre as medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas na assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (Covid-19).

No caso de todos os tipos de atendimento de saúde da chegada ao atendimento prestado devem-se seguir passos como

Implementar procedimentos de triagem para detectar pacientes com suspeita de infecção pelo SARS-CoV-2, antes mesmo do registro do paciente; Garantir o isolamento rápido de pacientes com sintomas de infecção pelo SARSCoV-2 ou outra infecção respiratória; Garantir que pacientes com sintomas suspeitos de infecção pelo SARS-CoV-2 ou outra infecção respiratória não fiquem esperando atendimento entre os outros pacientes [...]. Estes pacientes devem permanecer nessa área separada até a consulta ou encaminhamento para o hospital; Fornecer suprimentos e orientações para higiene respiratória/etiqueta da tosse; Prover lenço descartável para higiene nasal na sala de espera. Prover lixeira com acionamento por pedal para o descarte de lenços de papel; Prover dispensadores com preparações alcoólicas para a higiene das mãos nas salas de espera e estimular a higiene das mãos após contato com secreções respiratórias, entre outros; (ANVISA, 2020, p. 9).

Dentre as recomendações fornecidas pela ANVISA, além dos procedimentos padrões de comportamento necessários para o bom funcionamento dos processos de contenção da disseminação do coronavírus, são citados também os EPIs necessários para o suporte do principal objetivo, a proteção dos próprios profissionais de saúde, como também os pacientes localizados nas dependências hospitalares. Os principais equipamentos de segurança individual citados na nota disponibilizada pela ANVISA (2020) são:

- a) Máscara cirúrgica;
- b) Máscara de proteção respiratória (respirador particulado – máscara N95/PFF2 ou equivalente);
- c) Luvas;
- d) Óculos de proteção ou protetor de face (Face Shield);
- e) Capote ou avental;
- f) Gorro.

Tais equipamentos são de extrema importância em todos os procedimentos de segurança previstos pela ANVISA e, conseqüentemente, Ministério da Saúde. Utilizados da forma correta previne a infecção de profissionais da saúde e pacientes em contato com estes.

MEDIDAS DE CONTROLE DE ENGENHARIA

Medidas de controle de engenharia são medidas aplicáveis aos processos e ambientes das dependências do trabalho. Medidas estas de extrema importância para prevenir a propagação, pois diminui a concentração dos agentes infecciosos no ambiente de trabalho, diminui o número de áreas em que há a exposição ao coronavírus e diminui também o número de pessoas expostas a ele. Implantações de medidas como esta devem ser priorizadas, pois tem como foco priorizar tanto os trabalhadores quanto os pacientes.

O Ministério da Saúde (2020) prevê tais medidas como combate à propagação do SARS-CoV-2, alguns exemplos a serem adotados são:

Definição e instalação de espaços de acolhimento e triagem que possibilite a identificação (e o isolamento) de pacientes suspeitos de COVID-19 antes ou imediatamente após a chegada ao estabelecimento de saúde; Provimento de condições para adequada higienização das mãos: lavatório/pia com dispensador de sabonete líquido, suporte para papel toalha, papel toalha, lixeira com tampa e abertura sem contato manual, para uso dos pacientes e seus acompanhantes, tanto na recepção quanto em outros pontos dentro do serviço, minimizando o possível contato com outros pacientes e evitando a sua circulação pelos serviços de saúde; Manutenção dos espaços de espera com ventilação abundante e natural; Instalação de barreiras físicas, como placas de vidros, acrílicas ou janelas para atendimento administrativo dos usuários e pacientes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020, p. 13).

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento dessa pesquisa lançamos mãos da abordagem qualitativa, para tanto, Mynaio (1994) esclarece que “Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas” (MYNAIO, 2001. p. 16). Sendo assim, compreende-se que a escolha metodológica tem um caráter fundamental para qualquer tipo de análise, sendo ela crucial para resolução do resultado.

A mesma autora corrobora a importância da pesquisa científica no âmbito da vida social e sua realidade, Mynaio discorre:

Entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática (MYNAIO, 2001. p.17).

O autor ressalta que as práticas do dia a dia, as dificuldades, as inquietações vividas por todos, torna-se o objeto de estudo para a ciência, pois, a partir destas problemáticas a investigação entra em ação solucionando ou não o problema. Contudo, faz-se necessário esclarecer a escolha desta pesquisa com relação à metodologia qualitativa, citando o que diz (GERHARDDT E SILVEIRA, 2009 apud GOLDENBERG 1997).

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GERHARDDT E SILVEIRA, 2009. p 31-32 apud GOLDENBERG, 1997, p. 34).

Sendo assim, está pesquisa levaram-se em consideração rigorosamente os dados coletados, o que colaborou para fundamentar todas as informações contidas na análise dessa pesquisa. Para esta pesquisa foi utilizada como campo de pesquisa uma Unidade Básica de Saúde da cidade de Coroatá no Maranhão.

A abordagem tem como objetivo investigar se há medidas de biossegurança que protegem todos aqueles que frequentam a mesma contra a disseminação do novo coronavírus, o SARS-CoV-2, causador da doença COVID-19 tornar a pesquisa precisa e dinâmica optou-se por fazer um questionário contendo perguntas para os profissionais de saúde que ali trabalham.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

As medidas de segurança adotadas pelas instituições de saúde são alvo constante de preocupação e cuidados entre todos os profissionais de saúde, sejam eles da rede municipal, estadual ou nacional. Além disso, a participação popular nesse quesito tem ganhado ainda mais força, uma vez que a pandemia na qual o planeta está passando atinge todos.

Assim, a partir de um embasamento teórico será apresentado aqui um questionário com perguntas destinadas aos profissionais que exercem sua atividade ocupacional em uma Unidade Básica de Saúde (PA, PB, PC e PD)

com o intuito de investigar quais medidas protetivas estão sendo utilizadas nesse local para a proteção da saúde de todos.

A partir de agora, através de um questionário veremos as perguntas escolhidas e em seguida as respostas recebidas por cada integrante questionado.

Questão 01: Quais as principais medidas de biossegurança adotadas pelos profissionais desta Unidade de Saúde no que diz respeito à propagação mundial (pandemia) da COVID-19?

A: As principais medidas adotadas são a lavagem e assepsia das mãos e os usos adequados dos EPI's por todos os profissionais. Principalmente, o uso de toucas, óculos de proteção ou protetor facial (Face Shield), máscaras (cirúrgica ou NR-95), propés, luvas de procedimento ou estéreis, aventais impermeáveis ou descartáveis. O uso de cada EPI vai depender do procedimento a ser realizado.

B: Para os profissionais da unidade é recomendado realizar a higiene das mãos frequente com água e sabonete líquido ou preparação alcoólica a 70% e utilizar os EPI's (óculos de proteção ou protetor facial, máscara cirúrgica ou máscara N95/PFF2, durante procedimentos geradores de aerossóis, avental, luvas de procedimento e gorro). Outra medida é a limpeza e desinfecção dos objetos e locais mais utilizados.

C: São adotadas medidas básicas, como a lavagem das mãos e o uso de EPIs. Equipamentos como máscaras faciais, luvas, óculos de proteção, protetor facial, gorro, aventais são essenciais para o bom exercício do trabalho.

D: O uso de EPIs bem como a assepsia e a utilização de aerossóis são de grande importância para a proteção do profissional e do paciente. Para tanto as máscaras faciais, aventais, protetor facial, luvas, gorros e óculos de proteção estão sempre presentes no nosso cotidiano

Pode-se notar a unanimidade de respostas dos profissionais ao responderem quais os EPIs utilizados bem como os procedimentos adotados pela Unidade. É importante que todos estejam cientes dos equipamentos a serem utilizados bem como o correto uso dos mesmos.

Questão 02: Na unidade existem recursos suficientes para os atendimentos relacionados ao Novo Coronavírus?

A: Por ser uma unidade de Pronto Atendimento, considero que a mesma tenha sim recursos suficientes para estabilização do paciente até a sua alta ou transferência. Pois tem equipe multiprofissional suficiente para a unidade, EPI's suficientes, respiradores mecânicos, sala de estabilização, etc.

B: Sim

C: Creio que existam sim recursos suficientes para atender a demanda local

D: Sim, uma vez que disponibilizamos de EPIs, equipe e equipamentos profissionalizados

Todos os entrevistados estão de acordo que a Unidade de Saúde em questão está apta a receber e atender o público em geral de forma a prestar os serviços necessários durante a pandemia ocasionada pelo coronavírus, através dos profissionais capacitados e os equipamentos necessários.

Questão 03: Que tipos de cuidados são exigidos dos pacientes ao adentrarem o ambiente da Unidade de Saúde para que haja a promoção da segurança a todos os presentes?

A: O uso de máscara e higienização das mãos na porta de entrada e toda vez que se fizer necessária, com água e sabão ou álcool a 70%.

B: É indicado o uso da máscara cirúrgica, lenços de papel (para tosse, espirros, secreção nasal), além da higienização das mãos frequentemente com água e sabonete líquido ou preparação alcoólica a 70%. Caso o indivíduo não tolere o uso da máscara devido à secreção excessiva ou falta de ar, deve-se orientá-lo a realizar a higiene respiratória, ou seja, etiqueta da tosse (cobrir a boca e nariz ao tossir ou espirrar com papel descartável) e realizar a higiene das mãos com água e sabonete líquido ou álcool gel 70%, imediatamente.

C: É indicado primeiramente o uso de máscara assim como a limpeza das mãos com água e sabonete ou álcool gel 70%

D: Ao adentrar o paciente deve estar utilizando máscara facial bem como a assepsia das mãos com álcool em gel 70% ou a lavagem das mãos com água e sabão.

Mais uma vez os profissionais estão aptos a responder as perguntas de maneira igualitária, uma vez que adotam as medidas de segurança para a entrada do público no local respeitando as exigências do Ministério da Saúde

Questão 04: No ato do acolhimento do paciente são feitas perguntas relacionadas aos sintomas da COVID-19? Quais são elas?

A: Sim. No cenário atual, todo paciente é considerado suspeito da COVID-19, portanto, questionamos se o mesmo apresentou alguma síndrome gripal (coriza, febre, dor na garganta, diarreia, dor no corpo, tosse, falta de ar, dor de cabeça, distúrbios no olfato e paladar) nos últimos dias, se teve contato com pessoas contaminadas pelo novo Coronavírus e também questionamos sobre as comorbidades (se hipertenso, diabético, cardiopata, maior de 60 anos) desse paciente e outros fatores para saber se o mesmo faz parte do grupo de risco.

B: O quadro clínico inicial da doença é caracterizado como síndrome gripal, no entanto, casos iniciais leves, subfebris, podem evoluir para elevação progressiva da temperatura e a febre ser persistente, desconforto respiratório como dispneia e de compensação de doenças crônicas. É recomendável que em todos os casos de síndrome gripal seja questionado o histórico de viagem ou contato próximo com pessoas que estavam suspeitas ou já tenham sido contaminadas com o covid-19.

C: É questionado o paciente se já teve síndrome gripal nos últimos dias, dor no corpo, febre, falta de ar ou se teve contato com pessoas contaminadas com o vírus ou que apresentou algum desses sintomas

D: O paciente deve responder se apresentou febre, coriza, tosse, falta de ar, diarreia, dor de garganta ou algum sintoma que possa caracterizar a COVID-19, bem como se nos últimos dias teve contato com alguém que seja caso confirmado ou que tenha apresentado algum desses sintomas

Nesse caso pode-se notar a preparação dos profissionais ao abordarem o paciente de maneira correta fazendo perguntas objetivas e de fácil entendimento que irão ajudar os profissionais a dar um parecer a respeito da saúde desse paciente para que sejam tomadas as medidas cabíveis no ato do acolhimento do mesmo.

Questão 05: Quais procedimentos são adotados ao receber um paciente com os sintomas do novo Coronavírus?

A: Se o paciente apresentar apenas sintomas leves, o mesmo é aconselhado a procurar a Unidade Básica de Saúde do seu bairro para realizar o teste e tratar em casa. Se apresentar sintomas de moderado a grave o mesmo é encaminhado para o consultório médico da unidade para o mesmo prescrever medicamentos e solicitar exames, dentre eles, o teste rápido para COVID-19, enquanto isso o paciente aguarda em sala de isolamento até que seja fechado diagnóstico e estabilizado o quadro clínico, com a assistência da equipe multiprofissional. Se caso precisar de suporte avançado, a unidade conta com a sala amarela que está sendo destinada para internação de pacientes mais graves até que o mesmo seja transferido para hospitais de referência, nessa sala é realizada intubação, se necessário.

B: EPI's e isolamento após suspeita ou diagnóstico clínico, laboratorial ou diferencial.

C: É encaminhado ao isolamento em caso de suspeita ou comprovação de infecção pelo vírus através de teste.

D: Caso haja a suspeita da doença será encaminhado ao isolamento onde será feito o diagnóstico, prescrição de medicamentos e encaminhamento de exames, entre eles o de COVID-19.

É notório o total preparo dos profissionais ao seguirem de forma correta as recomendações do Ministério da Saúde ao acolherem o paciente com suspeita ou confirmação de infecção. Respondendo de forma unânime que caso não haja um resultado concreto, o paciente será encaminhado à realização do exame correspondente à doença.

Questão 06: Existe local adequado para mantê-los em isolamento até a estabilização do quadro clínico ou até a transferência para unidade de referência?

A: Sim. Uma sala de isolamento com recursos mais básicos e a Sala Amarela com suporte avançado.

B: Sim.

C: existem duas salas na qual possam ser transferidos, uma de recursos básicos e a outra com recursos avançados

D: Existe. Duas salas, uma com cuidados básicos e a outra com avançados

O conhecimento acerca do assunto mais vez encontra-se presente uma vez que todos responderam da mesma maneira no que diz respeito ao encaminhamento do paciente.

Questão 07: Qual a maior dificuldade encontrada pelos profissionais nos cuidados ao paciente suspeito ou confirmado da COVID-19?

A: A maior dificuldade é com os próprios pacientes e acompanhantes que a maioria não são conscientes do problema e não respeitam as orientações de isolamento, alguns pacientes até se evade da unidade

B: Os pacientes que dão entrada positivos, mas assintomáticos, o uso e retirada dos EPIs tanto pelos pacientes quanto pelos profissionais da unidade.

C: A colaboração dos pacientes ao adentrarem a Unidade e não respeitarem as medidas de segurança

D: A dificuldade que alguns pacientes tem em obedecer às normas de segurança

Os pacientes por vezes acabam que desrespeitando todo o trabalho com relação às medidas de segurança adotadas pela Unidade de Saúde, assim, todos os profissionais concordam que este é o maior desafio encontrado por eles no âmbito de trabalho.

Questão 08: A higiene local é de grande importância para a não propagação do SARS-CoV-2, causados da COVID-19. Quais as orientações repassadas aos profissionais da limpeza da Unidade de Saúde nesse quesito?

A: É recomendado o uso de EPI's pelo profissional, completo, a limpeza diária e intensiva dos setores, pisos, paredes e mobílias. Limpeza imediata (toda vez que tem matéria orgânica), concorrente (diariamente) e terminal (limpeza mais profunda após a alta do paciente).

B: Descarte correto dos EPI's, limpeza e desinfecção dos objetos e locais mais usados.

C: Desinfecção dos locais e objetos e utilização correta de EPIs

D: Manter sempre desinfectado os locais utilizados pelo público e pelos profissionais e manter-se sempre bem equipado com os EPIs

É satisfatória a maneira colocada por todos no que diz respeito a higiene local, mesmo não sendo de imediata sua função, estão conscientes de que o profissional da área de limpeza é essencial no bom funcionamento da Unidade.

Questão 09: Quais os procedimentos adotados, nesta unidade, em casos de óbito por Coronavírus (COVID-19)?

A: Uso de EPI's, retirada de cateteres ou dispositivos, paciente covid-19 é colocado em dois "sacos" e reconhecimento do corpo pelos familiares.

B: A equipe deve tá toda paramentada de forma adequada, gorro, óculos de proteção, máscara NR95, avental, propés, luvas. Manusear o cadáver de

forma a diminuir a saída de fluídos corporais e possível contaminação dos profissionais. Acondicionar em dois sacos plásticos com identificação correta em etiqueta específica, reconhecimento pelos familiares, e atestado do óbito preenchido corretamente pelo médico.

C: Toda a equipe envolvida deve descartar os EPIs utilizados na presença do corpo de forma cuidadosa, em seguida colocar o corpo do paciente em dois sacos plásticos. A família deve reconhecer o corpo e assim é preenchido o atestado do óbito.

D: O corpo do paciente é envolvido em dois sacos plásticos, os familiares devem reconhecer o corpo para o preenchimento do atestado de óbito. Em seguida, toda a equipe que esteve em contato com este paciente deve descartar da maneira correta todos os EPIs utilizados no ato.

Interessante a maneira como todos descrevem o procedimento após o óbito de um paciente acometido pela COVID-19, estão cientes que ao descartar o material deve-se sempre ter o máximo de cuidado possível, bem como a correta maneira de envolver o corpo do paciente para que não hajam escapes que possam vir a contaminar o ambiente ou alguém ali presente. Mais uma vez a unanimidade e o conhecimento na área são satisfatórios.

g) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o exposto percebe-se que os profissionais entrevistados tem noções básicas sobre as medidas de biossegurança adotadas na Unidade de Saúde em Coroatá no Maranhão e são cientes da importância destas medidas para a proteção dos mesmos e da população em geral no que diz respeito ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2), responsável pela doença COVID-19. Desta forma, a partir do acolhimento do paciente na unidade pode-se realizar um atendimento seguro e resolutivo, sempre pensando no bem-estar físico, mental e social diante desta pandemia.

Faz-se necessário seguir normas, a exemplo da NR32, além de protocolos e recomendações do Ministério da Saúde sobre o novo Coronavírus que visem a proteção à saúde e a segurança tanto dos profissionais quanto dos pacientes inseridos nesta Unidade de Saúde. Percebeu-se que os entrevistados, mesmo citando a insuficiência de alguns recursos nesta unidade, preocupa-se com o uso dos EPI's em toda fase da assistência para o enfrentamento da COVID-19.

Entretanto, este deve ser um trabalho conjunto entre o sistema de saúde e a população em geral, pois esta última deve ser consciente dos riscos que correm e que podem oferecer aos demais no ato de desrespeito às normas predeterminadas nos serviços de saúde. Deve-se ser consciente sobre a adesão à etiqueta respiratória, incluindo o uso de máscara facial, higienização das mãos e respeito ao isolamento.

Por fim, é satisfatório o resultado da pesquisa, provando que as medidas da Unidade de Saúde estão de acordo com as necessárias para que seja mantida a organização e a não disseminação do novo Coronavírus

promovendo maior segurança aos profissionais de saúde, pacientes e todos os envolvidos na logística desse meio.

REFERÊNCIAS

ANVISA. Nota técnica GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 04/2020 Atualização 4: 08 de maio de 2020. **Orientações para serviços de saúde: medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (sars-cov-2).**, [S. l.], 30 jan. 2020. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33852/271858/Nota+T%C3%A9cnica+n+04-2020+GVIMS-GGTES-ANVISA-ATUALIZADA/ab598660-3de4-4f14-8e6f-b9341c196b28>. Acesso em: 29 jul. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1999 LANCET. **COVID-19: protecting health -care workers**. Lancet. 2020;395(10228):922.

MEDEIROS, Eduardo Alexandrino Servolo. **A luta dos profissionais de saúde no enfrentamento da COVID-19**. Acta paul. enferm., São Paulo, v. 33, e-EDT20200003, 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002020000100202&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 Jul 2020. Epub May 11, 2020. <http://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2020edt0003>.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do conhecimento, pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Hucitec/ABRASCO, 2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Recomendações de proteção aos trabalhadores dos serviços de saúde no atendimento de COVID-19 e outras síndromes gripais**. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: file:///C:/Users/be_li/Downloads/GuiaMS-Recomendacoesdeprotecaotrabalhadore-COVID-19.pdf. Acesso em: 29 jul. 2020.

NOVO coronavírus: **o que é, causas, sintomas, tratamento, diagnóstico e prevenção**. [S. l.], 31 jan. 2020. Disponível em: <https://www.conass.org.br/novo-coronavirus-o-que-e-causas-sintomas-tratamento-diagnostico-e-prevencao/>. Acesso em: 29 jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS. **Coronavirus disease** (COVID-2019) situation reports. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/situation-reports>. Acesso: 27 Jul 2020;

REZAEI, N. **COVID-19 affects health pediatricians more than pediatric patients. Infection Control and Hospital Epidemiology.** 2020 Apr:1. DOI: 10.1017/ice.2020.139.

O ENFERMEIRO E OS DESAFIOS ENFRENTADOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Silva, Joyce Pereira da⁷

RESUMO:

A Atenção Primária à Saúde é a porta de entrada da população aos serviços do Sistema Único de Saúde, e nesse contexto o enfermeiro é considerado protagonista indispensável e instrumento facilitador de mudanças nas práticas de atenção à saúde. Entretanto, a realidade desse profissional é acompanhada por inúmeras dificuldades. Diante disso, foi realizada uma revisão narrativa da literatura com o objetivo de conhecer quais os desafios enfrentados por esses profissionais no contexto da atenção primária à saúde. A literatura científica nacional revela que os mesmos convivem com sobrecarga de trabalho, demanda excessiva, inexistência ou escassez de recursos materiais, estrutura física inadequada além de baixa remuneração. A atuação do enfermeiro na Atenção Primária à Saúde segue em processo de aprimoramento, entretanto para que essa evolução do trabalho aconteça, são necessárias melhores condições de trabalho e infraestrutura para que esses profissionais ofertem a melhor assistência a população.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção Primária à Saúde. Cuidados de Enfermagem. Estratégia Saúde da Família.

INTRODUÇÃO

A Atenção Primária à Saúde (APS) é o primeiro nível da Rede de Atenção à Saúde e deve ser capaz de responder a maior parte das necessidades em saúde da população. Interpretá-la como estratégia de organização do sistema de atenção à saúde, implica em executá-la obedecendo aos seguintes atributos: primeiro contato, longitudinalidade, integralidade, coordenação, focalização na família, orientação comunitária e competência cultural (MENDES, 2015).

Quanto aos recursos da APS, deve ser garantida uma equipe multiprofissional, equipamentos e materiais indispensáveis para o desenvolvimento da prestação de cuidados. Em conjunto com a equipe multiprofissional, o enfermeiro é profissional necessário nas ações de Saúde da Família, possuindo atribuições particulares no processo de execução do trabalho (BRASIL, 2017).

A Estratégia de Saúde da Família (ESF), como ferramenta da APS, é compreendida e serve como a porta de entrada para o Sistema Único de

⁷ Bacharel em Enfermagem pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; pós-graduanda em Saúde da Família pela Faculdade Souza – FASOUZA; enfermeira do Centro Especializado em Reabilitação da cidade de Monteiro – Paraíba. E-mail: jjooyce_p@hotmail.com

Saúde (SUS), que tem o enfermeiro como grande protagonista das práticas assistenciais e preventivas (ALVES *et al.*, 2017), que devem ser pautadas pelos princípios da promoção da saúde (ROECKER; BUDÓ; MARCON, 2012). O cuidado de enfermagem é um componente essencial no sistema de saúde local, que evidencia os seus reflexos a nível regional e nacional e, por isso, também é motivo de crescentes debates e novas significações (BACKES *et al.*, 2012). Os enfermeiros reconhecem como potencialidades do seu trabalho a formação holística e o campo rico para pesquisas, entretanto esse trabalho ainda é envolto por diversas dificuldades e limitações (BRAGHETTO *et al.*, 2019).

Considerando o exposto e tendo em vista a importância do papel do enfermeiro, faz-se necessário o desenvolvimento da seguinte revisão da literatura, com o objetivo de conhecer os desafios enfrentados por esses profissionais no contexto da atenção primária à saúde.

O interesse por essa temática surgiu a partir da minha formação profissional como enfermeira, e das minhas insatisfações como usuária dos serviços públicos de saúde, não obtendo resposta às minhas necessidades devido à falta de atendimento por escassez de materiais e superlotação da unidade básica de saúde.

REVISÃO DA LITERATURA

Trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, objetivando conhecer, através das publicações nacionais, quais os desafios enfrentados pelo profissional enfermeiro no contexto da atenção primária à saúde. Para a realização da seguinte revisão narrativa de literatura, foram utilizados os seguintes critérios: artigos em língua portuguesa, disponíveis na íntegra e publicados em periódicos nacionais; documentos, protocolos ou portarias publicadas pelo Ministério da Saúde; produções que contemplassem a temática proposta.

ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

O surgimento da Atenção Primária à Saúde brasileira reflete um dos marcos mais relevantes para o Sistema Único de Saúde, enquanto política pública e sistema de saúde universal. A APS se fortaleceu principalmente com a criação do Programa Saúde na Família (PSF) em 1994, ampliando o acesso da população aos serviços de saúde de forma gratuita (PINTO; GIOVANOLA, 2018).

Com o decorrer dos anos o PSF passou a ser referido como Estratégia de Saúde da Família, e a partir da Portaria nº 648, de 28 de março de 2006 do Ministério da Saúde, essa estratégia foi eleita como prioritária para a expansão, orientação e organização da Atenção Primária à Saúde (BRASIL, 2006).

De acordo com Mendes (2011), a APS é entendida como o primeiro nível do sistema de atenção à saúde, constituída por uma equipe multidisciplinar e deve atuar como porta de entrada preferencial do sistema, resolvendo a maior parte das necessidades de saúde da população e atuando como coordenadora do cuidado.

Os avanços da Atenção Primária à Saúde no Brasil são evidentes, contando com mais de 43 mil equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF) atuando em todo o território nacional (PINHO *et al.*, 2020). Para que esses avanços continuem as equipes devem trabalhar de forma integrada e em sintonia para que os cuidados sejam resolutivos e satisfatórios.

A Política Nacional de Atenção Básica, atualizada em 2017, através da Portaria Nº 2.436, recomenda que a Equipe de Saúde da Família seja composta

no mínimo por médico, preferencialmente da especialidade medicina de família e comunidade, enfermeiro, preferencialmente especialista em saúde da família; auxiliar e/ou técnico de enfermagem e agente comunitário de saúde (ACS). Podendo fazer parte da equipe o agente de combate às endemias (ACE) e os profissionais de saúde bucal: cirurgião-dentista, preferencialmente especialista em saúde da família, e auxiliar ou técnico em saúde bucal (BRASIL, 2017, p.1).

Merece reconhecimento que grandes entraves devem ser superados para que os propósitos explícitos na Política Nacional de Atenção Básica possam ser cumpridos e para que possa executar o seu papel de organizadora do sistema e orientadora do cuidado em saúde (LAVRAS, 2011).

Mesmo com resultados benéficos e com a ampliação do acesso, a APS ainda conta com reflexos de desvalorização e desafios, como a carência de recursos financeiros, ausência de reconhecimento e de planos de cargos e salários para os profissionais e à escassez de recursos materiais para a implementação de tecnologias inovadoras que visam o cuidado da população (BRASIL, 2017; PORTELA, 2017). Tais problemas têm influenciado diretamente na atuação dos profissionais enfermeiros que trabalham na APS.

PAPEL DA ENFERMAGEM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

A atuação do enfermeiro na Atenção Primária à Saúde vem estabelecendo-se como instrumento facilitador de mudanças nas práticas de atenção à saúde dentro do SUS, correspondendo a proposta de um modelo assistencial que está centrado na integralidade do cuidado a população.

A Estratégia de Saúde da Família, como porta de entrada para o SUS, tem o enfermeiro como protagonista indispensável para as atividades assistenciais e de promoção da saúde, pela sua atuação ativa e humanizadora, o que tem gerado um reconhecimento social deste profissional (MAIA; MALAGUTTI, 2016).

Segundo a Política Nacional de Atenção Básica (2017), no contexto da APS, o enfermeiro é responsável por inúmeras atribuições, tais como a realização de assistência integral às pessoas e famílias na USF ou domicílio, consulta de enfermagem, solicitação de exames complementares, prescrição de medicamentos, estratificação de risco e elaboração de planos de cuidados para os indivíduos que possuem condições de caráter crônico no território, ações essas que devem ser realizadas em conjunto com os demais membros da equipe multiprofissional (BRASIL, 2017).

A esse profissional ainda se têm incorporado, de forma progressiva, atividades de caráter administrativo como por exemplo a manutenção de

serviços e programas de saúde, descritos como atividades burocráticas (GALAVOTE *et al.*, 2016). O enfermeiro ainda atua na administração e gestão do funcionamento de UBS's e USF's, capacitação da equipe de enfermagem e agentes comunitários de saúde (ACS's), no atendimento propriamente dito aos usuários do local (SOARES *et al.*, 2013) e desempenha atividades de natureza educativa (CAÇADOR *et al.*, 2015).

Desta forma, o enfermeiro precisa desenvolver atitudes e habilidades em favor do coletivo, trabalhando frequentemente no gerenciamento e na organização da UBS na qual atua, harmonizando os recursos humanos com os recursos materiais que possui para a realização da assistência (COSTA *et al.*, 2015).

O trabalho de enfermagem deve prestar assistência ao sujeito estando sadio ou não, além da família e comunidade, executando ações para a promoção, manutenção e recuperação da saúde, contribuindo desta forma com a implementação e consolidação do SUS (MATUMOTO *et al.*, 2001).

Para o enfermeiro, a ESF simboliza a possibilidade de reorientar suas ações com foco nas necessidades de saúde dos usuários e não para racionalizar o trabalho do profissional médico. Nesse sentido, a enfermagem, se dirige para o seu objetivo específico, a prática do cuidado de enfermagem (PEDUZZI, 2000).

O enfermeiro traz consigo o dom de cuidar, administrando equipes, minimizando conflitos, tomando decisões que orientam a sua atuação profissional, ele deve servir de inspiração para os demais membros que compõe a sua equipe, na busca por melhorias e comprometimento profissional.

DESAFIOS DA ENFERMAGEM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

O trabalho do enfermeiro, por englobar características de prestação de cuidados a pessoas adoecidas, de promover a saúde e por envolver um trabalho de cunho coletivo e de relacionamento entre pessoas, além de incorporar diversas faces do cuidar, administrativo e educativo, por vezes é desgastante e gerador de insatisfação e aborrecimento, tornando-se prática desafiadora.

A prática de enfermagem dentro do contexto da Atenção Primária à Saúde é marcada por diversos impasses, entre eles a sobrecarga de trabalho é característica significativa no cotidiano do enfermeiro. Essa sobrecarga, de acordo com Caçador *et al* (2015) decorre da necessidade de oferecer respostas às necessidades relacionadas ao funcionamento do centro de saúde e à população assistida.

A escassez de recursos humanos de diferentes áreas, de materiais e equipamentos, acaba por gerar sobrecarga aos trabalhadores e repercussão no conjunto do processo de trabalho, resultando em insatisfação do usuário com os serviços que são oferecidos na unidade (FERREIRA; PERICÓ; DIAS, 2017).

Estudo realizado por Fernandes *et al* (2010) com enfermeiros de 10 unidades básicas de Fortaleza – CE, evidenciou, dentre as falas dos entrevistados, dificuldades no trabalho gerencial de enfermagem. Os

enfermeiros relataram descontentamento devido a composição incompleta das equipes de PSF, falta de capacitação de alguns profissionais para o trabalho na unidade de saúde e a falta de recursos financeiros, materiais e equipamentos.

De forma semelhante, o estudo realizado por David *et al* (2009) com 171 profissionais de enfermagem, apontou como insatisfatório o tópico referente a escassez ou inexistência de recursos materiais. Esses aspectos são considerados extremamente comprometedores ao exercício das atividades assistenciais.

Além de conviver com uma carga excessiva de trabalho, profissionais da Estratégia de Saúde da Família do Paraná relataram em estudo que convivem com baixa remuneração. Essa característica salarial seria causadora de grande rotatividade de profissionais, inviabilizando a prestação do cuidado e prejudicando a criação de vínculos com a comunidade (BARATIERI; MARCON, 2012).

Estudo similar, desenvolvido em Florianópolis com enfermeiras de Unidades Básicas de Saúde, também evidenciou que a baixa remuneração está entre os motivos para insatisfação na atenção básica tradicional (ABT), além da falta de estrutura física adequada, enquanto na ESF, entre os principais motivos de insatisfação está a sobrecarga de trabalho e a demanda excessiva (FORTE; PIRES, 2017).

Oliveira e Pedraza (2019) entrevistaram 50 profissionais de enfermagem, que atuam na Estratégia Saúde da Família da Paraíba, sobre o contexto de trabalho e satisfação profissional com a ESF. Entre as avaliações dos profissionais destacaram-se relatos de condições críticas de organização do trabalho, que acabam por influenciar de forma negativa a satisfação profissional, associado a problemas na gestão do processo de trabalho que enfocam no aumento da produtividade, podendo repercutir negativamente na execução das atividades laborais dos profissionais de enfermagem atuantes na ESF.

Aos profissionais de enfermagem cabe o desenvolvimento das suas atividades privativas com comprometimento e autonomia. Entretanto, a limitação da autonomia para a execução das ações devido a interferência de outros profissionais, influência política e falta de liderança estão presentes nas falas de enfermeiros da ESF do município de Alfemas – MG (SILVA *et al.*, 2011).

Diante dos achados, observa-se que mesmo com a importância notória do papel do enfermeiro, os mesmos permanecem sujeitos a condições inadequadas de trabalho. Isso impede que esses profissionais desempenhem sua prática com a qualidade necessária para atender esse a população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura nacional apresenta relevantes produções científicas sobre a temática. Essa revisão contribui para compreender o quanto a atuação do enfermeiro na Atenção Primária à Saúde corresponde a um campo vasto e de extrema importância que segue em processo de aprimoramento, seja na

prática clínica ou administrativa. Entretanto, para que essa evolução do trabalho aconteça, são necessárias melhorias para a prática profissional. O reconhecimento da complexidade e da importância do trabalho desenvolvido por esses profissionais e de situações que geram insatisfação no seu exercício tem resultado em diversas pesquisas e estudos, entretanto, os traços de desvalorização desses profissionais ainda são marcantes. Os enfermeiros seguem recebendo salários que não correspondem com a demanda de trabalho a eles atribuída, e a escassez de recursos humanos e materiais também resultam em insatisfação. A partir dos achados da literatura, infere-se que é necessário o investimento em melhores condições de trabalho e infraestrutura para que esses profissionais ofertem a melhor assistência a população.

REFERÊNCIAS

ALVES, B. M. S. *et al.* Atuação do enfermeiro da atenção básica diante das dificuldades para a implementação da política de saúde do homem. **Rev enferm UFPE online**, v. 11, Recife, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/110143/25504>. Acesso em: 13 ago. 2020.

BACKES, D. S. *et al.* O papel profissional do enfermeiro no Sistema Único de Saúde: da saúde comunitária à estratégia saúde da família. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 1, p.223-230, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2012.v17n1/223-230/pt>. Acesso em: 13 ago. 2020.

BARARIERI, T., MARCON, S. S. Longitudinalidade no trabalho do enfermeiro: identificando dificuldades e perspectivas de transformação. **Texto Contexto Enferm**, v. 21, n. 3, p. 549-557, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tce/v21n3/v21n3a09.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

GRAGHETTO, G. T. *et al.* Dificuldades e facilidades do enfermeiro da Saúde da Família no processo de trabalho. **Cad. Saúde colet**, v. 27, n. 4, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-462X2019000400420&script=sci_arttext#B005. Acesso em: 13 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº648, de 28 de Março de 2006. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da atenção básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). **Diário Oficial da União**, 2006. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0648_28_03_2006.html. Acesso em: 12 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 30 abr. 2020.

CAÇADOR, B. S. *et al.* Ser enfermeiro na estratégia de saúde da família: desafios e possibilidades. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 19, n. 3, 2015. Disponível em: <https://www.reme.org.br/artigo/detalhes/1027>. Acesso em: 11 ago. 2020.

COSTA, E. M. S. *et al.* Estilos de liderança dos enfermeiros que atuam na estratégia de saúde na família. **Cienc Cuid Saude**, v. 14, n. 1, p. 962-969, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/20756/14202>. Acesso em: 12 ago. 2020.

DAVID, H. M. S. L. *et al.* Organização do trabalho de enfermagem na atenção básica: uma questão para a saúde do trabalhador. **Texto Contexto Enferm**, v. 18, n. 2, p. 206-214, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tce/v18n2/02.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2020.

FERNANDES, M. C. *et al.* Análise da atuação do enfermeiro na gerência de unidades básicas de saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 63, n. 1, Brasília, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672010000100002&lang=pt&tIng=pt. Acesso em: 11 ago. 2020.

FERREIRA, A. R. S., PERICÓ, L. A. D., DIAS, V. R. F. G. A complexidade do trabalho do enfermeiro na Atenção Primária à Saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, p. 752-757, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/reben/v71s1/pt_0034-7167-reben-71-s1-0704.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020.

FORTE, E. C. N., PIRES, D. E. P. Enfermeiras na atenção básica: entre a satisfação e a insatisfação no trabalho. **Trab. Educ. Saúde**, v. 15, n. 3, p. 709-724, Rio de Janeiro, 2017. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v15n3/1678-1007-tes-15-03-0709.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2018.

GALAVOTE, H. S. *et al.* O trabalho do enfermeiro na atenção primária à saúde. **Esc. Anna Nery**, v. 20, n. 1, p. 90-98, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ean/v20n1/1414-8145-ean-20-01-0090.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2020.

LAVRAS, C. Atenção Primária à Saúde e a Organização de Redes Regionais de Atenção à Saúde no Brasil. **Saúde Soc**, v. 20, n. 4, p.867-874, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/sausoc/2011.v20n4/867-874/pt>. Acesso em: 13 ago. 2020.

MAIA, S. M. S., MALAGUTTI, W. As dificuldades de percepção do enfermeiro da atenção primária à saúde do homem. **Revista HUPE**, v. 15, n. 4, p. 336-342, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistahupe/article/view/31611/23268>. Acesso em: 13 ago. 2020.

MATUMOTO, S. *et al.* A prática clínica do enfermeiro na atenção básica: um processo em construção. Rev. **Latino-Am. Enfermagem**, v. 19, n. 1, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rlae/v19n1/pt_17.pdf. Acesso em: 13 ago. 2020.

MENDES, E. V. **As redes de atenção à saúde**. / Eugênio Vilaça Mendes. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011.

MENDES, E. V. **A construção social da atenção primária à saúde**. / Eugênio Vilaça Mendes. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS, 2015.

OLIVEIRA, M. M., PEDRAZA, D. F. Contexto de trabalho e satisfação profissional de enfermeiros que atuam na Estratégia Saúde da Família. **Saúde debate**, v. 23, 2019. Disponível em: <https://scielosp.org/article/sdeb/2019.v43n122/765-779/>. Acesso em: 12 ago. 2020.

PEDUZZI, M. A inserção do enfermeiro na equipe de saúde da família na perspectiva de promoção de saúde. In: Anais do 1º Seminário Estadual: o enfermeiro no programa de saúde da família; 2000 nov. 9-11; São Paulo. São Paulo: Secretaria de Estado da Saúde; 2000. p. 1-11.

PINHO, E. C. C. *et al.* Acesso e acessibilidade da atenção primária à saúde no Brasil. **Enferm. Foco**, v. 11, n. 2, p. 168-175, 2020. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/3449/786>. Acesso em: 11 ago. 2020.

PINTO, L. F., GIOVANELLA, L. Do Programa à Estratégia Saúde da Família: expansão do acesso e redução das internações por condições sensíveis à atenção básica (ICSAB). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 1903-1913, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232018000601903&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 28 abr. 2020.

PORTELA, G. Z. Atenção Primária à Saúde: um ensaio sobre conceitos aplicados aos estudos nacionais. **PHYSIS, Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, n. 2, p. 255-276, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/physis/v27n2/1809-4481-physis-27-02-00255.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2020.

ROECKER, S., BUDÓ, M. L. D., MARCON, S. S. Trabalho educativo do enfermeiro na Estratégia Saúde da Família: dificuldades e perspectivas de mudanças. **Rev Esc Enferm USP**, v. 46, n. 3, p. 641-649, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342012000300016&script=sci_arttext. Acesso em: 13 ago. 2020.

SILVA, S. A. *et al.* Atividades desenvolvidas por enfermeiros no PSF e dificuldades em romper o modelo flexneriano. **R. Enferm. Cent. O. Min**, v. 1, n. 1, p. 30-39, 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/14/68>. Acesso em: 12 ago. 2020.

SOARES, C. E. S.; BIAGOLINI, R. E. M; BERTOLOZZI, M. R. Atribuições do enfermeiro na unidade básica de saúde: percepções e expectativas dos auxiliares de enfermagem. **Rev Esc Enferm USP**. 2013.

O PAPEL DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO ESCOLAR

Tamarosi, Silvio Salvador⁸

RESUMO

A educação deve contemplar um tipo de ensino e aprendizagem que ultrapasse a mera reprodução de saberes “cristalizado” e desemboque em um processo de produção e de apropriação de conhecimento e transformá-lo, possibilitando, assim, que o cidadão torne-se crítico e que exerça a sua cidadania, refletindo sobre as questões sociais e buscando alternativas de superação da realidade. O papel social da escola deve ser o de promover ao aluno acesso ao conhecimento sistematizado e, a partir deste, a produção de novos conhecimentos, preocupar-se com a formação de um cidadão consciente e participativo na sociedade em que está inserido. Assim sendo, uma Gestão Democrática, exerce importante papel, uma vez que cabe a ela, articular os interesses dos diferentes setores da escola, buscar formas de integração pedagógica entre alunos e docentes, fazer com que os conteúdos estudados na escola levem em consideração à cultura local e os problemas enfrentados pela comunidade, e, acima de tudo garantir a construção do Projeto Político Pedagógico, por meio da participação de todos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Gestão Democrática. Projeto Político Pedagógico.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a quantidade de informações produzidas diariamente no mundo todo supera o quanto um ser humano pode absorver durante toda a sua vida, cresce, assim, a necessidade de se pensar e preparar a relação com o saber na escola em bases completamente diferentes das que hoje são praticadas.

Atualmente, educação as escolas, estão deixando de seguir o modelo de reprodutora de informações mecanizadas, passando assim a adotar um modelo de com o foco na diversidade de pessoas, possibilitando a inserção de forma efetiva e consciente dos alunos na sociedade de forma mais igualitária incentivando uma maior participação da comunidade escolar nas decisões administrativas, tendo como eixo norteador a democratização da gestão escolar.

O envolvimento de toda a comunidade escolar em uma gestão democrática possibilita a articulação de estratégias que auxiliam no processo ensino-aprendizagem, o envolvimento e a partilha de decisões no interior da escola e o envolvimento dos pais no processo de tomadas de decisões permite que

⁸ Aluno do Curso de Coordenação Pedagógica e Planejamento do Instituto Souza. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso. 2020. E-mail: stamarosi@gmail.com

desenvolvam o sentimento de pertencimento, além de dar voz à comunidade nas decisões no que diz respeito à escola como um todo.

O Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar deve ter como objetivo oferecer uma educação coerente com a realidade na qual está inserida, procurando a superação das limitações impostas pelo contexto sociocultural, visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem e qualidade de vida da comunidade.

Esse trabalho visa descrever em seu contexto a importância que há em uma Gestão Democrática, para tanto, utilizou-se da Pesquisa Bibliográfica, estudando-se bibliografia específica acerca do tema abordado, para os autores Melo e Urbanetz, a pesquisa,

Muito mais do que uma palavra, significa uma atitude diante de um problema que se apresenta no percurso da vida: no cotidiano, nas relações sociais ou, como é o caso da pesquisa científica, de problemas relacionados às várias áreas abrangidas pelas diversas ciências. (MELO e URBANETZ, 2009, p.17 e 18).

Os autores acima citados (2009, p. 61), afirmam que “a fundamentação teórica é de extrema importância para qualquer trabalho acadêmico, posto que é nela que se prova o acúmulo de leituras e a capacidade de articulação das ideias num texto coerente, preciso e objetivo”.

Busca-se com este estudo contribuir para um repensar da equipe gestora levando a uma reflexão sobre sua prática de forma que a Gestão Democrática seja bem vista por todos, tornando-se realidade nas escolas públicas.

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DEMOCRÁTICA

No desenvolvimento deste trabalho, discute-se Conselhos Escolares, o papel do Coordenador Pedagógico, a participação coletiva na elaboração do Projeto Político Pedagógico, políticas educacionais, trabalhos pedagógico e currículo.

CONSELHO DE ESCOLA

O Conselho de Escola é um colegiado de extrema importância e contribui para a efetivação da qualidade do ensino garantindo que a comunidade tenha a oportunidade de se expressar, contribuindo para a busca de soluções, efetivação da democracia e para a melhoria da qualidade social da educação.

O Conselho Escolar é um dos espaços de participação colegiada fundamentais para o bom funcionamento de uma escola democrática (BRASIL, 2004, p. 17). Ele é composto pelos mais variados segmentos com o objetivo de promover a qualidade de ensino. Ele permite organizar planos, metas e projetos escolares e contribui para a organização e aplicação de recursos podendo estabelecer metas, planos educacionais, calendário escolar e aprovar o projeto pedagógico da escola. Deve também cuidar da situação financeira da escola, definindo planos de aplicação de recursos e normas para a prestação de contas de acordo com as atribuições definidas pelo o Estado. (BRASIL, 2004).

Quando se quer saber se houve um desenvolvimento da democracia num dado país, o certo é procurar saber se aumentou não o número dos que têm direito de participar das decisões que lhes dizem respeito, mas os espaços nos quais podem exercer esse direito. (BOBBIO, 2000, p. 40).

O Conselho Escolar é de extrema importância para o processo de implantação de autonomia na escola, garantindo que cada comunidade possa tratar de seus problemas e desta forma poder interagir e participar opinando no que realmente precisa tanto no âmbito administrativo, quanto pedagógico da escola. (BRASIL, 2004).

A participação da comunidade estabelece igualdades nas decisões. "A administração colegiada busca uma nova prática de exercício do poder." (NAVARRO, 2004, p. 01).

A participação das famílias na escola é essencial para o bom desempenho dos alunos, a participação dos pais pode ir além do acompanhamento do desempenho dos filhos na sala de aula. A família pode participar das atividades diárias desenvolvidas pelos alunos e também das atividades relativas ao bom desenvolvimento das questões administrativas da escola, contribuindo assim para a melhoria da qualidade do ensino. "Assim, o Conselho Escolar necessita zelar pela dimensão unitária do trabalho desenvolvido na escola, resgatando a função educativa de todos que atuam no seu espaço." (BRASIL, 2004, p. 29).

Este é o principal órgão colegiado que ajuda a comunidade a participar das atividades que estão sendo desenvolvidas na escola. E ao juntar toda a comunidade o Conselho Escolar ampliará as discussões sobre os problemas da comunidade escolar e contribuirá para o processo de implantação da democracia e a realização de uma gestão escolar mais eficiente. "Se, no entanto, a opção da escola for a de ser instrumento para a transformação da realidade, a educação emancipadora, por ter caráter político-pedagógico, é a que pode vir a ser mediadora dessas mudanças sociais." (BRASIL, 2004, p. 21).

Os Conselhos Escolares, ao assumirem verdadeiramente a função de estimular e promover uma contínua realização e avaliação do Projeto Político Pedagógico das unidades escolares, acompanhando e interferindo nas estratégias de ação, contribuem profundamente para a criação de um novo cotidiano escolar onde a comunidade se identifica na partilha, não só nos desafios imediatos, mas, dos graves problemas sociais vividos na realidade de cada comunidade e na realidade brasileira.

Os Conselhos Escolares são fundamentais para o bom desenvolvimento da escola, quando bem articulado contribui sobremaneira para com a Gestão da Unidade Escolar.

COORDENADOR PEDAGÓGICO

Em seu texto: O papel do coordenador pedagógico na gestão democrática da escola e na elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola, Riscal (2016, p. 13), define que o papel central do coordenador pedagógico na valorização das ações coletivas da escola é a organização do trabalho

educativo na escola, que deve ser executado em colaboração com a comunidade escolar e consiste da articulação, planejamento, execução e avaliação das ações pedagógicas realizadas no âmbito escolar.

O coordenador é um dos membros da equipe gestora da escola. Seu papel é fundamental porque constitui o elo entre o Projeto Político e Pedagógico da escola com a comunidade escolar, isto é docentes, pais, alunos e direção da escola. Em sua condição de organizador do trabalho coletivo, o coordenador orienta o sentido que devem assumir as atividades escolares procurando adequar os conteúdos programáticos e os projetos coletivos da escola às propostas apresentadas pelo Projeto Político Pedagógico da Escola. Cotidianamente, seu trabalho é garantir que o Projeto Pedagógico seja colocado em prática pelos agentes escolares, por isso deve preparar e planejar, juntamente com os professores, um cronograma com temas para discussão na reunião semanal.

A escola é um espaço que se desdobra em múltiplos espaços, como locus das relações interpessoais, da produção de conhecimento e tantos outros. Com base nessa premissa, a escola deve ser compreendida como um espaço de formação e aprendizagem em que professores, alunos, gestores, funcionários e toda a comunidade, possa partilhar os diferentes modos de pensar e agir. Para tanto, a equipe escolar deve enxergar aí um espaço de constante aprendizagem, uma escola aprendente, em construção nas articulações cotidianas. "Educar é impregnar de sentido o que fazemos a cada instante!" (FREIRE, 1996).

Dentre os princípios da Gestão Democrática, o trabalho coletivo é caracterizado pelo compartilhamento de objetivos, interesses e motivações comuns a todos os agentes escolares e que prime pela aprendizagem dos educandos, neste processo o professor é peça fundamental, porém o maior desafio de toda esta ação está em alinhar autonomia do professor e interesses comuns. Conforme o Art. 205 da Constituição Federal:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Em resumo, o coordenador pedagógico é o agente responsável por apoiar a direção da unidade escolar e demais envolvidos frente ao processo de construção de uma educação almejada por todos.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Sabe-se que o planejamento é essencial em todos os setores da vida e de forma particular no processo educativo. Assim no espaço escolar todas as ações devem ser criteriosamente planejadas, pois quanto mais forem planejadas as ações, melhor será o resultado obtido.

A participação é fundamental por garantir a gestão democrática da escola, pois é assim que todos os envolvidos no processo educacional da instituição estarão presentes, tanto nas decisões e construções de propostas (planos, programas, projetos, ações, eventos) como no processo de implementação, acompanhamento e avaliação. (LIBÂNEO, 2001, p.97).

Nesta perspectiva, viabilizar a participação de todos passa a ser também uma tarefa educativa, pois todos os setores precisam estar envolvidos no processo de democratização do ensino, a escola como um todo deve se articular e assegurar que toda a comunidade esteja envolvida, cooperando com o processo aprendizagem e com a construção do Projeto Político Pedagógico da escola.

Garantir o acesso à educação não garante a permanência dos alunos na escola, é necessário que a escola esteja preparada para receber os diferentes perfis de alunos afim de primar por sua constância, pois só assim será possível promover uma educação de qualidade.

O sistema educacional democrático deve pautar-se universalidade, igualdade, liberdade, pluralismo, gestão democrática, padrão de qualidade e valorização dos profissionais do magistério, culminando em oferecimento de educação de qualidade e que esteja em consonância com as necessidades de seu alunado, sendo assim a escola precisa buscar a transformação nas suas práticas, visando às transformações na sociedade. Para tanto, as discussões com a comunidade escolar são de suma importância, haja vistas que a construção de um Projeto Político Pedagógico da escola que deve tratar do acesso, permanência e qualidade sem diferenças ou discriminações ao cidadão.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Uma das missões da educação, segundo a Constituição, é a formação de seres humanos conscientes de sua condição de sujeitos de direitos, ou seja, a formação de cidadãos. O direito à educação não alcança sua finalidade constitucional, portanto, ao simplesmente transmitir conteúdos ou formar mão de obra.

A educação escolar é um bem público de caráter próprio por implicar a cidadania e seu exercício consciente, por qualificar para o mundo do trabalho, por ser gratuita e obrigatória no ensino fundamental, por ser gratuita e progressivamente obrigatória no ensino médio, por ser também dever do Estado na educação infantil. (CURY, 2008, p. 02).

A educação possibilita à pessoa desenvolver-se plenamente ao longo da vida. Ela é um processo de construção contínua do ser humano e de integração de todas as dimensões da vida: dos saberes, das aptidões, das habilidades, da capacidade de discernimento e de ação. Educar é contribuir para o aperfeiçoamento intelectual, profissional e emocional do homem.

Hoje, praticamente, não há país no mundo que não garanta, em seus textos legais, o direito de acesso, permanência e sucesso de seus cidadãos à educação escolar básica. Afinal, a educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania e tal princípio é indispensável para a participação de todos nos espaços sociais e políticos e para (re)inserção qualificada no mundo profissional do trabalho. (CURY, 2008, p. 02).

Para dar respostas aos grandes desafios da educação no mundo contemporâneo e no futuro, a Unesco (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*), em 1993, criou uma Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, presidida por Jacques Delors (2003). A Comissão produziu um relatório com sugestões e recomendações, que passou a ser conhecido como Relatório Delors (2003). (DELORS, 2012)

Esse relatório ganhou o *status* de agenda para políticas públicas na área da educação em várias partes do planeta. Ele defende a organização da educação com base em quatro princípios, chamados de Pilares da Educação, que interagem, são interdependentes e se fundamentam numa concepção de totalidade dialética do sujeito. (DELORS, 2012).

De acordo com o Artigo 205 da Constituição Federal:

A educação, é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Educação é direito público subjetivo, e isso quer dizer que o acesso ao ensino fundamental é obrigatório e gratuito e deve ser oferecido pelo órgãos competentes. O direito subjetivo é como um direito adquirido. (CURY, 2008).

A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental que é obrigatório. De acordo com a legislação a educação é direito de todos e dentro do ambiente escolar deve ser trabalhado conforme o currículo a igualdade, a ética religiosa e promover um espaço de paz, aprendizado e respeito às diversidades, pois há também a participação de todos da educação inclusiva. A escola deve promover compreensão, tolerância e amizade entre as nações, grupos religiosos ou raciais. (CURY, 2008).

De acordo com os Direitos Humanos, o Direito Educacional é o conjunto de normas, princípios, leis e regulamentos que versam sobre as relações de alunos, professores, administradores, especialistas e técnicos, envolvidos, no processo ensino-aprendizagem. (CURY, 2008).

É o conjunto de normas, de todas as hierarquias: Leis Federais, Estaduais e Municipais, Portarias e Regimentos que disciplinam as relações entre os envolvidos no processo de ensino aprendizagem, enfatizando enfatiza três contornos principais o conjunto de normas reguladoras dos relacionamentos entre as partes envolvidas no processo-aprendizagem; a faculdade atribuída a todo ser humano e que se constitui na prerrogativa de aprender, de ensinar e de se aperfeiçoar e o ramo da ciência jurídica especializado na área educacional. (CURY, 2008).

A educação pertence aos direitos humanos por fazer parte da formação do cidadão preparando-o para vida em sociedade, transformando-o em protagonista, crítico e reflexivo, proporcionando-lhe o direito de ser também acadêmico ou pronto para o mercado e trabalho. (CURY, 2008).

O gestor é responsável pela expansão das Políticas Públicas que preveem o direito à educação de qualidade no âmbito escolar. Ele precisa trabalhar democraticamente com os colegiados, para ser capaz de transformar a Escola. O papel do gestor é de suma importância para materializar o direito à educação e a transformação real de uma escola igualitária e democrática.

TRABALHO PEDAGÓGICO

Celso Vasconcelos (2012) afirma que para atingir o sucesso de uma boa aula, como os professores tanto almejam, ela deve conter o que ele define de três dimensões de trabalho que são: o conhecimento, a disciplina e o relacionamento interpessoal.

O trabalho em sala de aula, não é assunto muito simples, pois muitos professores atribuem o sucesso de uma boa aula, na qual o aluno aprenda e ele ensina, ao fato de a sala manter uma boa disciplina dos alunos, onde todos estejam sentados e quietos para ouvi-lo. (CURY, 2008).

É preciso haver um diálogo entre os professores e alunos sobre quais objetivos ele quer atingir com suas aulas e juntamente com eles estabelecer regras para que ele atinja seu objetivo, pois a questão disciplinar não é um problema do aluno, é uma conquista de confiança entre ambos, e isto ainda não é claro para muitos professores.

Os professores precisam ter um conhecimento prévio de sua turma, do que eles gostam de fazer, de ouvir, o que pensam sobre determinados assuntos, do que gostam conversar, para que caso surja algum problema seja na disciplina ou na aprendizagem, ele possa aprofundar no que pode estar acontecendo com determinado aluno ou classe estabelecendo um relacionamento interpessoal mais aprofundado e descobrir os motivos que levaram a falta de disciplina e/ou aprendizagem, pois o professor que tem clareza de que ele está na escola para desenvolver a aprendizagem, usará essa descoberta a seu favor na elaboração de suas aulas, bem como na elaboração de projetos, e partindo dessa clareza ele parará de justificar que a indisciplina devido a algum problema pessoal dos alunos é a causa da não aprendizagem.

A organização da coletividade deveria acontecer no início do ano letivo no período do planejamento no qual os professores discutiriam juntamente com a proposta pedagógica da escola, analisariam e apontariam os reais problemas que poderiam surgir na escola, não apenas pela gestão escolar, mas definidos por eles juntos, quais conteúdos e objetivos deveriam ser traçados e o que precisaria ser feito para que todos tivessem a mesma postura diante dos problemas apresentados, mesmo sendo necessário organizar e reorganizar a proposta política pedagógica da escola.

É preciso que os professores não deixem que as crianças percam a alegria de ir à escola e terem prazer em aprender algo novo. Os professores que antes eram tão próximos e carinhosos, atenciosos no início da vida escolar e que conseguiam fazer com que as crianças rissem diante de uma história ou brincadeira mesmo estas apresentando problemas de indisciplina, continuem com esta postura de mesmo com o passar dos anos

escolaridade, e deixem de frisar que conforme o ano que eles vão estudar tudo vai ficando cada vez mais difícil e as brincadeiras irão diminuir, ou seja, tudo ficará mais sério.

Essa fala é que acaba distanciando o professor do aluno e transformando o que era gostoso e divertido em chato, ou seja, talvez falas como estas é que geram certas atitudes dos alunos na própria escola, pois o professor não percebe que o distanciamento do aluno neste processo de aprendizagem pode ser um problema enfrentado nos anos futuros na mesma escola.

Os professores ao perceberem esses problemas, muitas vezes, precisam rever a sua prática, precisam descobrir primeiramente se o que vai ser ensinado faz sentido para ele, porque fazendo sentido ele resgatará o significado do que está ensinando sendo capaz de transformar e aprimorar os conteúdos com os quais os alunos apresentam maior dificuldade, através de um processo que será aprimorado ao longo da sua prática.

A elaboração de projetos interdisciplinares que garantam que o processo de ensino aprendizagem ocorra para todos os alunos com dificuldades na aprendizagem ou de indisciplina também é estratégia muito importante, porque através deles os professores planejam aulas que contemplem disciplinas e conteúdos com outros professores, e ao elaborar o projeto eles poderão trocar conhecimentos com entre eles e juntos poderão transformar as dificuldades apresentadas nas diferentes áreas pelos alunos de uma maneira “diferente”, até mais divertida, pois nos projetos é possível criar e transformar. (PRADO, 2017).

Assim como os projetos podem e devem ser elaborados com a troca de conhecimentos entre os professores, os planos de aula também devem ocorrer da mesma maneira, ou seja, coletivamente. (PRADO, 2017).

Assim sendo, o planejamento do trabalho coletivo é muito importante enquanto um espaço de discussão dentro da escola que se dá numa perspectiva onde todos os professores têm oportunidade para discutir o real papel da escola, já que ela é um dos espaços da busca da mudança de uma comunidade e sociedade futura.

É a partir do plano de trabalho do docente, através da discussão coletiva, que fará e transformará a postura do professor dentro da sala de aula através do conhecimento adquirido das diretrizes curriculares e durante as discussões com seus pares, fazendo com que a proposta política pedagógica da escola seja um documento vivo, estando em constante revisão.

E já que a escola é um dos espaços da busca pela mudança de uma sociedade, o professor é quem construirá a diferença na sala de aula levando o aluno ao senso crítico através dos conteúdos trabalhados.

CURRÍCULO

O currículo que dá sentido à escola precisa levar em conta as dimensões sociais, econômicas e políticas, os produtos científicos e tecnológicos, e a multiplicidade de linguagens e códigos no cotidiano. (FERNANDES; FREITAS, 2007).

No cotidiano escolar, a cultura é muitas vezes associada ao que é local, pitoresco ou folclórico, bem como ao divertimento ou lazer, enquanto o conhecimento é frequentemente associado a um inalcançável saber. Essa dicotomia não cabe em nossos tempos: a informação está disponível a qualquer instante, em tempo real, ao toque de um dedo, e o conhecimento constitui-se em uma ferramenta para articular teoria e prática, o mundial e o local, o abstrato e seu contexto físico. (FERNANDES; FREITAS, 2007).

O currículo é a expressão de tudo o que existe na cultura científica, artística e humanista, transposto para uma situação de aprendizagem e ensino. Precisamos entender que a atividade extraclasse não são "extracurriculares" quando se deseja articular a cultura e o conhecimento. Nesse sentido, todas as atividades da escola são curriculares ou não serão justificáveis no contexto escolar. Se não rompermos essa dissociação entre cultura e conhecimento, não conseguiremos conectar o currículo à vida – e seguiremos alojando na escola uma miríade de atividades "culturais" que mais dispersam e confundem do que promovem aprendizagens curriculares relevantes para os alunos. (FERNANDES; FREITAS, 2007).

Nessa escola, o professor não se limita a suprir o aluno de saberes, mas é o parceiro de fazeres culturais, aquele que promove de muitas formas o desejo de aprender, sobretudo com o exemplo de seu próprio entusiasmo pela cultura humanista, científica, artística e literária. (FERNANDES; FREITAS, 2007).

Quando a Proposta Pedagógica da escola tem entre suas prioridades essa cidadania cultural, o currículo é a referência para ampliar, localizar e contextualizar os conhecimentos que a humanidade acumulou ao longo do tempo. Então, o fato de uma informação ou de um conhecimento emergir de um ou mais contextos distintos na grande rede de informação, não será obstáculo à prática cultural resultante da mobilização desse conhecimento nas ciências, nas artes e nas humanidades. (FERNANDES; FREITAS, 2007).

A educação no Brasil tem sido alvo de muitas reformas curriculares, organizadas por políticas públicas que buscam qualidade e equidade para o ensino escolar público. As reformas curriculares, iniciadas na década de 1990, e as orientações para as reformas curriculares, iniciadas a partir da LDB de 1996, garantindo a ampliação da educação básica e estabelecendo novas condições ao ensino escolar. (GADOTTI, 1993).

Com a proposição de direitos e deveres do estado e da família para com a educação de todos os brasileiros, cabe as instituições de ensino a uma nova visão diante da necessidade de uma reestruturação do ensino, levando os alunos ao saber conhecer, fazer, viver e ser, tornando-se cada vez mais indispensáveis para a vida, para o trabalho e para a sociedade contemporânea. A rotina pedagógica escolar prevê conhecimentos comuns à todas as instituições de ensino, estes são regulamentados pelo Currículo, que é uma construção social histórica que relaciona o conhecimento e as pretensões sociais, como resultado de uma seleção de elementos culturais, de valores, atitudes e comportamentos das mais diferentes ordens. (GADOTTI, 1993).

O Currículo sofreu diversas mudanças ao longo da história, no que diz respeito aos conteúdos, mas também no que tange às questões como Diversidade, Gênero e Comportamento Social, primando pela formação de cidadão críticos e reflexivos, que estejam prontos para atuar em prol de uma sociedade mais igualitária. (FERNANDES; FREITAS, 2007).

Sendo a escola um espaço social, um ambiente de socialização e de mudanças, acentua-se a prática do currículo na vida tendo este um duplo sentido, explícito e o formal, o oculto e informal.

Devido às demandas que mudam todo ano nas escolas nos deparamos com o Currículo Oculto que nos traz; conteúdos atitudinais que referem-se às normas de condutas e padrões sociais que devem ser ensinados a fim de que os alunos aprendam a viver em sociedade; questões como ética, moral e civildade estão entre as diversos temas que os professores passam a se preocupar em contemplar, visto que a escola é, para muitos, o primeiro espaço de convívio social. (FERNANDES; FREITAS, 2007).

Trabalhar diferenças não é tarefa fácil para ninguém, muito menos dentro das escolas, pois precisamos conhecê-las para compreendê-las no contexto escolar pensando em uma educação que integre várias questões significativas envolvendo questões como étnico-raciais, o respeito pelas desigualdades sociais, das diferenças raciais e outros níveis e no direito de ser diferente, ampliando, assim, as propostas curriculares do país, buscando uma educação mais democrática, pensando em uma educação voltada para diversidade, buscando o domínio de um saber crítico a partir da realidade existente dentro de uma lógica de igualdade e de direitos sociais.

O Currículo vai além de um conjunto de conteúdo a serem ensinados, ele é a principal ferramenta de ação social da Escola, pois a partir dele é possível elaborar o PPP em prol da comunidade atendida, considerando suas necessidades, particularidades e anseios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível uma escola trabalhar de forma organizada, planejando cada ação, para isso deve criar mecanismos de fazer com que a organização seja assumida por toda equipe, caso contrário, serão ações isoladas que acabam por não render frutos, deve também abrir espaço para um gestão democrática, esta garante que comunidade ajude no processo educacional. O Projeto Político Pedagógico precisa ser utilizado como um instrumento que organiza a escola, pois ao ser elaborado deve considerar tudo o que já existe: leis, concepções, conteúdos e métodos; o gestor escolar tem fundamental importância para o bom funcionamento da instituição e saber identificar competências básicas, é fundamental para que haja uma participação ativa de todos no processo educacional.

Compete ao Coordenador Pedagógico valorizar as ações coletivas dentro da Unidade Escolar, ações essas, que devem estar vinculadas ao Projeto Político Pedagógico, articulando, os papéis e ações dos diferentes agentes rumo à elaboração de um Projeto Político Pedagógico consistente, que favoreça a construção de um espaço democrático e participativo, onde se

estímule a produção do conhecimento e se promovam mudanças, proporcionando situações de aprendizagem a todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON198804.02.2010/CON1988.pdf>>. Acesso 26 de set. de 2016.

BRASIL. **Conselho Escolar e Aprendizagem na Escola.** Programa Nacional de Conselhos Escolares – Vol 2; Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2004.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: Um Campo de Atuação do Gestor Educacional na Escola. Escola de Gestores.** MEC, 2008. Disponível em: <<http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/jamilcury.pdf>>. Acesso em: 30 de ago. 2017.

DELORS, Jacques (Coord.). **Os quatro pilares da educação.** In: Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 2003.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira; FREITAS, Luiz Carlos de. **Indagações sobre Currículo: Currículo e avaliação.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

FREIRE, Paulo. **Medo e Ousadia: o Cotidiano do Professor.** Ed. Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas.** São Paulo – SP. Editora Ática, 1993.

LIBÂNIO, José Carlos. **As teorias Pedagógicas Modernas Revisitadas pelo Debate Contemporâneo da Educação.** Cap. 1.

MELO, Alessandro de; URBANETZ, Sandra Terezinha. **Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia.** Curitiba: Ibplex, 2009.

NAVARRO, I. P. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.

Conselhos Escolares: Democratização da Escola e Construção da Cidadania. 2004

PRADO, Maria Elisabette Brisola Brito. **Pedagogia de Projetos: Fundamentos e Implicações.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/1sf.pdf>>. Acesso em 16 de jun. de 2017.

RISCAL, Sandra A. **O papel do Coordenador Pedagógico na Gestão Democrática da Escola e na Elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola.** UFSCar. Disponível em: <http://www.cfge.ufscar.br/file.php/372/Material_didatico/o_papel_do_coordenador_pedagogico_na_gestao_democratica_da_escola_e_na_elaboracao_do_projeto_politico_pedagogico_da_escola_sandra_a_riscal.pdf>. Acesso em 16 de jun. de 2016.

O REFLEXO DA GESTÃO ESCOLAR NA ADMINISTRAÇÃO DA PROBLEMÁTICA NA RELAÇÃO ENTRE A AVALIAÇÃO E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Silva Filho, Lauro Joaquim da⁹

RESUMO:

O presente trabalho trata sobre o reflexo da gestão escolar e aspira porfiar o que está relacionado com a avaliação educacional e a qualidade da educação. O valor da aprendizagem escolar e do envolvimento dos gestores, coordenadores e professores está justamente na habilidade de levar o aluno a conhecer os significados do que temos da ciência e da cultura através de mediações de aprendizagem providas pelos professores. É essencial a preocupação com a qualidade do ensino, conforme a visão sobre a educação como geradora de cidadãos, precisa considerar, no estudo da escola, sua estrutura didática, como também sua estrutura administrativa. Neste contexto, todos os educadores já sabem do valor do processo de avaliação no ambiente escolar educacional, onde, a questão macro no tocante à avaliação na escola, reside na dificuldade que os gestores do ensino, professores, encontram na elaboração e desenvolvimento do processo avaliativo. Daí a importância da gestão escolar e de um trabalho integrativo dos gestores e demais envolvidos no âmbito escolar objetivando uma análise sobre o significado da avaliação educacional, da gestão escolar e da qualidade da educação, como sendo fatores essenciais que afetam a aprendizagem dos alunos.

PALAVRAS CHAVE: Gestão Escolar, Avaliação, Qualidade, Educação.

INTRODUÇÃO

Em se tratando do desafio para a gestão escolar, importante se faz ressaltar que o mesmo nos mostra como transpor do arquétipo curricular de disciplinas múltiplas para o curricular com intercessão entre as disciplinas, que abarca uma visão distinta do saber, salientando a reciprocidade, a dependência solidária, bem como a existente comunicação das disciplinas e a constante busca da incorporação do conhecimento, no todo, de forma harmônica e considerável.

A gestão educacional e o sistema nacional de avaliação caminham juntos no contexto educacional brasileiro. Importante ressaltar que os desafios destes sistemas geram a necessidade de se entender o que vem sendo construído como estudo, ao longo dos anos, em termos práticos e direcionamento dos resultados.

Neste contexto, relevante se faz a relação social entre os grupos na sala da aula, assim como em outros espaços, fazendo com que a aprendizagem possa ser compartilhada, através inclusive, das relações afetivas,

9 Tecnólogo em Gestão Pública Licenciado pela Escola de Instrução Especializada do Exército Brasileiro. Bacharel em Direito Licenciado pela Universidade Estácio de Sá. Militar da área combatente, Técnico em Artilharia do Exército Brasileiro, Instrutor, Agente de Ensino e Tutor EAD no CEP/FDC. E-mail:lsfilho@gmail.com

objetivando um comprometimento dos alunos, para que os mesmos percebam e reconheçam que são, como cidadãos, respeitados no ambiente escolar, não deixando de considerar, as expectativas, as necessidades e os interesses de cada um.

O PAPEL DO GESTOR NA REGULAÇÃO EDUCATIVA E AS MUDANÇAS NA GESTÃO ESCOLAR

O ambiente escolar pode ser caracterizado como um espaço que envolve a aprendizagem e as relações interpessoais, tais como: relação existente entre o professor e o aluno, a relação entre professores, a relação que existe entre pais, filhos, professores, funcionários, direção e demais envolvidos no ambiente escolar. Nas palavras de Chiavenato (2013, p.101),

Não se trata mais de administrar pessoas, mas de administrar com as pessoas. As organizações cada vez mais precisam de pessoas proativas, responsáveis, dinâmicas, inteligentes, com habilidades para resolver problemas, tomar decisões.

Neste contexto, destaca-se o valor que reveste a função do vai gerir a escola e as necessidades dos docentes e junto com eles encontrar as soluções que sejam prioridade para um trabalho de educação com qualidade desenvolvido pelo coordenador pedagógico, onde, as mudanças contemporâneas nas políticas públicas da educação no Brasil, orientam que o argumento central dessas reformas poderia ser compendioso na expressão amplamente empregada, por órgãos internacionais pertencentes a ONU, em documentos elaborados, como a orientação dos governos dos países da América Latina para a educação: — transformação produtiva com equidade social (CEPAL, 1992).

No Brasil, estas reformas, têm levado a uma nova normatização das políticas da educação. Diversos fatores demonstram este novo ajustamento, dentre os quais, evidenciam-se nos programas de reforma a centralidade que é atribuída à administração escolástica, colocando a escola como principal responsável pelo gerenciamento e planejamento; o financiamento baseado na média, ou seja, por pessoa envolvida na educação, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF, por meio da lei n. 9.424/96; adiciona-se ainda a regulação e a ampliação dos exames nacionais de avaliação, assim como a avaliação institucional e ferramentas de gestão escolar que conjecturam a participação da comunidade envolvida. Tais aspectos, além de concernentes à realidade do nosso país, encontram equivalências com programas iniciados em outros contextos de países da América Latina, como por exemplo, o Chile (MEDINA; KELLY, 2001).

Importante destacar que atualmente os educadores têm buscado por meio da mediação e da relação com os alunos, proporcioná-los o encontro dos conhecimentos já gerados com a realidade presente. Possibilitando-lhes uma produção voltada para a compreensão do mundo e do envolvimento participativo de cada um na estruturação da aprendizagem de si mesmo.

E, para que ocorra uma administração satisfatória da problemática que envolve o ensino no tocante a sua avaliação e a sua qualidade, é necessária a questão de que os gestores devem discutir no tocante à aplicabilidade das avaliações do aprendizado nos instruendos, bem como a avaliação do sistema usado para instruir, para ensinar, com o a finalidade de verificar se as ferramentas e métodos utilizados realmente estão levando os alunos ao aprendizado. A aula de hoje, difere da aula ministrada em decênios passados. Uma vez que a metodologia adequada será aquela que trazer melhor resultado no produto final – aluno que aprende, que agrega conhecimento e estará pronto para o mercado de trabalho.

Neste pensamento ideológico, Rios (2002) destaca que o desenvolvimento do ensino nos dias atuais é específico na medida em que, tem-se um mundo que requer do professor algo que seja mais enigmático do que ele estava acostumado a desenvolver dentro da sua sapiência e projeções com relação à formação educacional direcionada aos seus alunos.

Diante das pesquisas efetuadas para o desenvolvimento do presente estudo, pode-se perceber que alguns pesquisadores em Educação, dentre ele o autor GOULART (1995), têm apresentado como desafio a mudança da forma de pensar, no sentir e o agir das questões relacionadas à gestão educacional, onde destaca-se que uma maneira de definir gestão é considerá-la como uma modo de desenvolver a administração de determinada instituição ou órgão para que os objetivos propostos para esta instituição ou órgão sejam alcançados de forma mais efetiva possível, considerando seu material e pessoal disponível, no caso em tela, os objetivos educacionais.

Nas considerações do autor LUCK (2000), o gestor da escola depara-se com novas demandas diárias, advindas do desenvolvimento da coletividade e do que temos como alicerce das relações entre pessoas das diversas classes da sociedade. Nesta conjuntura, de forma ampla, a educação e seu gerenciamento escolar, como início e objetivo na relação entre conhecimento descritivo -teoria, e realização de uma teoria concreta - prática, que idealizam novas bases teóricas e refazem as práticas. Esta atualização no binômio teórico-prática dentro da administração educacional possibilita para o gestor novas necessidades, tanto para gerenciar como também para sua construção.

DA AVALIAÇÃO E DA QUALIDADE EDUCACIONAL

A escola ensina e forma não somente pela maneira que demonstra nas relações diárias entre gestores e professores, assim como nas relações que exige dos alunos, entre alunos e para com os professores e gestores, como também pela via formal dos conteúdos transmitidos. Nessa mesma direção, a gestão escolar como espaço de convivência social e os valores que destacados nesse processo de aprendizagem vêm recebendo, a cada vez, maior destaque nas discussões sobre política educacional e as estratégias para seu desenvolvimento (PIMENTA, 1999).

O significado da palavra avaliação, considerado pelo dicionário Aurélio, é o ato de avaliar algo, de mensurar, medir ou determinar valor a algo, atribuir o preço ou uma importância a alguma coisa. Valor que o avaliador atribui a algo. Também considera como significado o exame, a prova ou a verificação do conhecimento ou competência de alguém, cabe salientar que este último é onde reside nosso interesse. No mesmo sentido, no dicionário Silveira Bueno, avaliação aparece como apreciar, ato de avaliar e estimar.

Em outras palavras, a Avaliação pode ser definida como o processo que revela sobre o aprendizado do aluno e como ele aprendeu, a forma que o levou a mudar seu pensamento, com a finalidade de fazê-lo alcançar as expectativas definidas para cada classe. Destarte que em nosso país, é comum que os professores utilizem a prova como ferramenta para esta avaliação, o que é comum e cultural. Entretanto a prova não consegue mensurar o conhecimento adquirido porque, entre outros motivos, ela é parcial quanto ao assunto, é temporal, ou seja, o avaliado estará sobre a influência das circunstâncias que o permeiam naquele momento, entre outros motivos que afetam o resultado daquela avaliação, que muito provavelmente terá outro valor de resultado se aplicada em outro momento. Contudo, ainda podemos utilizar outros métodos para avaliação, individual ou em grupo, com as denominadas situações-problema, apresentações de forma oral de determinado assunto, objeto do estudo, o desenvolvimento de trabalhos escritos e outros métodos ou formas que podem ser elaborados pelos professores e gestores educacionais.

Considerando estas abordagens acima, pode-se perceber ou até afirmar que a maneira como foi engendrada a avaliação, ela vai se mostrar limitada quanto ao aspecto quantitativo, ou seja, não sugere atividade reflexiva e processual de melhorias no sistema ensino-aprendizagem.

Assinala-se que, de 1988 até os dias atuais, o Ministério da Educação brasileiro tem realizado de forma mais minuciosamente avaliações em sistemas de ensino. Historicamente, tem-se em nosso cenário, nos sistemas de ensino ou sistemas semelhantes várias avaliações como (Prova Brasil, Enem, Saeb, Enade, e muitas outras nos municípios e estados brasileiros), seja por motivos educacionais, como pelo gasto de recursos públicos com estas e outras avaliações. Nas declarações do autor GATTI (2006), o ponto a estudar e avaliar é: verificar se as avaliações aplicadas produzem melhorias no tocante a qualidade da educação, com isto posto, nosso país, poderia ter o melhor desempenho escolar no mundo.

Tem-se que os educadores e gestores em educação, de uma forma geral, devem pautar-se em utilizar a avaliação que produza diálogo qualitativo no aspecto de poder atribuir valor ao que o aluno aprendeu.

Em se tratando de avaliação escolar e seu reflexo na qualidade da educação, tema ora proposto no presente artigo, o que não é novidade, já que muitas escolas brasileiras seguem atualmente, tradicionais regras avaliativas dentro da realidade cultural, entretanto diverso da época em que essa forma ou modelo, era o adequado. Considerando-se essa linha de

pensamento, vale a pena refletir: E quais são essas regras avaliativas tradicionais? Para que serve a avaliação?

Nesse sentido, para Perrenoud (2002),

A avaliação serve para ajudar o aluno a aprender e a progredir rumo aos objetivos propostos. Serve para regular o trabalho do aluno orientando-o na realização das atividades. Pode servir para monitorar os percursos e progressões de aprendizagem do aluno de forma global. Pode servir para a resolução de problemas e falhas durante o processo de aprendizagem. Pode servir para contribuir para o desenvolvimento das capacidades dos alunos e como ferramenta para melhorar a aprendizagem dos alunos.

Nesse sentido, na sua forma mais ampla de demonstração, as avaliações aplicadas em nosso sistema educacional, têm se voltado para a valoração do rendimento escolar, de forma tal que o resultado relacionado à qualidade da educação, de uma forma geral, tem sido simplista, elucidando em desempenhos nos exames realizados pelos diversos modelos adotados pelos professores de uma forma geral (GATTI, 2006).

Lado outro, tem-se que a qualidade da educação atravessa várias questões, tais como: a aplicação presente de uma filosofia para educação com utilidade e o entendimento social da educação, destinada ao trabalho, não apenas como ferramenta de utilidade para o trabalho educacional, como também para a civilização humana, na construção de valores da vida e para o relacionamento uns para com os outros, dentro do meio ambiente que determinado grupo está inserido, com relação às expressões humanas de cultura. (GATTI, 2006).

Neste panorama, há de se acolher um sentido que gera inovação do processo de avaliação no âmbito escolar. Com efeito, aumenta a possibilidade e até mesmo a ocorrência da discussão de um paradigma novo, moderno, sobre a questão, entretanto, entender, compreender e executar este novo processo na prática, ainda sim, constitui-se em um estímulo desafiador para muitos educadores (RIOS, 2002).

Conforme o autor, DEMO (2001) destaca que a avaliação pode servir para dar subsídios ao aluno de forma que ele possa argumentar e contra argumentar, objetivando encontrar o resultado dos propostos desafios de cada conteúdo, valendo-se por diferentes caminhos.

Importante aqui ressaltar que a questão anteriormente citada sobre o objetivo da avaliação, nos sinaliza sobre, o valor, a importância de dar ao aluno a oportunidade de buscar vários caminhos para aprender os conteúdos e sobre eles argumentar e contra argumentar. Nesse entendimento, interpreta-se que nesse formato de avaliação o aluno não terá ou mostrará estar com receio, com medo do erro e irá construir uma imagem positiva de si mesmo por causada independência adquirida durante o seu processo de construção do ensino-aprendizagem, isto posto, enquanto aluno e aprendiz.

Segundo Hoffmann (2013, p. 54),

A avaliação pode servir para possibilitar ao aluno declarar suas idéias e pontuar dificuldades referentes aos conteúdos ensinados e desenvolvidos. Pode servir para como forma de garantia ao professor o acompanhamento de cada aluno durante todas as etapas do processo de aprendizagem. Pode servir para a tomada de decisão do professor com base nos registros feitos sobre a evolução dos alunos nas diferentes etapas do processo, tornando o aluno comprometido com tal processo. Pode servir para estreitar a relação quem educa e de quem é educado em benefício ao educando para que este descubra a si próprio e conheça as possibilidades do vir a ser. Pode servir para oferecer ao educando inúmeras oportunidades de viver muitas e desafiadoras situações de vida.

Um ponto digno de nota, e aqui merece destaque é que, diante do que Hoffmann (2001) propõe como finalidade da avaliação, vale destacara importância de que o professor, o educador esteja próximo do aluno, do educando durante a sua jornada escolar, mas principalmente no momento dos desafios da aprendizagem e ainda mais perto, no momento das avaliações, pois essa relação de interação e confiança, entre professor e aluno, torna-se essencial para que o aluno desenvolva e tenha compromisso com a sua tarefa de aprender e que descubra que existem muitas possibilidades de se desenvolver de uma forma significativa e relevante para si mesmo como aluno e para seu futuro.

O autor Luckesi (2000), pontua que a avaliação pode servir para fazer o aluno ser integrado, incluído em todo o processo ensino-aprendizagem, no sentido de que cada aluno obtenha resultados positivos na aprendizagem. Pode servir para absorver uma situação para, então, declarar a sua qualidade, tendo constantemente em vista, a condição de dar ao aluno suporte de/para uma possível alteração, se necessário for. Pode servir para detectar no processo da aprendizagem, conduzindo e, se for caso, redirecionando o assunto ou o instruendo que precisa de ajuda. Pode servir para direcionar os educandos para passos seguintes da aprendizagem, à medida que, alcançarem um índice satisfatório dentro do assunto que estava sendo trabalhado. Pode servir para orientar em outro rumo à aprendizagem, caso se veja que prossegue de forma insatisfatória. Pode-se ainda, ter a avaliação atuando como ferramenta de compreensão do momento de aprendizagem em que se encontra o educando, tendo em vista, poder tomar decisões que sejam capazes e que satisfaçam a necessidade de avançar no seu processo de ensino-aprendizagem.

Desta forma, as dúvidas deixam de existir, já que o processo de avaliação tradicional alcança um significado próprio: pois ela classifica os alunos em dois grupos, apenas: que são o grupo dos alunos que sabem e o grupo daqueles alunos que não sabem. E este "saber" medido apenas dentro do que foi objeto da avaliação e não de todo o assunto. Não se vê neste processo o conceito do grupo de alunos que estão em fase de aprendizado. Não se evidencia o momento e a forma que o aluno aprende. Nessa ótica,

o que importa são somente os resultados alcançados nos exames realizados, que são valorados através das notas em cada prova.

Corroborando com esta ideia, Hoffmann (2003, p.22), ao dizer que na verdade, este sistema de avaliação tradicional é um tipo de sistema claramente classificatório e também é um tipo de sistema absurdamente falho no tocante a apontar falhas do processo ensino-aprendizagem adotado. As verdadeiras dificuldades dos educadores e educandos não são evidenciadas e sem esta evidência, não sugere alguma opção para soluções das dificuldades vividas, mas reforça a ideia de que a escola não é para todos e sim para poucos, uma vez que os examinados são ranqueados e destacados dentro da sua turma.

Alguns educadores classificaram esse modelo de avaliação como: avaliação somativa, pois, este sistema vai ranquear os alunos pela nota alcançada nos exames realizados através dos assuntos cobrados em prova, ou seja, o que cada aluno tem de conhecimento, não do todo, mas do que foi cobrado, como vemos, nos casos das provas finais, concursos, vestibulares e outros nesse sentido.

Alinhado com este pensamento, Goulart (2015), diz que é proveitoso considerarmos características mais importantes da avaliação classificatória, mantendo a visão de maximizar um método de avaliar. Mas isso não é bom para uma educação, que seja escolar, de qualidade. Vê-se o que Goulart considera nessa linha de raciocínio com relação a uma avaliação do tipo classificatória, uma vez que, para ele, essa avaliação não permite que o aluno expresse seus pensamentos, utiliza verificações e provas como ferramenta única para avaliar, nas quais os examinados tem pouca ou nenhuma abertura para ampliar as respostas, praticamente inviabiliza a existência de um espaço temporal para debates e permuta de conhecimentos, o que inibe que sejam espontâneos sem demonstrar suas reflexões, resumido é quase ter apenas o certo e o errado.

Nesse contexto, é lamentável que temos professores que enxergam a avaliação como um instrumento exclusivo para promover o aluno ao passo seguinte ou impedi-lo de prosseguir na jornada da educação, talvez terem sofrido ou estar sofrendo influências culturais que corroboram com este tipo de entendimento. Vê-se que não alcançam a interpretação amplificada do processo ensino-aprendizagem. Esta posição fica evidentemente clara quando se propõe a ideia de retirar este modelo avaliativo das escolas, pois muitos professores se posicionam contrários e preferem a manutenção deste sistema avaliativo tradicional.

Segundo Gatti (2006, p. 67),

Na literatura especializada tem-se enfatizado dois pontos como importantes a serem considerados nos processos avaliativos: 1. Toda avaliação educacional tem de partir de algum ponto de referência, que deve estar claro aos avaliadores e claro para a comunidade interessada. Aqui já temos um problema relativo aos processos avaliativos implementados entre nós. O referencial adotado orienta o modelo e procedimentos de coleta de dados e informações, e as interpretações. Portanto, a avaliação toma sentido

97

dentro de uma filosofia educacional, em função de políticas educacionais e do contexto em que se realiza, e ela se funda no esclarecimento prévio àqueles que serão avaliados, sobre os pontos a serem considerados. O processo tem que ser transparente. 2. Toda avaliação educacional tem por objetivo trazer elementos para novas ações/intervenções, mudanças de rumo, busca de alternativas, tomadas de decisões, ou, para reafirmar caminhos tomados, quem sabe acrescentando algo. Ou seja, quando um processo de avaliação não tem nenhuma consequência ele perde todo o sentido, perde em credibilidade, perdendo-se oportunidades de mudar situações, melhorar condições, etc. As avaliações não têm sido tomadas como suporte para políticas coerentes nos três níveis da gestão escolar.

Não se pode deixar de citar, como é tratado o erro dos alunos nas avaliações educacionais, onde, o erro apenas reforça a definição de que o instruído não aprendeu e não pode seguir adiante, pois somente o acerto confirma o saber. No passado, o erro era punível fisicamente, castigos eram aplicados para forçá-lo ao aprendizado, tais como ajoelhar-se em grãos, batidas com uma madeira na palma das mãos, ficar de pé voltado para a parede e outros, que de certa forma, entediava-se na época que o aluno se empenharia mais e aprenderia respondendo corretamente. Hoje, de certo modo, a punição ainda persiste através do impedimento de passar para a série seguinte.

Isto posto, vê-se que o acerto promove, mas o erro se perde porque não é utilizado, a não ser para o aluno não poder seguir. Mas o que poderia ser feito se o erro também fosse trabalhado como ferramenta educacional? Por que não explorá-lo?

Diante do objetivo de educar e ensinar, entende-se que a avaliação educacional não deve ser condenatória e meramente classificatória, já que em seu cerne ela deve ser puramente educacional, plenamente educativa. Numa perspectiva, a avaliação deve ser aplicada como ferramenta de ensino que evidência a educação, destaca e ressalta os valores cultivados e impulsiona os avaliados a prosseguir na esteira da aprendizagem.

Destarte, um processo de pesquisa que vise alcançar uma avaliação que seja realmente educativa, que se aproveitem todos os dados por ela fornecidos, tanto em qualidade educacional como em quantidade de alunos alcançados, numa ótica exclusivamente voltada para a qualidade educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os gestores das escolas assim como todos os envolvidos no processo da educação deparam-se, diuturnamente, com novos desafios vindos da evolução da sociedade e da base material das relações sociais.

Nesta conjuntura, a educação e sua gestão, tanto na sua origem, como no seu destino da relação entre teoria e prática, possibilitam para os gestores, inclusive professores e profissionais da educação, a possibilidade de

desenvolver atividades que retornarão em mudanças e melhorias significativas, desde que não se perca o foco da qualidade.

O envolvimento do gestor escolar nas atividades pedagógicas se faz relevante, visto que a confiabilidade se desenvolve e cresce entre as partes de uma equipe, que de forma recíproca trabalham em busca da qualidade educativa, em prol dos seus alunos, o quais através e pelos seus mestres poderão ir mais adiante do que eles.

Entretanto, este trabalho não deve ser somente dos gestores escolares, mas é necessário que a comunidade seja envolvida, participe, contribua como co-gestora, dentro das possibilidades, através das reuniões escolares denominadas conselhos, na elaboração do projeto político-pedagógico, na gestão dos recursos financeiros da escola, nas relações que a escola desenvolve com alunos, pais, professores, funcionários e com a própria comunidade. A escola é e deve ser vista como um bem público e que está a serviço da comunidade ao seu redor ou a que ela se destina e funcione como força dinamizadora da comunidade.

Importante se faz ressaltar que todas as considerações citadas no presente artigo nos mostram a idéia, como uma possibilidade de caminho, de que a avaliação precisa e deve engendrar melhorias no processo ensino-aprendizagem, onde o educador pode atuar como mestre e mediador, explorando ainda mais as ferramentas que tem para promoção da aprendizagem, acompanhando o processo evolutivo de cada educando e também na gestão escolar, onde, através desses conceitos alcançados, com base nas experiências vividas nos anteriores dentro das salas de aula, enxergar o que a avaliação está sinalizando como oportunidades de melhorias pedagógicas e para que o aprender a aprender seja constante e evolutivo.

Desta forma, não há dúvida de que na questão problema avaliação, seja do educando, seja do processo educativo empregado, ainda persiste um desafio, que não é simples de se resolver. Pois este sistema de provas e testes adotado ainda é o método mais utilizado o meio escolar, talvez por ser o que foi entendido como o melhor instrumento para ranquear os examinados, como se não fosse possível devolver outro método.

Lado outro, a história mostra que os processos educativos evoluem, que mudanças nas políticas de gestão pedagógicas são realizadas e que é possível conseguir mais dos educandos, apenas, não sabem a direção a seguir.

Para finalizar, e sem a intenção de se esgotar o tema, tem-se que as políticas de avaliação do sistema educacional estão concentradas do âmbito do rendimento escolar de cada educando e até mesmo da escola que ele faz parte, é o que se vê através das provas aplicadas pelos diferentes modelos praticados.

REFERÊNCIAS

CANÁRIO, Rui. **Os estudos sobre a escola: problemas e perspectivas.** In J. Barroso (Org.), O Estudo da Escola. Porto: Porto Editora. 1996.

CEPAL/UNESCO. **Educación y conocimiento: eje de La transformación productiva com equidade.** Santiago, 1992.

CHIAVENATO, Idalberto – **Introdução à Teoria Geral da Administração.** 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

DEMO, Pedro. **É errando que a gente aprende.** São Paulo, Abril Cultural, n. 144, Ago. 2001.

_____. **Saber pensar.** 2 ed. São Paulo. Cortez. 2001.

GATTI, Bernardete Angelina. **Avaliação Institucional: processo descritivo, analítico ou reflexivo? Estudos em Avaliação Educacional.** São Paulo, v. 17, n. 34, p. 7-14, maio/ago. 2006.

----- . **Avaliação da Educação Básica.** IX Congresso Paulista de Formação de Professores, Águas de Lindóia, UNESP: CD-ROM, setembro, 2007.

----- . **Debate Avaliação em Educação: o que a escola pode fazer para melhorar seus resultados?** Cadernos CENPEC, n.3, São Paulo, 2007.

----- . **Construindo caminhos para o sucesso escolar.** Seminário Internacional UNESCO/INEP/CONSED/UNDIME, Brasília, DF, junho 2007.

GOULART, I.B (org). **A Educação na perspectiva construtivista: reflexões de uma equipe interdisciplinar.** 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

HOFFMANN, Jussara M.L. **Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtivista.** Porto Alegre: Mediação, 2013.

_____. Jussara M.L, et al. **Grandes pensadores em educação: o desafio da aprendizagem da formação moral e da avaliação.** Porto Alegre: Mediação, 2001.

_____. Jussara M.L. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré escola à universidade.** 20 ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

LIBÂNEO, J.C. e PIMENTA, Selma G. **Documento Norteador para a Elaboração das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Formação de Professores.** SESu/MEC. Set. 1999.

LUCK, Heloísa. **A Dimensão Participativa da Gestão Escolar.** Gestão em Rede, 9, Brasília, 2000.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar.** 10 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MEC/INEP. **Prova Brasil. Avaliação de rendimento escolar.** Folheto de divulgação. Brasília, DF, 2006.

MEDINA, S. A.; KELLY, E. P. **Professionnalisme et procés de formation: l'expérience latino-américaine.** *Revue Éducation et Sociétés, Paris/Bruxelles, Département De Boeck Université*, n. 6/2000/2, 2001.

PERRENOUD, P, et al. **As competências para ensinar no Século XXI:** a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre. Artmed, 2002.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Compreender e ensinar.** Por uma docência da melhor qualidade. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

OS CRIMES CIBERNÉTICOS E OS VIESES DE SUAS IMPLICAÇÕES NO DIREITO ELETRÔNICO

Silva, Raquel Paula da¹⁰

Resumo:

Os processos mais expressivos do mundo virtual, principalmente aqueles que se referem aos direitos, responsabilidades e crimes cibernéticos são assuntos atuais e não admitem mais delongas. O conjunto de leis e princípios que regem a utilização da rede no Brasil é precário e por isso as circunstâncias para ações criminosas são uma oferta tentadora para aqueles que estão à espreita, aguardando uma brecha. A proposta do estudo é compreender os aspectos históricos, conhecer os principais conceitos, analisar a competência para julgamento de ações que envolvem crimes cibernéticos, implicações no direito, legítima defesa virtual, precariedade de legislação específica e, ainda, a crescente ocorrência do crime eletrônico racial.

PALAVRAS-CHAVE: Crimes Cibernéticos; Legislação; Direito Eletrônico; Racismo; Tecnologia.

INTRODUÇÃO

Pensar o mundo sem internet é insano, uma vez que a sociedade contemporânea é totalmente tecnologizada. É o paradoxo do mundo grande e pequeno, longe e perto, facultado pelo acesso à rede mundial de computadores.

A era digital é uma realidade indiscutível, ela acontece através do computador, *tablet*, *notebook* e *smartphone*, sendo este último a ferramenta mais comum de acesso na web; sem dúvida o rompimento desse mar informacional, põe em vigor uma nova maneira de viver, dialogar, relacionar e imprescindivelmente, legislar.

Compras, negócios, namoros, *e-learning* e conferências acontecem nesse espaço e todos estão sujeitos aos benefícios e malefícios da rede ultra globalizada. Muitas são as ações nesse mundo e os crimes digitais ou informáticos se propagam cada vez mais, por meio de *hackers* que sigilosamente burlam os segredos, senhas e invadem e violam sistemas superprotegidos, causando inúmeros prejuízos a cidadãos, empresas e governos.

O submundo digital possui proporções grandes e tem evoluído na medida em que se aprimora a tecnologia, o que corrobora o significativo aumento da difusão de ameaças neste meio.

O presente trabalho trata a questão dos cibercrimes, haja vista sua atual relevância social, e algumas de suas implicações que vêm culminando em

¹⁰ Bacharel em Direito pela Fundação Machadense de Ensino Superior e Comunicação. Oficial de Apoio Judicial do TJMG. E-mail: ra_q_s@hotmail.com

problemáticas dentro do corpo jurídico, e que merecem atenção especial frente ao descortinamento de um terreno fértil, o Direito Eletrônico.

O escopo de suas linhas verifica-se desde sua estrutura histórica às questões que implicam dentro da temática de crimes cibernéticos, de modo a instigar possibilidades de vias reflexivas na imersão deste novo instituto do Direito Eletrônico.

É válido apontar que será situado o contexto histórico para melhor elucidção, partindo-se da origem do que se propicia o tema abordado, a *internet*, a qual viabiliza ferramentas criminosas virtuais, a despeito de suas incontáveis benesses. Ainda, importante é destacar o entendimento conceitual do crime digital trazido no desenvolvimento deste, a que se percebe enquanto condutas de acesso não autorizado a sistemas informatizados (PINHEIRO, 2016).

É de se destacar que diante deste aparato inovador de estilo de vida, o papel do Direito Eletrônico é resguardar e garantir segurança e direitos imprescindíveis para a ordem informática, de modo que o acesso às redes seja eficiente a todos e que haja justiça àqueles que se encontram em vulnerabilidade em termos tecnológicos. Para tanto, verificar-se-á que leis precisam ser ajustadas e estabelecidas no mundo virtual tais quais são no espaço presencial ou físico (AZEREDO, 2011).

As partes componentes do presente feito iniciam-se com o breve histórico do crimes cibernéticos e seu conceito, e posteriormente com suas implicações ora ditas, quais sejam, a competência para julgar e seus conflitos, a questão da legítima defesa, a precariedade de legislação específica e, enfim, o preocupante aumento dos crimes de racismo na *internet*.

Os procedimentos de pesquisa envolvem a análise bibliográfica e jurisprudencial, da consulta realizada de acervos de biblioteca física e digital. Frisa-se a coleta de dados mediante leitura a aprofundamento reflexivo de periódicos e demais publicações acadêmicas.

BREVE HISTÓRICO DOS CRIMES CIBERNÉTICOS

A evolução tecnológica permite expansivamente a utilização do computador enquanto instrumento de criação, armazenagem, transferência de dados e acesso a inúmeros conteúdos, assim como cresce a quantidade de programas viabilizadores de suas utilidades.

O advento da internet na década de 1960 no contexto da Guerra Fria (GILES, 2010), trouxe dois propósitos, quais sejam, a criação de um sistema de comunicação e informação em rede, utilizado para se preparar e sobreviver a ataques nucleares, com a intenção de dar suporte aos militares, e, o incentivo à troca de informações dos centros de produção científica.

Deste modo, nasceram a *internet* e, conseqüentemente, as condutas criminosas muito antes daquela tornar-se pública, tendo em vista a existência de informações militares relevantes, o que atraiu a atenção de agentes secretos. Sua nomenclatura inicial era APARNET (Advanced

Research Projects Agency Network), que se trata de uma rede experimental de computadores precursora da internet¹¹ (DERTOUZOS, 1997).

Com a criação do conjunto de protocolos TCP/IP¹², logo em seguida vê-se o aparecimento da rede global de computadores. A internet, ascendida em larga escala e foi bastante propagada em virtude do processo de globalização; diante da criação de redes sociais, aplicativos inovadores, e-mails, artifícios cada vez mais tecnológicos, possibilitou-se a comunicação instantânea entre servidores de quaisquer lugares do mundo.

A internet tomou imensas proporções rapidamente e tornou-se um ambiente alastrado de obscuridade, visto que uma mínima parcela do corpo digital é acessível à maioria das pessoas, com estacas limítrofes aos websites indexados por mecanismos de pesquisas popularmente conhecidos como Google e Bing, os quais abarcam tão somente 4% dos sites que existem.

Apreende-se que a esmagadora informação contida no mundo virtual é oculta e um dos nomes conhecidos dessa zona submersa trocas de conteúdos anônimos é "Deep Web" (Web Profunda), onde ocorrem interações sociais online não rastreáveis e tampouco públicas (FONSECA, 2015). A Deep Web é conhecida como moradia de hackers, crackers, anárquicos, carders, gurus e muitos outros criminosos que se utilizam do anonimato para operar atividades que se enquadram em crimes virtuais (MCFEDRIES, 2017).

DO CONCEITO DE CIBERCRIME

Abordar o tema dos crimes cometidos no meio informático requer a compreensão de seu conceito, e para melhor esclarecimento, a Patrícia Peck Pinheiro (2016) descreve:

O Crime eletrônico é, em princípio, um crime de meio, isto é, utiliza-se de um meio virtual. Não é um crime de fim, por sua natureza, ou seja, o crime cuja modalidade só ocorra em ambiente virtual, à exceção dos crimes cometidos por *hackers*¹³, que de algum modo podem ser enquadrados na categoria de estelionato, extorsão, falsidade ideológica, fraude, entre outros. Isso quer dizer que o meio de materialização da conduta criminosa pode ser virtual; contudo, em certos casos, o crime não. A maioria dos crimes cometidos na rede ocorre também no mundo real. A *internet* surge apenas como um facilitador, principalmente pelo anonimato que proporciona. (PINHEIRO, 2016, p. 379).

Neste sentido, percebe-se que o conceito de crime é o mesmo em sua aplicabilidade em relação ao Direito Penal e o Direito Penal Eletrônico, e suas mais importantes inovações jurídicas dizem respeito à territorialidade

¹¹ A conexão promovida pela *Arpanet* possuía um grande benefício em relação à otimização do tempo de utilização dos computadores da época, os quais eram enormes, pesados e muito caros, cerca de 5 milhões de dólares em valores atualizados.

¹² Em tempo anterior à popularidade da internet, dentre os principais protocolos de comunicação estava o TCP/IP. O TCP/IP (Transmission Control Protocol) consiste em um conjunto de protocolos que viabiliza diversos equipamentos a constituir uma rede de comunicação entre si (BLANK, 2002).

¹³ No Brasil, a tendência de que sejam tipificadas algumas condutas criminosas próprias da Internet se confirmou com a aprovação de duas leis de crimes digitais em 2012 (PINHEIRO, 2016).

e à investigação probatória, assim como o tipo penal próprio imprescindível, em virtude de sua singularidade (PINHEIRO, 2016). No tocante a isto, há que se falar sobre a classificação doutrinária dos crimes virtuais, os quais, didaticamente, foram divididos em crimes próprios e crimes impróprios. Nos crimes eletrônicos próprios, ocorre a utilização do sistema informático do sujeito passivo pelo sujeito ativo, a fim de que no sistema tecnológico computacional ocorra a atividade do crime, atingindo diretamente o *software* ou o *hardware* do computador. Nesta modalidade sucedem-se invasões a dados sigilosos armazenados para o cometimento de alterações, inserções ou exclusões de informações, dentre inúmeros atos ilícitos. No caso, o bem jurídico tutelado pela norma penal é a inviolabilidade das informações automatizadas (BRASIL, 2018).

Já os cibercrimes impróprios são executados com a utilização do computador como instrumento para a sua execução, e, consistem em crimes já tipificados, ou seja, sua diferença com os crimes virtuais próprios está no fato de não dispensar o uso do computador para a materialização da conduta criminosa. Sucintamente, tanto os crimes eletrônicos próprios quanto os impróprios consistem em condutas ilícitas que se utilizam da tecnologia da informação para a realização do crime (BRASIL, 2018).

AS IMPLICAÇÕES DO DIREITO ELETRÔNICO - DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA PARA JULGAR

Firmado o entendimento conceitual, faz-se necessário adentrar no campo da competência para julgar e processar os cibercrimes, pois trata-se de um campo precípua do direito eletrônico, dada a dificuldade de se localizar os autores de tais delitos, porquanto, como fora averiguado, a *internet* é um terreno propício para que os delinquentes se mantenham no anonimato. O cenário ainda agrava-se com a chegada morosa da tecnologia no Brasil e a falta de profissionais especializados na persecução cibernética.

No que tange ao espaço eletrônico, o vislumbre territorial é infausto por sua possibilidade de simultaneidade espacial e temporal diversificado e a condição possível de existirem várias identidades virtuais. Ramón J. Moles (2000) aponta que "O ciberespaço não dispõe de fronteiras territoriais, mas de normas ou técnicas, que regulam sistemas de acesso e que não pertencem ao mundo jurídico. Assim, não vigora o conceito de soberania e nem de competência territorial" (MOLES, 2000).

Em se tratando de cibercrime, enfrentam-se questões incertas para se executar uma lei geral sobre a competência para julgar, justamente pelo fato de não existirem fronteiras espaciais no ambiente virtual e levar-se em consideração a soberania dos países suas tipificações penais. Celso Valin (2000) aduz em sua consideração desta temática:

O grande problema ao se trabalhar com o conceito de jurisdição e territorialidade na Internet reside no caráter internacional da rede. Na Internet não existem fronteiras e, portanto, algo que nela esteja publicado estará em todo o mundo. Como, então, determinar o juízo competente para analisar um caso referente a um crime ocorrido na rede? (VALIN, 2000, p. 115).

Ainda assim, entende-se a aplicabilidade do estabelecido no Código Penal brasileiro, que dispõe em artigo 6º o quanto segue: “Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado” (BRASIL, 1942), deste modo, firma-se a competência em âmbito internacional, com ação ou omissão principiado em território nacional e consumação fora deste, ou inversamente¹⁴.

O posicionamento jurisprudencial assenta que os crimes praticados por meio da *internet* serão atribuídos mediante local da realização de conexão com a rede¹⁵ ou sítio do domicílio ou residência do investigado¹⁶. Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça se posicionou, confira-se:

PENAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CRIME DE RACISMO PRATICADO POR INTERMÉDIO DE MENSAGENS TROCADAS EM REDE SOCIAL DA INTERNET, USUÁRIOS DOMICILIADOS EM LOCALIDADES DISTINTAS. INVESTIGAÇÃO DESMEMBRADA. CONEXÃO INSTRUMENTAL. EXISTÊNCIA. COMPETÊNCIA FIRMADA PELA PREVENÇÃO EM FAVOR DO JUÍZO ONDE AS INVESTIGAÇÕES TIVERAM INÍCIO. 1. A competência para processar e julgar o crime de racismo praticado na rede mundial de computadores estabelece-se pelo local de onde partiram as manifestações tidas por racistas. Precedente da Terceira Seção. 2. No caso, o procedimento criminal (quebra de sigilo telemático) teve início na Seção Judiciária de São Paulo e culminou na identificação de alguns usuários que, embora domiciliados em localidades distintas, trocavam mensagens em comunidades virtuais específicas, supostamente racistas. O feito foi desmembrado em outros treze procedimentos, distribuídos a outras seções judiciárias, sob o fundamento de que cada manifestação constituía crime autônomo. 3. Não obstante cada mensagem em si configure crime único, há conexão probatória entre as condutas sob apuração, pois a circunstância em que os crimes foram praticados - troca de mensagens em comunidade virtual - implica o estabelecimento de uma relação de confiança, mesmo que precária, cujo viés pode facilitar a identificação da autoria. 4. Caracterizada a conexão instrumental, firma-se a competência pela prevenção, no caso, em favor do Juízo Federal de São Paulo - SJ/SP, onde as investigações tiveram início. Cabendo a este comunicar o resultado do julgamento aos demais juízes federais para onde os feitos desmembrados foram remetidos, a fim de que restituam os autos, ressalvada a existência de eventual sentença proferida (art. 82 do CPP). 5. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo Federal da 9ª Vara Criminal da Seção Judiciária de São Paulo, o suscitante. (CC 116.926/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, TERCEIRA

¹⁴ Refere-se à teoria da ubiquidade, que é a junção da teoria da atividade com a teoria do resultado, e considera-se o local do crime onde se efetivou a conduta delituosa, bem como o lugar de produção do resultado (GRECO, 2009).

¹⁵ “Art. 70. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução” (BRASIL, 1941).

¹⁶ “Art. 72. Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu” (BRASIL, 1941).

SEÇÃO, julgado em 04/02/2013, DJe 15/02/2013). (COSTA, 2017, Voto nº 8228/2017). (Grifo nosso).

Diante desta questão que mais gera controvérsias no terreno dos crimes digitais, ocorrem certos movimentos diplomáticos para que haja o aprimoramento e estabelecimento de normas internacionais de cominação legal a crimes eletrônicos, bem como padronização à identificação dos usuários.

DA LEGÍTIMA DEFESA VIRTUAL

O cenário tecnológico atual está em constante movimento no sentido da evolução e necessita de um olhar principiológico e valorativo mais aguçado no que tange à interpretação das leis consoante às situações geradas pela realidade.

Como já aduzido, o campo digital propiciou a entrada de ataques, atitudes vândalas e criminosas em face de pessoas físicas e jurídicas, as quais se veem desprotegidas e resvaladas de qualquer mecanismo de suporte, e tomam suas próprias medidas de defesa, e as únicas testemunhas neste caso são os equipamentos (PINHEIRO, 2016).

Adentrar neste tema significa encontrar uma linha tênue entre direito inquestionável da legítima defesa da vítima e o excesso desta conduta, transformando-se em infração tendo em vista a vulnerabilidade dos dispositivos informáticos em geral, precipuamente de empresas, e a necessidade do uso de tecnologias especializadas por empresas que são contratadas a fim de combater esses ataques virtuais, com a prática do que se nomeia *Ethical Hacking*¹⁷.

É prevista a legítima defesa no Código de Direito Penal em seu artigo 23, II, enquanto uma excludente de ilicitude, e seu conceito é delineado no artigo 25 do mesmo dispositivo legal, sendo que age “em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem”, estando presentes os três requisitos necessários à sua configuração a partir desta definição, somado ao *animus defendendi*¹⁸ (BITENCOURT, 2009).

Sendo assim, percebe-se que a prática do *ethical hacking* diante de eminente delito de consecução de dados particulares e sigilosos empresariais ou industriais por meio de invasão, plausivelmente é considerada legítima defesa, em conformidade com o disposto no Código Penal brasileiro e presentes seus devidos requisitos.

No entanto, no mesmo artigo 23 do Código Penal está disposto que “o agente, em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposo”, isto é, da ocorrência de desproporção entre a ofensa e o ato agressivo. Deste modo, ocorre o excesso na execução de legítima defesa virtual em virtude da extrapolação da prática, caso haja restituição

¹⁷ Há dois entendimentos conceituais de *Ethical Hacking*, quais sejam, conforme Crespo, “trata-se da utilização de conhecimentos técnicos específicos de agentes treinados para recuperar informações subtraídas ou copiadas de forma ilegítima, ou, ainda, defender-se de ataques” (CRESPO, 2011).

¹⁸ Embora não se exija a consciência da ilicitude, é necessário que se tenha conhecimento da ação agressiva, além do propósito de defender-se. A legítima defesa deve ser objetivamente necessária e subjetivamente orientada pela vontade de defender-se (BITENCOURT, 2009).

das informações perdidas e, além destas, outras não pertinentes à recuperação adequada.

Nota-se que havendo situação de excesso da atuação de resgate de dados dentro de um contexto da possibilidade de configuração de legítima defesa, considerar-se-á obtenção de documentos por meio ilícito, consoante disposição legal, assim como o operador da prática poderá responder civil e criminalmente, uma vez que se enquadra a má-fé e a falta de ética dentro do Direito Eletrônico.

Então, faz-se necessária a capacitação de pessoal e ratificação em termos contratuais das boas práticas com empresas que realizam o *Ethical Hacking*, a fim de que seja prevenidas situações indesejadas como o excesso em sua prática, riscos e contingências legais, ainda que no puro intuito de defesa a ataques e agressões digitais (PINHEIRO, 2016).

DA PRECARIEDADE DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA OS CIBERCRIMES

A Lei nº 12.737/2012, conhecida como Lei Carolina Dieckmann, dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos, altera algumas disposições do Código Penal e traz providências sobre o assunto. Em seu art. 3º, §1º consta a seguinte previsão “Incorre na mesma pena quem interrompe serviço telemático ou de informação de utilidade pública, ou impede ou dificulta-lhe o restabelecimento” (BRASIL, 2012), e notório é como tal disposição é insuficiente por ausência de elementos normativos.

A legislação relacionada à matéria de cibercrimes é complexa e cheia lacunas dado o aumento da incidência de novas modalidades de atos ilícitos que permeiam o mundo digital, além do que, discorrer sobre isso implica em delicadas situações de punição do agente inocente. Adjacente a este fato, vê-se a precariedade de legislação própria.

Em razão do princípio da reserva legal “*nullum crimen nulla poena sine lege praevia*”¹⁹, certos comportamentos não tipificados são impuníveis, o que gera instabilidade na segurança virtual. E não apenas condutas não típicas passam sem a devida punição, mas as que são, muitas das vezes, não são tipificadas de maneira completa e à altura dos crimes virtuais, além de estarem imbuídas de vícios e carecerem de saneamento.

Em relação aos vírus eletrônicos, vale ressaltar que as leis atuais podem atuar infimamente no âmbito criminal, e na maior parte das vezes não se faz possível o enquadramento dos crimes ora abordados em leis anteriores, resultando na grande problemática da impunidade.

Todavia, apesar da legislação vigente não ser suficiente, a passos morosos, o Poder Legislativo brasileiro busca a adaptação do sistema jurídico ao contexto inovador da tecnologia, a título de exemplo cita-se o projeto de lei nº 84/89, denominado Lei Azeredo, que traz tipificação e determinação de punições aos crimes digitais, e ainda prevê o aumento de penas para alguns delitos cometidos virtualmente, resultando garantia real ao cidadão vítima destas violações (AZEREDO, 2011).

¹⁹ Tradução livre: Não há crime nem pena sem lei prévia.

No tocante à entrada de novas práticas ilícitas que necessitam de atenção legislativa, como o vírus eletrônico, conforme já mencionado, o racismo, a pedofilia, a clonagem de aparelhos celulares e cartões, entre outras delinquências virtuais, não se vislumbra ainda amparo legal específico, embora alguns especialistas afirmem que tais delitos e a legislação vigente se interliguem analogicamente (AZEREDO, 2011).

Resta claro que a falta de legislação específica ainda é uma forte aliada à impunidade muito recorrente nesta área do direito. Há que se rever o ordenamento jurídico para se lograr êxito na punição dos criminosos digitais, coadunado à aprovação de leis específicas para a pauta desta temática, assim como a revisão das leis preexistentes, possibilitando ao operador do direito um manejo coerente à aplicação daquelas aos casos concretos, efetivando, deste modo, a justiça no campo eletrônico.

DA CRESCENTE INCIDÊNCIA DO CRIME DE RACISMO NA INTERNET

A ideia de racismo parte do pressuposto de que existem várias raças entre os seres humanos, distinguindo-se em características *sui generis* e, conseqüentemente em hierarquias entre elas, ocasionando sentimento de superioridade em certos indivíduos. Naturalmente, este é um errôneo paradigma que necessita de desconstrução.

Da ideia equívoca de raça é engendrado o racismo juntamente com seu dogma de desvalorização de estereótipos, culturas e etnias. De acordo com Ilton Martins:

Racismo é o conjunto de teorias e crenças que estabelecem uma hierarquia entre as raças e etnias. É uma doutrina ou sistema político fundado sobre o direito de uma raça (considerada pura ou superior) de dominar as outras. Por fim, é um preconceito extremado contra indivíduos pertencentes a uma raça ou etnia diferente, considerada inferior (MARTINS, 2014).

Tal como na vida real, o mundo virtual vincula relações sociais muito fortes; mormente com o advento das redes sociais e a exposição em fluxo de opinião dos mais diversos assuntos, notícias e postagens, o tema racismo não foi descartado, aliás, este tem sido alvo de muitos comentários na *internet*. Ilton Martins explicita nas seguintes palavras que:

Todos sabemos que não é de hoje que as redes sociais têm servido de palanque para que pessoas vomitem preconceito e ódio. Igualmente sabemos que as denúncias e punições, no entanto, não parecem fazer frear a necessidade de muitos usuários das redes sociais de exporem os seus preconceitos. O que antes era dito dentro de um círculo pessoal, ou entre familiares, agora é colocado na rede sem qualquer constrangimento, como se não fugisse da normalidade. Ou seja, nos últimos anos a internet tem constituído um espaço privilegiado para a prática de crimes de ódio, em especial o racismo (MARTINS, 2014).

As ponderações em torno de grupos minorizados em meio digital tomaram forma a partir da década de 1990, e neste contexto, os supremacistas

enviesados da branquitude²⁰ encontraram ambiente propício na *internet* para se reunirem com demais extremistas da supremacia branca, a fim de alocar desinformações (SILVA, 2019).

A ciência da branquitude é um importante pilar para a compreensão da maneira pela qual a tecnologia da informação fomenta em muito os vieses do racismo, posto isso, é de suma importância o entendimento de que as práticas de racismo digital não são casos aberracionais de injúrias apartadas, eles constituem um “sistema de práticas contra grupos racializados que privilegiam e mantêm poder político, cultural e econômico para os brancos no escopo digital” (TYNES, 2018).

O crime de racismo é tipificado na Lei 7716/89, porém, necessária é a verificação da aplicabilidade do direito e obrigação do Estado no sentido punitivo contra o racismo, precipuamente com sua intensificação de casos na era digital, visto que a linguagem eletrônica possui potencial de reproduzir o racismo em larga e célere escala, ferindo indivíduos com discursos que provocam práticas de exclusão, segregação e ódio, sem medir consequências no forte impacto em face dos direitos humanos.

Dada a inexistência de fronteiras no panorama de crimes à distância ou eletrônicos, aos casos de crimes digitais de racismo é salutar a observância da tipicidade, o apontamento de autoria e a competência jurisdicional. A partir destes requisitos será determinado o enquadramento da modalidade do delito em comento.

É sabido sobre a precariedade de legislação em volta dos crimes cibernéticos, e dentro deste crescente tema do racismo reforça-se o cuidado que o legislador deva ter em suas especificações e previsão de penas à altura de tais atos lesivos à sociedade que se reinventa no cenário digital, no recinto do direito eletrônico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o advento da *internet* pode-se aferir diversos benefícios para a expansão da sociedade social, política e econômica.

Diametralmente oposto ao cenário benéfico, encontra-se o oceânico lado perverso a partir de sua criação, como a propagação dos crimes cibernéticos, os quais se impulsionam em novas modalidades rapidamente. Perante a este fato, o Direito Eletrônico adentra como uma espinha dorsal para abrir caminhos à harmonização digital e solucionar problemáticas como agressões, abusos de direito e atos que ferem a justiça social em um novo e interativo ambiente virtual. Não obstante a isso, o trabalho nesta seara é árduo, haja vista o avanço tecnológico veloz.

O Direito da área eletrônica, ramificação jurídica nova e necessária, está em ascensão e evolução, e ainda sua matéria legislativa encontra-se insuficiente e pouco abrangente para combater-se a criminalidade digital.

²⁰ Trata-se de um lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade. “Branquitude como preservação de hierarquias raciais, como pacto entre iguais, encontra um território particularmente fecundo nas Organizações, as quais são essencialmente reprodutoras e conservadoras” (BENTO, 2002).

Outrossim, é de se dar notória atenção à questão do aumento de crimes raciais no meio virtual que se passam impunes, e não apenas isso, cabe aprofundamento de estudo sobre casos de problemas do viés algoritmo computacional, o que são vistos de forma equívoca como neutros, das relações étnicos-raciais na tecnologia.

Observa-se tamanha desigualdade dentro do próprio desenvolvedor de sistema informático, gerando vítimas em populações já em desvantagem. Os discursos de hegemonia crescem exponencialmente na *internet*, inviabilizando os aspectos sociais e as discussões em torno da primazia de assuntos raciais em muitas instâncias da sociedade tecnológica, enaltecendo as chamadas práticas da branquitude.

Para tanto, é indispensável entender a tecnologia da informação, criticá-la com alicerces sólidos, no que se refere a situações que necessitam de regulamentação, respeitando dentro do bom senso direitos e deveres, de modo a encontrar um ponto de equilíbrio justo no meio digital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, Eduardo. **Uma lei para combater delitos digitais**. *Revista Jurídica Consulex*. Ed Consulex. Ano XV maio, 2011.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo**: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal** - Parte Geral, 14. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009. 1 v.

BLANK, Andrew G. TCP/IP Jumpstart: **Internet Protocol Basics**.. 2. Ed. Estados Unidos: John Wiley & Sons Inc, 2002.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Institui o Código Penal. Rio de Janeiro, **Diário Oficial da União**, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 1º jul. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689 de outubro de 1941. Institui o Código de Processo Penal. Rio de Janeiro, **Diário Oficial da União**, 13 out. 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 1º jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União**, 3 dez. 2012. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm. Acesso em: 5 jul. 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão. **Crimes cibernéticos**. Brasília: MPF, 2018. 275 p. – (Coletânea de artigos; v. 3). Disponível em: http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/publicacoes/coletaneas-de-artigos/coletanea_de_artigos_crimes_ciberneticos. Acesso em: 30 jun. 2020.

COSTA, Franklin Rodrigues. Ministério Público Federal. **Voto nº 8228/2017**. Procuradoria da República no Distrito Federal, Brasília, 2017. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/atuacaotematica/ccr2/publicacoes/boletins/documentos/boletins-2017/comunicado_65/voto_8228.pdf. Acesso em: 30 jun. 2020.

CRESPO, Marcelo Xavier de Freitas. **Crimes Digitais**. São Paulo: Saraiva, 2011.

DERTOUZOS, M. **O que será**: como o novo mundo da informação transformará nossas vidas. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FONSECA, João: **Como entrar na Deep Web**. [S.l]: 2015. Disponível em: <https://www.telemoveis.com/como-aceder-a-deep-web.html>. Acesso em: 30 jun. 2020.

GILES, D. **Psychology of the media**. New York: Palgrave Mcmillan, 2010.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal – Parte Geral**. 11. Ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.

MARTINS, Ilton Cesar. **O racismo nas redes sociais: o mundo virtual é feito por pessoas de carne e osso**. [S.l]: 2014. Disponível em: <https://www.vvale.com.br/geral/racismo-redes-sociais/>. Acesso em: 5 jul. 2020.

MCFEDRIES, Paul. The Language of the Dark Web: **The Internet we browse is just the tip of the iceberg**. [s.l]: 2017. Disponível em: <https://spectrum.jeee.org/telecom/internet/language-of-the-dark-web>. Acesso em: 10 jul. 2020.

MOLES, Ramón J. Territorio. Tempo y estructura del ciberespacio. *In*: Derecho y control em internet. España: Ariel Derecho, 2000.

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito Digital**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

SILVA, Tarcízio. **Visão Computacional e Vieses Racializados: branquitude como padrão no aprendizado de máquina**. São Paulo: UFABC, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/333455160>. Acesso em: 10 jul. 2020.

TYNES, Brendesha M. et al. **From Racial Microaggressions to Hate Crimes: A Model of Online Racism Based on the Lived Experiences of Adolescents of Color**. *Microaggression Theory: Influence and Implications*, 2018.

VALIN, Celso. **A questão da jurisdição e da territorialidade nos crimes praticados pela Internet**. In **Direito, sociedade e informática: limites e perspectivas da vida digital**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2000.

REABILITAÇÃO COGNITIVA EM PACIENTES IDOSOS COM DOENÇA DE HUNTINGTON

Sousa, José Genildo Reges de²¹

RESUMO

O presente trabalho tem como tema Reabilitação Cognitiva em Pacientes Idosos com doença de Huntington (DH), e seu objetivo é analisar as principais características da doença, como diagnóstico, sintomas e tratamento, e verificar como a reabilitação cognitiva pode contribuir com a minimização dos sintomas. O interesse pelo tema surgiu do trabalho realizado pelo autor em sua clínica psicanalítica, localizada em Chapada do Araripe, no Ceará, onde atende um grupo de idosos acometidos pela DH, e para o tratamento utiliza instrumentos cognitivos, como música e arte. Como metodologia adotou-se a pesquisa bibliográfica seguida de revisão bibliográfica. Ao final do estudo, constatou-se que, apesar da DH ainda não ter uma cura definitiva, as técnicas cognitivas têm se mostrado bastante eficientes, auxiliando inclusive com a recuperação da socialização do paciente.

PALAVRAS-CHAVE: Doença de Huntington (DH). Tratamento. Comprometimento cognitivo. Reabilitação Cognitiva.

INTRODUÇÃO

A Doença de Huntington (DH) é uma doença neurodegenerativa e hereditária, caracterizada, segundo Barsottini (2007), por transtornos do movimento, distúrbios psiquiátricos e demência.

Do ponto de vista anatomopatológico, os pacientes apresentam uma atrofia grave dos núcleos caudados e putame e, em fases mais avançadas, a atrofia cortical também costuma ser muito pronunciada. Microscopicamente a marca da doença é a perda dos neurônios espinhosos médios (*medium spiny neurons*) em projeções do estriado para o pálido externo. Estes neurônios estriatais têm o GABA e a encefalina como seus principais neurotransmissores (BARSOTTINI, 2007, p. 86).

Gil-Mohapel e Rego (2011) caracterizam a DH como patologia neurodegenerativa e autossômica dominante, e faz parte do grupo das doenças poliglutamínicas, sendo a mais estudada do grupo. É também conhecida como Coreia de Huntington (em grego, “*khoreia*” significa dança, referindo-se ao comprometimento motor do organismo).

Seu aparecimento no Brasil é recente, e por esse motivo não se tem uma definição do número de pessoas acometidas pela doença. Conforme Barsottini (2007), apesar de estar presente em praticamente todos os países, alguns apresentam incidência maior de casos, como a região de Maracaibo, na Venezuela. Nos Estados Unidos, por exemplo, há uma estimativa de 5 a 10 casos por 100.000 habitantes. No Oeste Europeu, Gil-Mohapel e Rego (2011) informam que a incidência de casos é de 3 a 10 indivíduos por cada 100.000 habitantes.

Os sintomas mais comuns, de acordo com Walter, Grave e Périco (2009) são movimentos coreicos, que envolvem espasmos e torção, movimentos incontrolláveis

²¹Psicanalista no Estado do Ceará. Aluno do curso de Pós-Graduação em Psicanálise pela Faculdade Souza. E-mail: aprendizdasabedoria@ig.com.br

dos membros, mudança de personalidade e deterioração intelectual. Além desses sintomas, Stella *et al.* (2002) cita a depressão, que está presente entre 30 a 40% das pessoas acometidas pela DH. Apesar de se manifestar em todas as idades, assim como a depressão, a DH é mais perceptível nos idosos.

Até o presente momento não há cura para a DH, mas alguns medicamentos podem minimizar os sintomas. Além do tratamento farmacológico, Morales e Olbrzymek (2011, p. 6) destacam “[...] a necessidade de psicoterapia, fonoaudiólogos, assistência social, psicólogos e cuidados de enfermagem. Ao longo do curso da doença, o paciente requer cada vez mais cuidado até necessitar eventualmente que se o faça de maneira integral”.

O autor do presente trabalho atende, em sua clínica psicanalítica em Chapada do Araripe (Ceará), um grupo de pacientes idosos acometidos pela DH, e utiliza como ferramentas de recuperação de suas cognições a prática da arte, através de desenhos, aliada ao uso de músicas dos anos 60 e 70. Tais técnicas têm se mostrado eficazes no tratamento da depressão e, conseqüentemente, da DH.

Com base nessas considerações e principalmente por estar inserido no cotidiano do próprio autor, definiu-se o tema do presente trabalho, que é “Reabilitação Cognitiva em Pacientes com Doença de Huntington”. Seu objetivo é analisar as principais características da doença e como a reabilitação cognitiva pode contribuir com a minimização dos sintomas, visto que, pelo menos até o presente momento, não há cura.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica seguida de revisão bibliográfica. O trabalho encontra-se assim estruturado: inicialmente são apresentadas as principais características da doença, com definição dos sintomas, diagnóstico e tratamento; em seguida, é feita uma análise sobre o comprometimento cognitivo; e por fim são apresentadas estratégias cognitivas para se minimizar os efeitos da DH.

CARACTERIZAÇÃO DA DOENÇA DE HUNTINGTON

Segundo Barsottini (2007), o primeiro registro da doença de Huntington (DH) data de 1860, descrito por Johan Christian Lund, mas somente doze anos depois, em 1872, o estudo ganhou relevância, quando o médico estadunidense George Huntington registrou as primeiras características do que denominou “coréia hereditária”.

Como explicam Gil-Mohapel e Rego (2011), a DH é uma patologia neurodegenerativa autossômica dominante, poliglutamínica, também conhecida como Coreia de Huntington (em grego, ‘*khoreia*’ significa “dança”). Pode-se afirmar que é uma doença rara, pois no oeste Europeu e na América do Norte, a cada 100.000 indivíduos, de 3 a 10 são acometidos pela DH.

Complementando Barsottini (2007), Gil-Mohapel e Rego (2011) esclarecem que a DH foi constatada a partir do momento em que os estudiosos identificaram uma expansão instável do triplete CAG (citosina-adenina-guanina), na região codificante (exão 1) do gene *HD* (do inglês ‘*Huntington’s disease*’, também designado gene *IT15* ou ‘*Interesting Transcript 15*’), que codifica a proteína huntingtina.

A mutação resulta numa expansão de resíduos de glutamina localizados no terminal amínico da proteína huntingtina. A proteína mutante é expressa de forma ubíqua, em todo o organismo, porém a morte celular surge em áreas específicas do cérebro, particularmente no estriado e no córtex. Por outro lado, a huntingtina mutante é expressa durante toda a vida, mas, na maioria dos casos, o aparecimento dos primeiros sintomas surge apenas na idade adulta, entre os 35 e 50 anos de idade (GIL-MOHAPEL; REGO, 2011, p. 725).

No Brasil, como explica Barsottini (2007), existem entidades de apoio às pessoas acometidas pela DH, denominadas huntingtonianas, e suas famílias, dentre as quais se destacam a Associação Brasil Huntington (ABH), com sede em São Paulo, e a União de Parentes e Amigos dos Doentes de Huntington (UPADH), com sede em Brasília (DF).

DIAGNÓSTICO

Segundo Barsottini (2007), a DH pode se manifestar por até 30 anos em alguns casos, mas geralmente a morte ocorre antes de se completar esse tempo, devido principalmente à imobilidade e infecções. O diagnóstico é feito principalmente a partir de análises do quadro clínico característico, herança autossômica dominante e presença de atrofia do caudado nos exames de imagem.

Existem dois tipos de diagnóstico: de certeza e diferencial. De acordo com Barsottini (2007), o primeiro é realizado somente por exame genético, e o segundo é mais amplo e inclui doenças como “[...] coréia familiar benigna, neuroacantocitose, atrofia dentatorubropalidoluisiana (DRPLA), doença de Machado-Joseph (SCA-3), doenças priônicas e uma doença reconhecida recentemente chamada Huntington-like” (BARSOTTINI, 2007, p. 86). A presença de outras doenças também é analisada, como doença de Wilson, desordens mitocondriais e porfirias.

Para Gil-Mohapel e Rego (2011), a melhor maneira de se definir o diagnóstico é observar os critérios: possibilidade de antepassados acometidos pela DH, comprometimento motor progressivo associado a coreia ou rigidez sem causa aparente, e alterações psiquiátricas seguidas de demência progressiva sem outra causa. “Atualmente, os indivíduos que apresentam estes sintomas são submetidos ao teste genético, de forma a avaliar a presença da mutação associada à DH e confirmar o diagnóstico” (GIL-MOHAPEL; REGO, 2011, p. 726).

SINTOMAS E CARACTERÍSTICAS

Para se abordar as principais características da Doença de Huntington (DH) é necessário, antes, comentar sobre o processo de envelhecimento e suas consequências naturais para o organismo humano, visto que a maior parte das pessoas acometidas pela doença são idosos.

Conforme Nordon *et al.* (2009), o envelhecimento é um processo “gradual e inevitável” e, apesar de várias teorias tentarem descrevê-lo, a que melhor o faz é a descrição de que se trata de “[...] um progressivo encurtamento de telômeros, conforme nossas células passam pelas sucessivas mitoses, associado a uma lesão cumulativa causada por radicais livres e processos de oxidação” (NORDON *et al.*, 2009, p. 5).

Da mesma forma, o cérebro também envelhece, mas esse envelhecimento é variável em cada pessoa e, segundo Nordon *et al.* (2009), as atividades intelectuais são essenciais para adiar as perdas de conexões nervosas e plasticidade cerebrais.

No entanto, de qualquer forma o envelhecimento cerebral irá ocorrer, podendo apresentar as seguintes consequências: atrofia cerebral com dilatação de sulcos e ventrículos; perda de neurônios; degeneração granulovacuolar; presença de placas neuríticas; formação de corpos de Lewy a partir da alfa sinucleína; formação de placas beta-amilóides (resultantes de degeneração das proteínas precursoras amiloides, que são responsáveis pelo bom desenvolvimento do cérebro); e emaranhados neurofibrilares (ENF), “gerados a partir da proteína tau; tal proteína, por ser associada aos microtúbulos, quando sofre uma hiperfosforilação, gera uma perda de função neuronal associada aos seus emaranhados intracelulares” (NORDON *et al.*, 2009, p. 5).

Várias doenças estão relacionadas a disfunções neurais, dentre elas a Doença de Huntington (DH), que se caracteriza como uma mutação genética. Conforme Barsottini (2007), é transmitida pelo gene IT15, acometendo o braço curto do cromossomo 4, o que causa uma repetição anormal do trinucleotídeo CAG (citosina-adenosina-guanina). “O número de repetições CAG considerado normal situa-se entre 9 e 34, enquanto na DH o número de repetições é geralmente maior que 40” (BARSOTTINI, 2007, p. 86). O autor destaca que as repetições entre 36 e 39 podem produzir fenótipos normais ou a DH, mas o fato é que, quanto maior o número de repetições dos trinucleotídeos CAG, mais cedo a doença se manifesta.

O gene mutante codifica uma proteína chamada huntingtina, que parece ter papel no transporte de vesículas no interior das células. Em decorrência das repetições CAG, há expansão poliglutamínica localizada próxima ao terminal-N da molécula proteica. As cadeias poliglutamínicas expandidas levam à fragmentação da proteína, que tende a se auto agregar no interior da célula nervosa. A agregação de fragmentos protéicos causa a alteração no funcionamento neuronal e possivelmente tem papel no processo de morte neuronal (BARSOTTINI, 2007, p. 86).

Como descreve Barsottini (2007), a DH é progressiva e letal, provocando distúrbios relacionados ao movimento (coréia, distonias, mioclonias e parkinsonismo), distúrbios comportamentais e demência. Os sintomas podem iniciar em qualquer faixa etária, mas geralmente são mais comuns entre os 40 e 50 anos.

Quando os sintomas se iniciam antes dos 20 anos, a doença ganha a denominação de Doença de Huntington Juvenil (DHJ). Morales e Olbrzymek (2011) explicam que, nessa fase, os sintomas mais comuns são distúrbios de comportamento, dificuldades de aprendizagem e comprometimento motor. A coréia, tão comum em idades mais avançadas, é praticamente imperceptível nessa faixa etária, enquanto que crises epiléticas são frequentes. Além disso, os autores informam que, em 75% dos casos de DHJ, o pai é o parente mais próximo também afetado pela doença.

A demência surge em estágios avançados da doença e, conforme Barsottini (2007, p. 86), compromete a “[...] atenção, disfunções executivas, visuoespaciais e poucos sinais de envolvimento cortical como afasia, agnosia e apraxia”. A coréia pode aparecer aos poucos, mas predomina nas manifestações tardias ou clássicas, até se tornar mais perceptível, atingindo o tronco, a face e os membros. O parkinsonismo e a distonia também aparecem precocemente.

Como descreve Barsottini (2007), os primeiros sintomas da DH que se manifestam são distúrbios do comportamento, principalmente irritabilidade, insônia ou sintomas depressivos, e com o passar do tempo podem aparecer movimentos involuntários e distúrbios afetivos, causando ideias suicidas ou até mesmo psicose fraca, em situações mais raras. Em consonância, Gil-Mohapel e Rego (2011, p. 726) complementam que “[...] um comportamento maníaco-depressivo e alterações de personalidade, tais como irritabilidade, apatia e distúrbios sexuais, fazem parte da síndrome psiquiátrica que caracteriza a DH”.

Como sintomas clínicos, Gil-Mohapel e Rego (2011) descrevem coreia progressiva, declínio cognitivo e perturbações psiquiátricas. Os primeiros sinais aparecem de maneira sutil, podendo manifestar-se como movimentos levemente alterados, dificuldade para resolver problemas do cotidiano, irritabilidade e depressão. Os autores ainda citam caquexia (extrema magreza e mau estar grave), comprometendo a musculatura que é acometida por um gasto calórico exagerado; alterações

endócrinas, acompanhadas pelo aumento de corticosteroides; redução dos níveis de testosterona; e diabetes mellitus (entre 10 e 25% dos pacientes).

O comprometimento afetivo, como depressão e sentimento de inutilidade, segundo Walter, Grave e Périco (2009), aparecem antes do comprometimento cognitivo e motor, se manifestando geralmente aos 35 anos de idade, podendo variar da infância até a mais tenra idade. A pessoa acometida pela DH tem uma expectativa de vida de aproximadamente 15 anos após a constatação da doença.

Sobre os sintomas depressivos, Walter, Grave e Périco (2009) afirmam que podem se manifestar no início da DH como uma alteração leve na personalidade, e o paciente pode demonstrar picos de raiva ou longos períodos de desânimo. “Vários pacientes com o transtorno inicialmente apresentam depressão clínica. À medida que a doença progride, os sintomas cognitivos tornam-se cada vez mais graves e as mudanças de personalidade continuam” (WALTER; GRAVE; PÉRICO, 2009, p. 662).

Stella *et al.* (2002) afirmam que em alguns casos específicos, frequentes em idosos, a depressão se manifesta como sintoma nas patologias: doença de Parkinson (40 a 60%); demência de Alzheimer (30 a 40%); acidente vascular cerebral (30 a 60%); doença de Huntington (30 a 40%); esclerose múltipla (20 a 60%) e epilepsia (10 a 50%).

Nas pessoas idosas, as principais causas da depressão podem estar ligadas a questões genéticas, vitais (como luto e abandono) e doenças incapacitantes, como a DH. “Cabe ressaltar que a depressão no idoso frequentemente surge em um contexto de perda da qualidade de vida associada ao isolamento social e ao surgimento de doenças clínicas graves” (STELLA *et al.*, 2002, p. 92). Conforme esses autores, os sintomas mais comuns da depressão em idosos, além dos sintomas comuns à doença, envolvem queixas somáticas, hipocondria, baixa autoestima, sentimentos de inutilidade, humor disfórico, tendência autodepreciativa, alteração do sono e do apetite, ideação paranóide e pensamento recorrente de suicídio.

Nas etapas finais da DH, pode-se perceber rigidez extrema dos pacientes, sem evidências da síndrome coreica inicial. Barsottini (2007) também cita como sintomas comuns disartria e disfagia, além de distúrbios da motilidade ocular, como diminuição dos movimentos sacádicos dos olhos.

Os movimentos involuntários dos músculos tornam-se mais graves e os pacientes perdem gradualmente a capacidade para se moverem e, eventualmente, de comunicarem. Os estádios mais avançados da doença são também caracterizados por bradicinésia (lentidão anormal dos movimentos voluntários) e rigidez severa, e por demência (GIL-MOHAPEL; REGO, 2011, p. 726).

Os pacientes chegam a óbito em decorrência de complicações respiratórias infecciosas ou cardiovasculares. Em casos onde a DH se manifesta de forma mais branda, Gil-Mohapel e Rego (2011) explicam que os sintomas são diferentes, podendo apresentar bradicinésia, tremores, rigidez e distonia, e a ausência de coreia. Já em crianças são comuns ataques epiléticos.

Comprometimento cognitivo

Um dos aspectos mais comuns do envelhecimento é o comprometimento das atividades cognitivas, tais como esquecimento de acontecimentos recentes, dificuldades de cálculo e déficit de atenção. Como explicam Nordon *et al.* (2009, p. 5), “pessoas com uma rotina estabelecida, sem necessidade de muita atividade intelectual, só perceberá quando a perda for mais pronunciada, o que pode atrasar o diagnóstico de algo mais grave”.

Em seus estudos, Nordon *et al.* (2009) consideram a alteração cognitiva leve (ACL) como a principal manifestação do envelhecimento, podendo manifestar-se de várias formas: amnésica de domínio único (apenas memória comprometida), de domínio múltiplo (memória e outros domínios da cognição), não-amnésica de domínio único (outro domínio que não memória) e não-amnésica de múltiplos domínios (outros domínios que não memória). Além disso, a ACL pode estar associada a sintomas neuropsiquiátricos, como disforia, depressão, ansiedade e agitação psicomotora.

Nesse contexto também merece ser comentada a demência que, segundo Nordon *et al.* (2009), pode ser classificada em dois tipos: as demências decorrentes de comprometimento do sistema nervoso central (SNC) e as não decorrentes de comprometimento do SNC (como as causadas por alterações tóxico-metabólicas).

As primeiras, também denominadas primárias, se subdividem em dois grupos: um que tem a própria demência como sintoma principal, ocasionando doença de Alzheimer, demência frontotemporal (DFT), demência com corpos de Lewy – DCL, e outro que a demência pode ser um sintoma secundária, como doença de Parkinson - DP -, doença de Huntington, e paralisia supranuclear progressiva. Já as segundas demências são causadas por alterações do Sistema Nervoso Central (SNC), como doença cerebrovascular, tumores, infecções e hidrocefalia.

Na DH o declínio cognitivo é um dos principais sintomas, conforme Gil-Mohapel e Rego (2011), e sua detecção precoce, antes do comprometimento motor, pode auxiliar no combate à doença, amenizando-a. Contudo, “as alterações cognitivas tendem a piorar ao longo do tempo, e tal como referido anteriormente, os doentes de Huntington em fase tardia podem apresentar demência severa” (GIL-MOHAPEL; REGO, 2011, p. 726).

Stella *et al.* (2002) menciona os principais sintomas cognitivos da depressão, que também podem se manifestar nos pacientes com DH, visto que a depressão normalmente é um dos sintomas principais: dificuldade de concentração e memória, e lentidão do raciocínio.

A depressão pode conduzir a alterações das funções cognitivas temporariamente, muitas vezes dificultando o diagnóstico diferencial entre este quadro e demência. Por outro lado, em muitos pacientes, o início de um processo demencial do tipo Alzheimer apresenta-se com sintomas depressivos. Além disso, há associação entre sintomas depressivos e comprometimento das funções cognitivas em idosos, com ou sem demência (STELLA *et al.*, 2002, p. 94).

Pode-se afirmar, segundo Ximenes e Teixeira (2010 *apud* MORALES; OLBRZYMEK, 2011), que a parte cognitiva é comprometida em todos os indivíduos acometidos pela DH, mesmo que seja em fases diferentes, mas a perda de memória recente e o comprometimento do julgamento são os sintomas mais comuns. As mudanças podem ser observadas no dia a dia, em atividades simples: enquanto pessoas normais conseguem diferenciar o que é importante e o que não é, pessoas com DH não conseguem fazer essa diferenciação, o que causa inúmeros transtornos.

A linguagem, por sua vez, não sofre alteração. Sintomas menos comuns envolvem “[...] a perda de peso, a diminuição do apetite, dificuldade de deglutição, distúrbios do sono e do ritmo circadiano e distúrbios autonômicos com ataques de sudorese profusa” (ROSS, 2010, p. 3).

TRATAMENTO

Conforme Barsottini (2007), não existe tratamento curativo ou preventivo para a DH. O que pode ser feito é o tratamento dos sintomas comportamentais e depressivos,

com o uso de medicamentos como os tricíclicos (amitriptilina, nortriptilina, clormipramina) e os inibidores seletivos da recaptação de serotonina (ISRS). Para cada sintoma, há um medicamento indicado:

Distúrbios de ansiedade e transtornos obsessivo-compulsivos podem ser adequadamente tratados com ISRS. Transtornos psicóticos podem ser manejados com antipsicóticos tradicionais, como o haloperidol, porém tem se optado pelos novos antipsicóticos chamados de “atípicos”, como clozapina, olanzapina e risperidona. O ácido valpróico tem sido utilizado nos casos de pacientes com irritabilidade e agressividade (BARSOTTINI, 2007, p. 87).

O principal sintoma, que é a coréia, geralmente é tratado com bloqueadores dopaminérgicos, como haloperidol, clozapina, olanzapina, risperidona e quetiapina, mas, segundo Barsottini (2007), recentemente tem-se observado um aumento de prescrição do ácido valpróico, que apresenta menor efeito colateral do que os antipsicóticos. Outros medicamentos também têm sido prescritos recentemente, como amantadina (agente antiglutamatérgico) e tetrabenazina (depletor dopaminérgico). De acordo com Barsottini (2007), geralmente o tratamento da disfunção cognitiva da (DH) não alcança resultados satisfatórios, mas um medicamento recentemente utilizado tem revelado resultados preliminares satisfatórios por controlar a progressão da disfunção – a rivastigmina, um inibidor da acetilcolinesterase. No entanto, sua utilização não é totalmente aceita.

Com a existência atual de estudos clínicos tentando utilizar drogas com teórico efeito neuroprotetor como o riluzole (efeito antiglutamatérgico), a minociclina (tetraciclina com efeito inibidor das caspases) e a coenzima Q10 (efeito antioxidante e co-fator envolvido em mecanismos mitocondriais), aguardam-se resultados mais definitivos para indicação formal do uso de tais medicamentos (BARSOTTINI, 2007, p. 87).

No entanto, Chemale *et al.* (2000) defende que tais medicamentos só devem ser ministrados se realmente forem necessários, uma vez que podem causar um quadro de discinesia tardia superposta ao distúrbio crônico. No caso da coreia, os autores sugerem que somente deve ser tratada se tornar o paciente funcionalmente incapacitante (ainda assim, deve-se ministrar doses mínimas de haloperidol em dias alternados).

Morales e Olbrzymek (2011) citam que, mais recentemente, estudos têm sido realizados no sentido de modificar a doença, através da alteração dos níveis de proteína huntingtina (HTT). Para isso, têm-se utilizado o lítio e a rapamicina para estimulação autofágica para impedir a agregação da HTT.

A maneira mais rápida para modificar o curso da DH seria impedir a expressão ou função de HTT. É importante compreender a ligação entre a patogênese inicial em relação à HTT, função e mecanismos compensatórios que se desenvolvem ao longo do curso da doença prolongada. No momento, as abordagens para diminuir a expressão de HTT estão em desenvolvimento pré-clínico tardio (KROBITSC & KAZANTEV, 2011) como a estimulação autofágica contra a agregação de huntingtina por meio do lítio e da rapamicina, ou prevenir essa agregação por agentes como a geldamicina que aumentam a expressão de proteínas *chaperones* (Heat shock protein-Hsp) que limitam esse processo (MORALES; OLBRZYMEK, 2011, p. 6).

Sobre intervenção cirúrgica, Barsottini (2007) esclarece que estudos preliminares se mostraram promissores, através do transplante de células estriatais fetais, o que recuperou a atividade metabólica nos pacientes. Contudo, “esses estudos são

extremamente controversos, envolveram um pequeno número de pacientes e atualmente continuam a ser apenas experimentais” (BARSOTTINI, 2007, p. 87).

Walter, Grave e Périco (2009) citam o tratamento fisioterapêutico, ressaltando também a necessidade de se tratar os familiares. Tal tratamento tem como foco a qualidade de vida, o desenvolvimento das habilidades funcionais e o aconselhamento às famílias sobre a importância do equipamento auxiliar para o equilíbrio do paciente. Tal tratamento pode reduzir os movimentos coreicos, aumentar a estabilidade de ombros, tronco, pescoço, quadril, e assim por diante.

REABILITAÇÃO COGNITIVA EM PACIENTES IDOSOS COM DOENÇA DE HUNTINGTON

A reabilitação cognitiva está inserida na reabilitação neuropsicológica, descrita por Prusokowski *et al.* (2012) como um conjunto de técnicas que visam aprimorar a adaptação social e o desempenho intelectual de pessoas acometidas por comprometimento cognitivo. Tal reabilitação pode favorecer a recuperação não somente cognitiva e psicológica, mas também física e social.

Um dos fundamentos para essa disciplina é a noção de que o cérebro é um órgão dinâmico passível de, funcionalmente, modificação para se adaptar a diferentes contingências que o sujeito possa ser exposto. Esta ideia está embasada em um processo biológico conhecido, chamado de plasticidade neural. Tal fenômeno tem sido definido como a capacidade de adaptação morfológica das células do sistema nervoso em resposta a diferentes modificações ambientais (HAASE; LACERDA, 2004 apud PRUSOKOWSKI *et al.*, 2012, p. 10).

A plasticidade neural, conforme Prusokowski *et al.* (2012), é um processo que atua no desenvolvimento neural possibilitando a realização de novas aprendizagens, ou seja, o profissional (normalmente psiquiatra, psicólogo ou psicoterapeuta) desenvolve atividades físicas, motoras ou cognitivas específicas que o paciente precisa realizar em seu cotidiano, mas que ficaram comprometidas em decorrência da doença.

O comprometimento cognitivo pode afetar várias e sérias áreas na pessoa acometida pela DH, principalmente os idosos, que são os mais acometidos pela doença. Chemale *et al.* (2000) destacam a redução do desempenho no trabalho, a dificuldade para realizar atividades domésticas, depressão, irritabilidade e descontrole emocional. Tudo isso prejudica não somente a qualidade de vida do paciente, mas também da família. Além dos cuidados médicos, os autores indicam abordagens terapêuticas abrangentes, incluindo integração sensorial, ocupacional e física.

Segundo Nordon *et al.* (2009), várias atitudes podem ser tomadas para se evitar a perda cognitiva em idosos e, conseqüentemente, prevenir doenças como a doença de Huntington, sendo as principais: a prática de exercícios físicos regulares, preferencialmente antes dos 65 anos de idade (quanto mais precoce melhor); a adoção de uma dieta equilibrada, com hipossódica e hipolipídica, visando evitar hipertensão arterial, e outras doenças que possam comprometer o sistema cardiovascular; e o estímulo contínuo da atividade cerebral, através de interações sociais e atividades intelectuais, como leitura e até mesmo partidas de xadrez ou gamão.

Para Stella *et al.* (2002), o tratamento de doenças neuropsiquiátricas, como a depressão e, conseqüentemente, a DH, constitui um verdadeiro desafio, envolvendo psicoterapia, intervenção medicamentosa e, em alguns casos, eletroconvulsoterapia. Inicialmente, é preciso identificar a origem do processo depressivo, verificando também a existência de alguma doença clínica e o uso de medicamentos. Em seguida,

Stella *et al.* (2002) indicam o levantamento de aspectos psicológicos e psicossociais, como luto, isolamento social, abandono e outros.

A intervenção psicoterapêutica, preferencialmente com profissionais especializados em idosos, ajuda a identificar os fatores desencadeadores do processo depressivo, contribuindo para a orientação dos familiares, dos cuidadores e do próprio paciente (STELLA *et al.*, 2002, p. 94).

A intervenção psicoterapêutica, também denominada psicoterapia breve, além de minimizar os conflitos psíquicos dos idosos, os auxiliam na reorganização de seu projeto de vida. Como esclarecem Stella *et al.* (2002), atividades de terapia ocupacional, atividades artísticas e de lazer também contribuem para o tratamento da depressão e DH em idosos.

Morales e Olbrzymek (2011) destacam que, além do tratamento medicamentoso, o acompanhamento psicológico se faz necessário frequentemente – não somente para o paciente com DH, mas também para o familiar ou cuidador. Tal atendimento deve ser individualizado, pois cada paciente e acompanhante tem histórias, sintomas e sinais diferentes.

A Associação Brasil Huntington (ABH) ressalta a importância de se oferecer um programa de reabilitação individualizado, que vise prevenir possíveis complicações, minimizar incapacidades, aprimorar funções e melhorar a qualidade de vida tanto do paciente quanto da família. Nas terapias de apoio, vários profissionais são sugeridos, dentre eles: fonoaudiólogo, fisioterapeuta, fisioterapeuta ocupacional e psicoterapeuta.

No caso da psicoterapia, a atuação do profissional já pode começar no repasse da notícia sobre a doença para a família, que aparentemente pode ficar abalada.

[...] é muito importante procurar ajuda psicológica o mais cedo possível, de modo que o paciente receba suporte e apoio emocional à medida que emergirem os sentimentos negativos, que tenha alguém com quem dividir suas angústias, com quem contar para sua estruturação e fortalecimento na hora de lidar com os inevitáveis obstáculos e adversidades. Não faltam, pois, motivos para crise, desespero, depressão. A fim de que a situação volte a se equilibrar, é fundamental o envolvimento tanto do paciente quanto – e principalmente – dos seus familiares e amigos (ABH, 2020, s./p.).

Uma técnica que pode ser utilizada para reabilitação cognitiva em pacientes idosos acometidos pela DH é a musicoterapia. Como constataram Trimble e Hesdoffer (2017 *apud* ASSUNÇÃO *et al.*, 2020, p. 128), “a música pode ser um recurso em vários tipos de terapias, em especial as que têm enfoque cognitivo, sendo um meio alternativo de acessar e estimular aspectos dos mais variados eixos”.

Dentre os vários benefícios do uso da música no tratamento de doenças, Assunção *et al.* (2020) enumeram: facilitação do processo de modificação do pensamento; redução da ansiedade; evocação de lembranças e/ou pensamentos; minimização de sintomas da depressão; dentre outros. No entanto, como ressaltam os autores, é importante diferenciar Musicoterapia e Terapia com Música, como mostra a tabela 1.

Tabela 1 – Comparativo entre Musicoterapia e Terapia com Música

MUSICOTERAPIA	TERAPIA COM MÚSICA
Pode ser usada por diversas áreas da saúde, dentre elas: Psicologia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, etc.	Terapia que faz uso de música, não necessariamente como em musicoterapia.

Estimula, através do som e da produção de som, canais de relação entre o homem e o meio externo, minimizando aspectos motores e mentais deficitários.	Terapia sonora que evoca lembranças e pensamentos diversos, que possibilita espaço favorável para intervenções em sintomas de ansiedade, depressão.
Área autônoma com seus próprios métodos e técnicas.	Seu uso depende da abordagem, dos métodos do profissional e dos objetivos de tratamento.
Envolve processos comunicativos, expressão corporal, melodia, ritmo, harmonia possibilitando evolução ou reabilitação em aspectos motores e mentais.	Pode ser limitada apenas ao uso de música fundo no ambiente, ou complementando em alguma técnica ou procedimento.
Envolve o uso de recursos como instrumentos, criação de instrumentos, leitura musical e aspectos de ensino/aprendizagem.	
Eficaz em saúde mental.	Eficaz em saúde mental.
Requer de título de especialização.	Não requer de título específico de especialização.
Possibilidades de uso em terapias grupais, onde são trabalhadas atividades motoras que desenvolvem funções potenciais do indivíduo para qualidade de vida.	Há possibilidades de uso em terapias grupais, no entanto, em casos de transtornos de ansiedade, recomenda-se o seu uso individual.
Diversos estilos musicais.	Recomenda-se música instrumental ou ambiente.

Fonte: ASSUNÇÃO *et al.*, 2020, p. 136.

Assim, é possível perceber que, apesar de ainda não haver um tratamento que garanta a cura da Doença de Huntington, várias técnicas podem ser utilizadas para minimizar os sintomas cognitivos e os demais, principalmente a psicoterapia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Doença de Huntington (DH) caracteriza-se como uma patologia autodegenerativa, de origem cromossômica, que tem como sintomas principais coreia (desequilíbrio motor), distúrbios comportamentais e demência, podendo desenvolver, na maioria dos casos, depressão e comprometimento da área cognitiva, que foi o foco do presente trabalho, dentre outros sintomas.

Como principais comprometimentos cognitivos destacam-se perda de memória, lentidão, dificuldade de concentração, comprometimento do raciocínio e dificuldade para realização de atividades simples do cotidiano. Apesar de se manifestar em pessoas com faixas etárias variadas, a maior parte de indivíduos afetados são idosos, cujas alterações neurais já ocorrem naturalmente, o que contribui com o surgimento da doença.

A DH ainda não possui cura, mas vários medicamentos são indicados para minimizar os sintomas. Juntamente com o tratamento farmacológico, sugere-se o tratamento alternativo, com o atendimento de uma equipe multidisciplinar formada por fonoaudiólogo, fisioterapeuta, psicólogo, psiquiatra e psicoterapeuta. Os três últimos irão atuar no desenvolvimento cognitivo, utilizando técnicas diversas que contribuam

com a qualidade de vida tanto do paciente quanto de seus familiares, auxiliando o paciente a voltar a realizar atividades do cotidiano, que foram comprometidas pela doença.

Ao final do trabalho, concluiu-se que as técnicas utilizadas pelo autor em seus pacientes com DH têm sua eficácia cientificamente comprovada, inclusive o uso da música (musicoterapia), que é eficiente não somente no tratamento da DH, mas também da depressão, ansiedade e outras doenças.

Apesar de o trabalho ter alcançado seus objetivos, notou-se uma limitação de material publicado sobre a reabilitação cognitiva para a Doença de Huntington propriamente dita – a maior parte dos autores aborda a reabilitação cognitiva de doenças similares, mas não especificamente a DH. Assim, sugere-se para trabalhos futuros uma abordagem mais específica sobre o tema, preferencialmente com estudos de caso.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO Brasil Huntington (ABH). **Terapia de Suporte e Apoio**. Disponível em: <<https://abh.org.br/terapia-de-suporte-e-apoio/>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

ASSUNÇÃO, Wildson Cardoso *et al.* O tratamento de sintomas de ansiedade baseado na música e terapia cognitivo-comportamental. **Educação, Psicologia e Interfaces**, v. 4, n. 1, p. 127-143, jan./mar. 2020.

BARSOTTINI, Orlando Graziani Povoas. Doença de Huntington. O que é preciso saber? **Einsten: Educ. Contin. Saúde**, v. 5, n. 3, p. 83-88, 2007.

CHEMALE, Fernando Andersson *et al.* **Doença de Huntington**. Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre, Porto Alegre, 2000.

GIL-MOHAPEL, Joana M.; REGO, Ana Cristina. Doença de Huntington: Uma Revisão dos Aspectos Fisiopatológicos. **Rev. Neurocienc.**, v. 19, n. 4, p. 724-734, 2011.

MORALES, Marco Aurélio Parra; OLBRZYMEK, Nicole do Prado. **Relato de caso – Doença de Huntington**. Medicina FAMEMA, Marília 2011.

NORDON, David Gonçalves *et al.* Perda cognitiva em idosos. **Rev. Fac. Ciênc. Méd. Sorocaba**, v. 11, n. 3, p. 5-8, 2009.

PRUSOKOWSKI, Thiago S. *et al.* Reabilitação neuropsicológica em paciente adulto com quadro de anóxia cerebral. *Neuropsicologia Latinoamericana*, **Calle**, v. 4, n. 4, p. 9-18, 2012.

STELLA, Florindo *et al.* Depressão no Idoso: Diagnóstico, Tratamento e Benefícios da Atividade Física. **Motriz**, Rio Claro, v. 8, n. 3, p. 91-98, ago./dez. 2002.

WALTER, Juliane; GRAVE, Magali T. Q.; PÉRICO, Eduardo. Avaliação das habilidades psicomotoras e da motricidade global em paciente portadora da Doença de Huntington. **ConScientiae Saúde**, v. 8, n. 4, p. 655-663, 2009.